



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO PROFISSIONAL

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO
TÉCNICO E EMPREGO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

ISABELLA MEDEIROS LOPES RIBEIRO

JOÃO PESSOA
JUNHO DE 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO PROFISSIONAL

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO
ENSINO TÉCNICO E EMPREGO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

ISABELLA MEDEIROS LOPES RIBEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre em educação.

Linha de Pesquisa: Gestão, Avaliação e Financiamento do Ensino Superior

Orientador: Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior

JOÃO PESSOA, PB

JUNHO DE 2017

ISABELLA MEDEIROS LOPES RIBEIRO

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO
ENSINO TÉCNICO E EMPREGO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre em educação.

Aprovada em 28 de junho de 2017

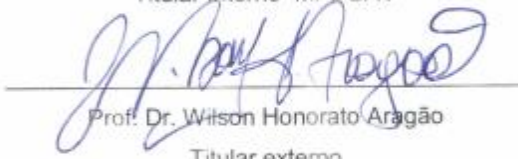
Banca Examinadora



Prof. Dr. Luiz de Sousa Junior
Orientador



Prof.ª Dr.ª Maria Salete Barboza de Farias
Titular Interno MPPGAV



Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão
Titular externo

Suplente:

Prof.ª Dr.ª Ana Paula Furtado Soares Pontes
Suplente Interno MPPGAV

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar os agradecimentos sem elevar minha imensa gratidão ao Deus da vida, que me presenteia, todos os dias, com o ar para respirar, com alimento na minha mesa, com a dádiva de viver. Agradeço a meu Deus, por ser tão presente e tão real na minha vida e pela oportunidade concedida a mim para chegar a esta tão importante e árdua fase: a conclusão da minha dissertação,

Aos meus pais, Evanildo e Mônica, meus amores, que deram a vida para mim, lutando incessantemente, ensinando-me e mostrando-me que Deus, a família e os estudos são as coisas mais importantes nesta vida,

À minha tia Morgana e ao Tio Bila, por me apoiarem nos momentos de muita luta,

Ao meu marido, Luís Augusto, e meus filhos, Luís Augusto Filho e Luís Gustavo, meus tesouros, meus presentes, minha inspiração, que me incentivam e apoiam em todos os meus projetos.

À minha sogra, Edna Maria de Mendonça, que no final desta dissertação me ajudou nos cuidados do meu filho mais novo e foi crucial para minha conclusão no prazo determinado.

Ao meu orientador, Luiz de Sousa Junior, pela sua presteza, atenção e por sempre estar pronto a me orientar com toda sua inteligência e sabedoria.

Ensinar o povo a ver criticamente o mundo é sempre uma prática incômoda para os que fundam os seus poderes sobre a inocência dos explorados.

Paulo Freire

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	
Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	50
Figura 2	
Taxa de desocupação: média das estimativas mensais (2003-2012).....	54
Figura 3	
Percentual de empregados com carteira assinada no setor privado (2003-2012).....	54
Figura 4	
Ações integrantes do Pronatec.....	57
Figura 5	
Instituições e atores envolvidos na execução do Pronatec.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	
Relação dos cursos ofertados pelo Pronatec.....	61
Quadro 2	
Funções X Valores por hora trabalhada.....	64
Quadro 3	
Relação dos cursos ofertados pelo Pronatec no IFPB.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	
Quantidade de cursos pactuados.....	74
Gráfico 2	
Vagas pactuadas e matrículas realizadas Pronatec/IFPB 2011 – 2015.....	75
Gráfico 3	
Classificação dos Alunos após conclusão dos cursos.....	76
Gráfico 4	
Todos os recursos disponibilizados para a execução do Pronatec no IFPB de 2011 a 2015.....	78
Gráfico 5	
Todos os Recursos disponibilizados para a execução do Pronatec no IFPB, de 2011 a 2015 por elemento de despesa, dados retirado do SIAFI.....	81
Gráfico 6	
Execução Financeira dos Recursos do Pronatec no âmbito do IFPB	82
Gráfico 7	
Recursos devolvidos por elemento de despesa dos anos de 2011 a 2015.....	84

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

CEFETs – Centro Federal de Educação Tecnológica.

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

EMI – Ensino Médio Integrado.

EPT – Educação Profissional e Tecnológica.

E- TEC - Escola Técnica Aberta do Brasil.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FIC – Formação Inicial e Continuada.

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil.

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

IF's – Institutos Federais.

IFET's – Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

IFPB – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica aplicada.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

MTB – Ministério do Trabalho.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PAFLON – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNE – Plano Nacional da Educação

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador.

PROEP – Programa de Reforma da Educação Profissional.

PROJOVEM– Programa Nacional de Jovens.

PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural.

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico.

PROUNI – Programa Universidade para Todos.

REUNI – Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SENAR – Serviço Nacional da Agricultura.

SENAT – Serviço Nacional de Transporte.

SESC – Serviço Social do Comércio.

SESI – Serviço Social da Indústria.

SEST – Serviço Social do Transporte.

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SISTEC – Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica.

UAB – Universidade Aberta do Brasil

TGQT – Teoria de Gerenciamento da Qualidade Total

RESUMO

A partir dos anos 2000, foi implantada, no Brasil, uma série de políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade de vida da população mais pobre, desde ações de caráter compensatório, a exemplo do Programa Bolsa Família, até outras que atuam por meio da inclusão produtiva e da inserção no mercado de trabalho, a exemplo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – Pronatec. Esta pesquisa tem como perspectiva de análise o exame da implementação do Pronatec, nos cursos de Formação Inicial e Continuada, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, visando, precipuamente, verificar se: a) este programa gerou amplas oportunidades de acesso ao ensino profissional na Paraíba; b) se a permanência e a taxa de sucesso foram alcançadas em patamares adequados; c) se o investimento público foi suficiente e bem utilizado para consecução dos seus fins. A análise deste trabalho fundamenta-se em uma perspectiva de cunho qualitativo, analítico-descritivo, com base no método histórico. Para fins dos objetivos a que nos propusemos na realização deste estudo, apontamos, inicialmente, o caráter contraditório e ambíguo da relação Estado, Sociedade e Educação quanto ao processo de formação da força de trabalho, notadamente num contexto de apropriação do mais-valor (MARX & ENGELS, 1999), em particular no Brasil (POCHMANN, 2010) e o papel das instituições públicas nesse processo. A narrativa da pesquisa se deu por meio de uma contextualização histórica da educação profissional (SAVIANI, 1994, 2007; MANFREDI, 2002; FRIGOTTO, 1989, 1999, 1985; CÊA, 2007) e da conjuntura política, econômica e educacional, buscando-se avaliar como se deu a implementação do Pronatec no IFPB. Foram coletados, junto ao SISTEC, dados primários que nos permitiram analisar o desempenho do Programa de modo a cotejar os resultados alcançados sob a observância dos princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade, bem como verificar quais os resultados alcançados pelo IFPB em termos de acesso, permanência e continuidade do programa. Desse modo, concluímos que, com base nos dados aqui analisados, ocorreu um bom desempenho do Programa em termos quantitativos, com crescimento da oferta de vagas do Pronatec; porém, as taxas de insucesso escolar, as quais incluem alunos que abandonaram, desistiram, reprovaram, não compareceram ou não tiveram frequências iniciais suficientes, se situaram na margem de 50%, percentual considerado bastante elevado, ainda mais considerando o volume de recursos investidos. O fator de maior relevância, que pode ter levado a esse resultado foi, muito provavelmente, a demora nos repasses dos recursos de Outros Custeios e Capital, o que nos leva à discussão acerca da falta de planejamento e de uma boa estruturação do programa. Nesse sentido, é imperioso afirmar que, a despeito da importância desse programa, ele não teve, no âmbito do IFPB, uma taxa de custo-benefício adequada.

Palavras-chave: Educação profissional; Pronatec; Avaliação de políticas públicas.

RESUMEN

A partir de los años 2000 se implantó en Brasil una serie de políticas públicas con miras a la mejora de la calidad de vida de la población más pobre, desde acciones de carácter compensatorio, a ejemplo del Programa Bolsa Familia, hasta otras que actúan por medio de la inclusión Productiva y de la inserción en el mercado de trabajo, a ejemplo del Programa Nacional de Acceso a la Enseñanza Técnica - Pronatec. Esta investigación tiene como perspectiva de análisis el examen de la implementación del Pronatec, en los cursos de Formación Inicial y Continuada, en el ámbito del Instituto Federal de Educación Ciencia y Tecnología de Paraíba – IFPB, buscando, precipitadamente, verificar si: a) este programa generó amplias oportunidades de trabajo Acceso a la enseñanza profesional en Paraíba; B) si la permanencia y la tasa de éxito se alcanzaron en niveles adecuados; C) si la inversión pública ha sido suficiente y bien utilizada para la consecución de sus fines. El análisis de este trabajo se fundamenta en una perspectiva de cuño cualitativo, analítico-descriptivo, con base en el método histórico. Para fines de los objetivos a los que nos propusimos en la realización de este estudio, señalamos, inicialmente, el carácter contradictorio y ambiguo de la relación Estado, Sociedad y Educación en cuanto al proceso de formación de la fuerza de trabajo, notadamente en un contexto de apropiación del plusvalor (Marx y Engels, 1999), en particular en Brasil (Pochmann, 2010) y el papel de las instituciones públicas en ese proceso. La narrativa de la investigación se dio por medio de una contextualización histórica de la educación profesional (Saviani, 1994, 2007; Manfredi, 2002; Frigotto, 1989, 1999, 1985; Cêa, 2007) y de la coyuntura política, económica y educativa. Se evaluó cómo se implementó el Pronatec en el IFPB. Se recogieron, junto al Sistec, datos primarios que nos permitieron analizar el desempeño del Programa para cotejar los resultados alcanzados bajo la observancia de los principios de eficiencia, eficacia y efectividad, así como verificar qué resultados alcanzaron el IFPB en términos de Acceso, permanencia y continuidad del programa. De este modo, concluimos que, con base en los datos aquí analizados, ocurrió un buen desempeño del Programa en términos cuantitativos, con crecimiento de la oferta de vacantes del Pronatec; Pero las tasas de fracaso escolar, que incluyen a los alumnos que abandonaron, desistieron, reprocharon, no asistieron o no tuvieron frecuencias iniciales suficientes, se situaron en el margen del 50%, porcentaje considerado bastante elevado, aún más considerando el volumen de recursos invertidos. El factor de mayor relevancia, que puede haber llevado a ese resultado, fue muy probablemente la demora en los traspasos de los recursos de Otros Costeo y Capital, lo que nos lleva a la discusión acerca de la falta de planificación y de una buena estructuración del programa. En este sentido, es imperativo afirmar que, a pesar de la importancia de este programa, no tuvo, en el marco del IFPB, una tasa de coste-beneficio adecuada.

Palabras clave: Educación profesional; Pronatec; Evaluación de las políticas públicas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 RETROSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL	20
2.1. O MUNDO DO TRABALHO E SUAS RECONFIGURAÇÕES.....	20
2.2. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	27
2.3. A REFORMA NEOLIBERAL E O ENSINO PROFISSIONAL NOS ANOS DE 1990	38
3 A POLITICA RECENTE DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC	44
3.1. A EXPANSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL	44
3.2. A CRIAÇÃO DO PRONATEC	52
4 AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO ÂMBITO DO IFPB	69
4.1 SITUANDO O PRONATEC NO ÂMBITO DO IFP	69
4.2. CURSOS E MATRÍCULAS OFERTADOS PELO IFPB.....	74
4.3. OS RECURSOS DISPONIBILIZADOS PELO PRONATEC PARA O IFPB E SUA EXECUÇÃO	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERENCIAS	90
APÊNDICES	98

1 INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 2000, notadamente, com a mudança do governo central operada no país em 2003¹, uma série de políticas públicas foi implantada com vistas à melhoria da qualidade de vida da população mais pobre, desde ações de caráter compensatórios, a exemplo do Programa Bolsa-Família, a programas de cunho profissionalizante, os quais buscaram maior inclusão produtiva e inserção no mercado de trabalho.

Os processos de transformações da produção de bens e mercadorias, à luz das mudanças acontecidas com a substituição do Taylorismo-fordismo pelo que se convencionou denominar Toyotismo, ou acumulação flexível, aliados ao atual estágio de globalização, reconfiguraram a formação profissional em todo o mundo; contudo, no caso brasileiro, o desenvolvimento da economia ensejado no período de 2004 a 2014 trouxe novas necessidades de qualificação nas mais diversas áreas, incluindo na formação básica.

Com efeito, a taxa de desemprego diminuiu de 11,7%, em 2002, para 7,9%, em 2009. Assim, o segmento de baixa renda representava 34% do total da população nacional entre 1997 e 2004. Essa participação relativa foi reduzida, a partir de 2005, de tal maneira que, em 2008, representava apenas 26% dos brasileiros (POCHMANN, 2010).

Para que continuasse a ocorrer essa maior inserção no mundo do trabalho, o Governo Federal implantou, através de investimento público em educação, uma política pública de qualificação profissional denominada Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que tem como grande objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, presencial ou a distância, de modo a atender o jovem estudante e o trabalhador com baixa ou nenhuma formação profissional.

¹ Em 2002, foi eleito o candidato de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores – PT, o operário Luiz Inácio Lula da Silva, em substituição ao Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB, que comandou o país com uma coalizção de centro-direita e um programa de governo com matizes neoliberais.

Na Paraíba, esse programa foi implantado tanto pelo setor privado, o denominado Sistema S², quanto em instituições públicas, a exemplo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Este estudo propõe-se a avaliar a implementação do Pronatec nos cursos de Formação Inicial e Continuada, no âmbito do IFPB, mais especificamente. A discussão que propomos fazer busca responder às seguintes indagações: a) Como se deu a implementação do Pronatec no âmbito do IFPB? b) Os resultados apresentados, em termos de acesso (matrículas) e sucesso (taxas de aprovação) mostraram-se à altura dos recursos empregados? c) O investimento público realizado foi suficiente e bem utilizado para consecução dos seus fins?

O grande objetivo que perseguimos é, portanto, o de avaliar a implementação do Pronatec nos cursos FIC, no âmbito do IFPB, em suas múltiplas faces, destacando-se os critérios utilizados para a implantação e implementação desse programa no IFPB, os custos financeiros aportados ao programa e os prováveis benefícios que ele gerou – ou deixou de gerar – para a sociedade.

Temos como objetivos específicos contextualizar, ainda que de forma não exaustiva, a educação profissional no Brasil, desde seu surgimento até os dias atuais. Pretendemos, ainda, analisar o surgimento do Pronatec à luz do normativo legal, partindo de uma releitura do conceito do referido fenômeno que engloba a responsabilidade do Governo Federal na sua aplicabilidade. Por fim, avaliaremos a implementação do Pronatec no âmbito do IFPB e sua política de inclusão subjacente ao programa.

Desse modo, a pesquisa ocorreu inicialmente, por meio de uma contextualização histórica da educação profissional e sua conjuntura política, econômica e educacional desde o surgimento da educação, culminando com a recente política de formação e de inserção profissional.

Para fins dos objetivos que nos propusemos para realizar este estudo, acreditamos que o método dialético é o que mais propicia as condições objetivas e subjetivas para responder a nossas indagações, apontando o

² O Sistema S congrega um conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais: SENAR, SENAC, SESC, SESCOOP, SENAI, SESI, SEST, SENAR E SEBRAE.

caráter contraditório e ambíguo da disputa pelo Fundo Público a partir de interesses particulares das classes trabalhadoras e da burguesia. Assim, entendemos que as diversas aproximações que faremos, nesta pesquisa, visam desvelar o processo de construção de uma política de inclusão laboral, sem, contudo, alterar a essência da relação de subalternidade do trabalho em relação ao capital. Segundo Demo (2000):

[...] a dialética poderia representar metodologia preferencial, porque tem sido mais capaz de conviver com as revoluções científicas, e embora constantemente absolutizada em nome de alternativas contraditórias, porque fechadas, ainda é há que mais favorece o questionamento crítico e criativo e a que mais se aproxima da discutibilidade do conhecimento científico. (DEMO, 2000, p. 98)

A análise deste trabalho baseia-se na pesquisa qualitativa, alicerçada no método histórico e de caráter explicativo. A análise é qualitativa, pois, além de não se sustentar em critérios numéricos para garantir representatividade, utiliza-se das reações humanas e de suas razões. Como afirma Demo (2000, p. 159), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela abertura das perguntas, rejeitando – se toda respostas fechada, dicotômica, fatal. Mais do que aprofundamento por análise, a pesquisa qualitativa busca o aprofundamento por familiaridade, convivência, comunicação. Embora a ciência, ao final das contas, não consiga captar a dinâmica, mas em suas formas, a pesquisa qualitativa tenta preservar a dinâmica enquanto analisa, formalizando mais flexivelmente.

Utilizaremos uma perspectiva de análise, inicialmente, de caráter histórico, tendo em vista que faremos uma retrospectiva temporal, no que se refere às origens e evolução do processo educacional e profissional da mão de obra, percorrendo acerca do mundo do trabalho e de suas reconfigurações ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, de modo a alcançar a conjuntura política, econômica e educacional vivenciada no Brasil, desde a Era Vargas até o Governo Dilma Rousseff, a fim de entendermos o surgimento das políticas públicas de qualificação da força de trabalho, notadamente do Pronatec, apesar e até mesmo por conta das contradições e dos interesses das classes.

Como afirma Marconi e Lakatos (2003, pp. 106-107), partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações.

O caráter explicativo da pesquisa tem fundamento no registro dos fatos, na investigação, na elucidação e na análise de suas causas, de modo que se utiliza a compreensão para desvendar o motivo da criação da política pública Pronatec.

Com efeito, a investigação desta pesquisa utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: apanhado histórico do surgimento e das transformações ocorridas no mundo do trabalho, na educação e na educação profissional, dentro do sistema capitalista, e suas influências na reestruturação produtiva e na formação do trabalhador; análise de bibliografias que discorrem sobre políticas públicas e gestão pública, a fim de investigar a implementação do Pronatec no IFPB; a revisão de literatura, executada e acostada na pesquisa bibliográfica, através das fontes escritas sobre trabalho e educação, políticas públicas, educação profissional, gestão pública.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Executamos a análise de fontes primárias e secundárias, leis, normas, portarias de criação do Pronatec, o convênio estabelecido para execução deste Programa no IFPB, levantamos de dados referente à administração dos recursos específicos ao Programa, prestações de contas etc.

Acreditamos que este trabalho encontra sua justificativa pela importância que adquire a formação profissional no atual estágio do desenvolvimento

capitalista. Do ponto de vista pessoal, minha aproximação com o processo de implantação do Programa se deu em 2013, quando ingressei no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB como concursada, no cargo de Contadora. Ao passar a compor o quadro de funcionários efetivos desta Instituição, tomei conhecimento das possibilidades de atuação em um programa de formação profissional na função de Apoio Financeiro. Para que eu pudesse desempenhar esta função complementar teria que concorrer a um edital para fazer parte de um programa do Governo Federal executado pelo IFPB, que era o Pronatec. A concorrência se deu em meados de abril de 2013, tendo sido convocada em julho do mesmo ano. A contratação, por meio desses editais, tinha duração de um ano, podendo ser renovado por igual período. Comecei a executar as tarefas inicialmente com o apoio financeiro e fui atiçando minha curiosidade em relação ao Programa e, em 2014, concorri ao edital do *campus* do IFPB Cabedelo, tendo sido convocada em maio para atuar na função de supervisora, passando a trabalhar diretamente com os alunos. Foram tais experiências vivenciadas na execução do Pronatec-IFPB que me despertaram curiosidades sobre a implantação e implementação deste programa, de modo que logo comecei a pesquisa sobre políticas públicas, buscando, nesta dissertação, aprofundar suas aplicabilidades e avaliações.

Este trabalho está inserido no campo de avaliação de políticas públicas, pois, segundo Figueiredo e Figueiredo (1986), avaliação de política é:

[...] os estudos de avaliação política, isto é, aqueles que se voltam para aferição do grau de consistência entre os objetivos sociais, os princípios e os meios a serem usados, mostrando também, o estado das artes na área das pesquisas de avaliação de políticas sociais. (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, pp.123-124)

Partindo desse pressuposto, entende-se que a avaliação de políticas públicas ocorre através da análise da operacionalidade concreta e da implementação do programa, objetivo a que nos propomos neste trabalho de pesquisa.

Temos acordo com os dizeres de Arretche (1998, p. 31), ao afirmar que somente a avaliação efetiva de programas efetivamente implantados e

implementados pode buscar estabelecer relação de causa entre uma determinada modalidade de política pública, com vistas a verificar o sucesso ou fracasso no atingimento de seus propósitos, de modo que se possa averiguar também os impactos de tal ação ou resultado sobre a situação social prévia à sua implementação.

É importante frisar que toda avaliação envolve um julgamento, uma medida de aprovação ou desaprovação, examinando-se através de uma concepção de justiça. Para que essa avaliação ocorra, é necessário adotar métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e um resultado.

A estrutura do trabalho apresenta-se da seguinte forma: neste capítulo introdutório, buscou-se discorrer acerca da importância e da necessidade de se avaliar essa política pública concernente à formação profissional, de modo a justificar a realização da presente pesquisa, explicitar e problematizar o objeto de estudo e apresentar os procedimentos metodológicos necessários à consecução da presente investigação.

No segundo capítulo, com o intuito de situar nosso objeto de estudo no contexto histórico socioeconômico, fizemos um levantamento histórico breve, porém necessário, de modo que se possa compreender a relação entre a educação e o trabalho na sociedade contemporânea, afunilando o exame para as reformas educação e profissional, desde a chamada Era Vargas, até os dias atuais.

No terceiro capítulo, será analisada a política de formação profissional nos governos de centro-esquerda e a implantação do Pronatec, focando as políticas de expansão na Rede Federal de Ensino Técnico e Profissional.

No quarto capítulo, desenvolve-se uma avaliação do Pronatec no IFPB através da análise dos dados coletados através de documentos oficiais.

Ao final, fazemos algumas considerações de caráter conclusivo acerca do tema abordado, as quais buscam responder como se deu o processo de implementação do Pronatec no IFPB, além de levantar os desafios para a consolidação do Programa e apontar possíveis caminhos para correções de rumo dessa importante política pública de qualificação profissional.

2 – RETROSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL

Este capítulo tem, por propósito maior, realizar uma breve retrospectiva histórica envolvendo a relação entre educação e trabalho, apontando as origens do trabalho, o desenvolvimento da educação profissional no Brasil e as mudanças acontecidas no mundo do trabalho. O nosso objetivo é situar historicamente o avanço na conceituação e prática da educação profissional advinda com a revolução industrial e, no caso brasileiro, delimitar como esse processo foi se dando ao longo da nossa história, tendo, como marco, as reformas educativas, a partir dos anos 1930, até os dias atuais.

2.1. O MUNDO DO TRABALHO E SUAS RECONFIGURAÇÕES

O trabalho é toda transformação da natureza realizada para atender às necessidades do homem e tem, portanto, sua origem no surgimento e desenvolvimento da humanidade, desde a chamada comunidade primitiva, que evoluiu e desaguou no que hoje se denomina *sociedade moderna*. Em uma perspectiva filosófica, segundo Marx e Engels (1999, p. 11), o ser humano se particulariza no mundo “Pela consciência, pela religião - por tudo o que se quiser, como distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida [...]”. Portanto, é com o trabalho que o ser humano alcança um estágio diferenciado na estrutura evolutiva dos seres vivos. Essa mudança teve seu ponto de inflexão há cerca de 2 milhões de anos, com o chamado *Homo habilis*, que alcançou essa denominação em virtude de sua capacidade de utilizar pedras afiadas ou agudas para quebrar o invólucro de sementes coletadas, matar animais e cavar a terras. O processo evolutivo da humanidade aconteceu a partir de condições naturais e únicas e de expressivas mudanças quantitativas ao longo de milhões de anos, através do que Charles Darwin (1809-1882) denominou de seleção natural.

O desenvolvimento da humanidade, até atingir o estágio que denominamos de sociedade moderna, à forma atual de organização social e política, deu-se de forma gradual, ao longo do tempo e da história. Todavia, há que se ter claro que esse processo histórico foi marcado pela relação de

subjugação, dominação, manipulação, desde a posse da terra, a partir do desenvolvimento da agricultura, resultando no processo da fixação das sociedades nômades à terra. O desenvolvimento das forças motrizes (Terra, Trabalho e Capital) ensejou a produção de um excedente de bens que tornou possível a apropriação privada e a expropriação do trabalho realizado pelos outros, resultando no surgimento das classes sociais fundamentais.

Tais transformações implicaram em mudanças no processo educativo, pois os trabalhadores, nos primórdios, aprendiam trabalhando e se educavam através do trabalho; já com a modernização e suas profundas alterações no mundo do trabalho, a formação desse trabalhador adquire novas conotações externas ao próprio mundo do trabalho, passando a ser desenvolvida por instituições próprias.

No início, o ofício existia para a coletividade, passando, na Idade Média, a uma divisão de classes sociais fundamentais: a classe dos proprietários, composta pelos senhores feudais, e a classe dos não proprietários, formada pelos camponeses que trabalhavam nos feudos para atender as necessidades dos proprietários. Conforme explicita Saviani (2007), a sociedade de classes, particularmente na forma escravista e feudal, gerou a separação entre a educação e o trabalho, e isto só ocorreu devido ao processo de trabalho. Essa separação se manifesta na separação escola e produção, conseqüentemente gerando uma divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, como menciona a citação a seguir:

[...] o desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre educação e trabalho. No entanto, não se pode perder de vista que isso só foi possível a partir da própria determinação do processo de trabalho. (SAVIANI, 2007, p. 157)

Em seguida, este autor explicita mais claramente o processo de separação entre escola e produção.

Com efeito, é o modo como se organiza a produção – portanto, a maneira como os homens produzem os seus meios de vida – que permitiu a organização da escola como um espaço separado da produção. Logo, a separação também é uma forma de relação, ou seja: nas

sociedades de classes a relação entre trabalho e educação tende a manifestar-se na forma da separação entre escola e produção. Essa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que foi se processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual. (SAVIANI, 2007, p. 157)

Com o passar do tempo, foram feitas importantes descobertas na fabricação artesanal das ferramentas, gerando a revolução agrícola, através da qual as cidades foram criadas, e o comércio se desenvolveu, o que culminou na Revolução Comercial. Já na Idade Moderna, com a revolução industrial, a incorporação da Ciência no processo produtivo foi de fundamental importância para o desenvolvimento urbano e industrial, passando o domínio do código da escrita a ser exigido, tornando-se uma necessidade generalizada. (SAVIANI, 1994, p. 155).

A burguesia, com as mudanças que ocorriam em relação da migração do campo para a cidade, começou a reivindicar a universalização da escola, de forma gratuita, obrigatória. Saviani (1994) explica essa reivindicação:

A escola está ligada a este processo, como agência educativa ligada às necessidades de hábitos civilizados, que correspondem à vida das cidades. E a isto também está ligado o papel político da educação escolar enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão. Significa formar para a vida na cidade, para ser sujeito de direitos e deveres na vida da sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria. (SAVIANI, 1994, p. 157)

Essas reivindicações da classe burguesa se basearam na visão do aprimoramento da força de trabalho, nos novos serviços e nas fábricas modernas.

Ainda segundo Saviani (2007), toda necessidade para qualificação profissional iniciou-se com o capitalismo, através da carência da força de trabalho para o manuseio e manutenção das máquinas. Na Idade Média, tivemos o trabalho agrícola, que uma classe trabalhadora - os camponeses - produzia para o seu sustento e para a manutenção dos donos das terras; já na Idade Moderna, temos as revoluções industriais que trouxeram a necessidade de uma revolução educacional, pois os principais países assumiram a

organização do sistema educacional buscando generalizar o ensino básico. Com a Revolução Industrial, a máquina foi colocada como a principal forma de desenvolvimento da produção; já com a Revolução Educacional, a escola foi erguida como forma principal de educação.

A Revolução Industrial iniciou-se na Europa, no final dos séculos XVIII, com o aprimoramento da máquina a vapor. A segunda revolução veio no século XIX com muitas inovações que foram surgindo, a utilização do aço, a eletricidade, a utilização dos derivados de petróleo, a descoberta do motor a explosão e a locomotiva a vapor. Já na terceira revolução, ocorrida entre os séculos XX e XI, temos o grande desenvolvimento da tecnologia e da automação.

Na revolução industrial, tivemos como principal mudança a substituição do trabalho artesanal para o trabalho assalariado com o uso das máquinas, além das alterações na forma de organização. A máquina substitui o artesanato, com o equipamento apropriando as funções manuais e tomando controle do trabalho, não sendo mais o trabalhador quem controla a máquina. Com o passar do tempo, desenvolve-se a segunda revolução industrial, gerando a necessidade da grande acumulação de capital pelos burgueses. Para atender a essa demanda, surge o taylorismo/fordismo, que operou a transferência para as máquinas de parcela das operações intelectuais, configurando a chamada “era das máquinas inteligentes”.

O taylorismo também conhecido como administração científica do trabalho, na visão de Braverman (1987, p. 82), é o “empenho no sentido de aplicar os métodos científicos aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão”.

O taylorismo, marcado por tarefas simples e repetitivas, pela separação de concepção e execução, foi idealizado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), sendo uma forma de organização do trabalho, baseado em quatro princípios: o estudo pela gerência do tempo e dos movimentos, a escolha da melhor pessoa para desempenhar uma atividade e cuidar do desenvolvimento, a criação do cartão de instrução a melhor pessoa é treinada para desempenhar a tarefa da melhor maneira e, por fim, a divisão do trabalho. No taylorismo,

tem-se uma aproximação melhor da gerencia e do operariado, facilitando o alcance dos objetivos traçados.

A administração científica é realizada através da organização sistêmica e hierárquica, a fim de evitar os vícios e controlar o tempo para uma maior produção. Os trabalhadores tinham que cumprir suas atividades em menor tempo possível, sendo premiados aqueles que produzissem em maior quantidade, aprofundando, dessa forma, a exploração da classe operária. Importante enfatizar que a jornada de trabalho nas fabricas era bastante extensa, ocasionando muitos acidentes, além do fato de que a disciplina e as agressões físicas eram muito intensas.

Com toda essa mudança no processo produtivo, os operários insatisfeitos com as instruções tayloristas começaram a reagir contra essa nova forma de organização. Para solucionar isso, Taylor propunha o aumento dos salários, através da atividade simples e da separação da concepção e da execução, conforme as produções de cada operário, incentivando a produtividade, amenizando as revoltas.

Em 1914, surge o fordismo, criado por Henry Ford (1863-1947), caracterizado pela produção em massa e pela maior redução dos custos, com vistas a baratear a produção. Trata-se de uma produção repetitiva, desgastante, com os operários não possuindo uma visão geral das etapas, somente dominando parte da produção, sem a necessidade da qualificação e com baixos salários. Não existe dúvida que a introdução da esteira rolante foi o grande diferencial em relação ao taylorismo, pois esta conduzia o produto e cada operário realizava uma pequena etapa das atividades previamente estabelecidas, inclusive quanto ao tempo dispendido, que poderia ser alterado dramaticamente ao sabor das decisões da gerência³.

O fordismo é baseado em três princípios: a) a intensificação, isto é, a redução máxima do tempo de produção e de chegada do produto no mercado; b) a economicidade, para fazer com que fosse reduzido ao mínimo os estoque e c) a produtividade, ou seja, a ampliação da produção por indivíduo (CHIAVENATO, 2003).

³ Embora a limitação física do trabalhador constituísse a fronteira da ampliação da velocidade da produção.

O uso do cronômetro no taylorismo amplia a produção em massa, resultando, no fordismo, profunda intensificação, automatização e mecanização do processo de trabalho. Neste modelo temos um projeto baseado na hegemonia, ou seja, a produção fordista busca não apenas dominar os operários, mas também conquistar a adesão da classe (RIBEIRO, 2015).

O taylorismo/fordismo trouxe consigo a geração de maiores lucros para o capitalista através de medidas eficazes para cumprir com rapidez e eficiências todo o processo de trabalho. O controle maior da produção e do processo de elaboração, retirando dos operários a necessidade de pensar o conjunto do processo produtivo resultou em maiores incrementos na produtividade.

Nesse período do capitalismo, de muitas transformações no mundo do trabalho e da educação, o pensamento econômico que norteia a visão de educação se baseia na Teoria do Capital Humano⁴, que transfere a reponsabilidade das melhores condições de vida do cidadão para ele mesmo. Essa teoria defende que o maior investimento em educação, pelo cidadão, torna-o mais adequado e competitivo para atuar no mercado de trabalho. Para seus defensores, a Teoria do Capital Humano favorece uma linearidade entre o investimento no capital humano e a mobilidade social, de modo que se pode concluir, a partir dessa abordagem, que a educação é o veículo de condução do trabalho e renda.

Frigotto (1989), em uma análise bastante crítica da Teoria do Capital Humano, afirma que a educação vista como um “fator econômico”, responsável pelo desenvolvimento social e individual, procura esconder a visão burguesa de educação.

A partir da década de 1950 até os anos de 1970, temos a organização de uma educação produtiva estruturada nas regras do taylorismo/fordismo, através da chamada “pedagogia tecnicista”. Esta educação produtiva surgiu nos Estados Unidos da América, no século XX, e chegou no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, quando a sociedade é moldada de acordo com a necessidade da indústria e da tecnologia da época.

⁴ A Teoria do capital Humano surgiu em meados da década de 1950 com os trabalhos de Theodore W. Schultz.

Para Manfredi (2002), a “pedagogia tecnicista” passa a contribuir para a transmissão dos conhecimentos técnicos e científicos, correspondendo ao aparecimento de novas divisões e novas funções na hierarquia social do trabalho, difundindo conhecimento e redefinindo a relação de saber e poder. Tal pedagogia visa, entre outras medidas, domesticar a força de trabalho e colocá-la de forma mais objetiva, a serviço da reprodução do capital e da própria sociedade de classes.

Em meados da década de 1970 e 1980, o taylorismo/fordismo entra em declínio, devido à crise estrutural do capital, com a alta da inflação e, conseqüentemente, a baixa produção, a insatisfação dos operários e a crise do petróleo de 1973. Tudo isso contribui para a queda do Estado do Bem-Estar Social, ancorado nas teses Keynesianas⁵. Segundo Souza (2002):

Quando o mundo capitalista caiu em recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, configurando-se, assim, o esgotamento das possibilidades de acumulação do capital. Esse esgotamento, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da informática, e ao avanço das conquistas políticas da própria classe assalariada, constituíram as condições objetivas dessa crise de acumulação do capital. (SOUZA, 2002, p. 75)

Através de uma difícil busca de novos padrões de dominação, o capitalismo viu-se na obrigação de implantar um vasto processo de reestruturação gerencial, visando recuperar o ciclo reprodutivo do capital, desaguando no que veio se chamar de a terceira revolução industrial, com base no toyotismo, modelo de produção de trabalho japonês, que é a revolução da informática ou automação, a acumulação flexível gerando a necessidade da politécnica e polivalência, uso do trabalho intelectual de forma geral, na medida em que, cada vez mais, rapidamente, as funções específicas passam a ser absorvidas pelas máquinas.

⁵ A Teoria Keynesiana consiste em um conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Ele acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

Segundo Alves (2000, p. 38), umas das características centrais do toyotismo é a vigência do que se considera a “manipulação” do consentimento operário, decorrente de aprimoramento de uma série de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no processo intrincado de produção de bens e mercadorias, que, desse modo, contribuem para “superar” as fronteiras erguidas pelo taylorismo/fordismo.

Nesse diapasão, Souza (2011, p. 18) considera que a formação de um trabalhador coletivo de novo tipo torna-se imprescindível. Segundo esse autor, o “avanço científico e tecnológico, principal instrumento de obtenção da disciplina e da incorporação ativa do trabalho vivo ao trabalho morto constitui, ele mesmo, a materialidade do novo tipo de subordinação do trabalho ao capital”. Tal subordinação é obtida, de forma mais específica, por meio de ações educativas, as quais são desenvolvidas “no ambiente de trabalho e no cotidiano da vida em sociedade”.

No final dos anos 1980, acontecem reformas educacionais com maior intensidade para atender ao emergente modelo de produção. Devido a essa nova organização do trabalho, o toyotismo, surge a necessidade de novas formas e modelos de qualificação profissional. No período que sucede a revolução industrial, em que os novos empreendimentos industriais se destacaram, os serviços de infraestrutura de transporte e edificações geraram a necessidade de qualificação profissional e novas iniciativas na instrução básica e profissional da classe popular.

2.2. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A partir da colonização do Brasil pelos portugueses, com a chegada da caravana de Pedro Álvares Cabral, em 1500, a base da economia brasileira se constitui com base na agroindústria açucareira, baseada predominantemente no trabalho escravo e poucos trabalhadores livres (MANFREDI, 2002).

Durante o período colonial, as residências e os colégios dos Jesuítas foram os lugares utilizados para a formação profissional as chamadas “escolas-oficinas”, nas quais eram ensinados os ofícios de carpintaria, pintura, construções de edifícios entre outras atividades. Segundo Prado Júnior (1963, pp. 220-225), foram abertas manufaturas têxteis e, também metalúrgicas, que

fabricavam ferraduras para animais de carga e instrumentos de trabalho para a mineração.

Em 1808, a Corte portuguesa alterou o *status* político do Brasil, deixando de ser colônia para se tornar sede da Coroa, ocorrendo mudanças significativas na economia e na política, como a implantação das atividades e empreendimentos industriais para atender ao comércio, e o surgimento do aparelho educacional escolar. Ainda segundo Manfredi (2002):

Os novos empreendimentos industriais e o surgimento de grandes centros estimularam o incremento de serviços de infraestrutura urbana de transportes e edificações. A modernização tecnológica (ainda que no nível de adaptação e de manutenção da tecnologia importada) inerente a esses novos setores da economia brasileira gerou novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas, no campo da instrução básica e profissional popular. (MANFREDI, 2002, p. 79)

No final do período do Império e início da República, o país ingressa numa nova era, com aceleração do processo de industrialização e urbanização, fazendo com que o sistema educacional e a educação profissional ganhassem novas configurações. O ensino de ofício artesanal e manufatureiro deu lugar a redes escolares, cujos usuários não eram mais somente os pobres e desafortunados, mas os trabalhadores livres dos setores urbanos.

Segundo Lima Filho (2008), a educação profissional no Brasil passou por várias fases que, no entanto, não constituíram marcos absolutos, mas sim períodos que trazem um maior entendimento da implantação e da evolução, até os dias atuais, do ensino profissional. A primeira fase foi a de implantação e estabilização (1909-1940); a segunda, a de Organização e estruturação do ensino técnico (1940-1960); a terceira, de diversificação e expansão do ensino técnico (1960-1980); a quarta, de estagnação (anos 1980); a quinta, a redefinição e expansão privada (anos 1990).

Em 1909, as escolas de aprendizes se tornaram um único sistema escolar, atendendo à conjuntura política e econômica da época e iniciando um processo de transformações criado através do presidente Nilo Peçanha (1867-1924), que inaugura as Escolas de Aprendizes Artífices, com objetivo de

promover aos operários e contramestres o ensino prático e de conhecimento técnicos, a fim de que resguardar suas sobrevivências, investindo na qualificação da mão de obra e favorecendo os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto nº 7.566, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas. De acordo com Lima Filho (2008):

No que concerne à história do ensino técnico profissional escolar e das políticas de formação de trabalhadores no Brasil, é importante observar os caminhos percorridos à luz das transformações ocorridas no Estado-Nação brasileiro no decurso do século XX à atualidade. (LIMA FILHO, 2008, p. 106)

A formação nessas escolas de artifices era conveniente e necessária ao Estado da Federação, sendo consultadas as necessidades das indústrias locais.

Ciavatta (2010) chama a atenção para o fato de que a sociedade brasileira possui uma dívida secular com a população e o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que foram, desde os primórdios do país, situado em um plano inferior e condenado a não receber conhecimentos, “senão aqueles que fossem necessários ao trabalho produtivo no campo e nos espaços urbanos”. Somente bem mais tarde e com um atraso considerável, de séculos, a percepção da importância da educação, no processo de produção e reprodução de mercadorias, isto é, do desenvolvimento capitalista, foi paulatinamente se implantado, de forma gradual e limitado, e tão somente nas funções de ler, escrever, contar e aprender um ofício. Daí a importância dada às escolas de aprendizes artífices. Segundo Cunha (2000d):

Essas escolas formavam, desde a sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação que as distinguia das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares (fossem congregações religiosas ou sociedade laica), por governos estaduais, e diferenciavam-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federal. Em suma as escolas de aprendizes artífices tinham prédios próprios, currículos e metodologia próprios, alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar. (CUNHA, 2000d, p. 94)

Na primeira República, período que vai da proclamação da República até os anos 1930, houve muitas transformações e ebulição social, o que desencadeou novas práticas da educação profissional. Junto às políticas assistencialistas e compensatórias, surge a concepção católico-humanista, que lutava contra o veneno da preguiça, da vagabundagem e das ideias revolucionárias. Também nascem as ideias anarco-sindicalistas para a escola fundamental e, por fim, a visão profissional para o mercado de trabalho, segundo (MANFREDI, 2002).

Em 1927, foi aprovado o projeto de lei Fidelis Reis, que obrigava o oferecimento do ensino profissional no país pelas escolas mantidas e subvencionadas pelo governo. Com esse projeto, em meados de 1930, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser supervisionadas pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, visto que, antes, eram controladas pelo Ministério da Agricultura. Foi um período de evolução do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e de introdução de novas especializações nas escolas existentes.

Na Era Vargas, que vai de 1930 a 1945, aconteceram várias reformas educacionais: a primeira delas, denominada de Reforma de Francisco Campos, propôs a organização do ensino médio, superior, secundário e profissional. Nesse sentido, é relevante ressaltar que Francisco Campos (1891-1968)⁶ buscou elaborar o projeto educacional do início do governo de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) em meio às fortes contradições do período econômico e político que o país atravessava, bem como às próprias concepções pedagógicas da época.

A Reforma Francisco Campos aconteceu por meio de um conjunto de decretos que dispunham sobre a organização do ensino superior e do ensino médio, secundário e profissional, consolidando o dualismo educacional. Ela reforçou o elitismo e frustrou a propalada renovação científica do sistema educacional brasileiro, em meio a um contexto de novas ideias inspiradas pelos intelectuais que assinaram um documento denominado de Manifesto dos Pioneiros da Educação, cobrando uma nova atitude do Estado face à educação do povo.

⁶ Francisco Campos foi o primeiro Ministro da Educação brasileira.

A primeira Constituição brasileira a tratar do ensino técnico, profissional e industrial foi a de 1937⁷, em seu artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937)

Em seguida, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei nº 378, que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinando-os ao ensino profissional, de todos os ramos e graus, mudanças que pouco alteraram os objetivos das antigas instituições.

Em 1941, ocorreu a Reforma Capanema⁸, que foi a segunda reforma no sistema educacional da Era Vargas no chamado período do Estado Novo, a qual remodelou todo o ensino no país, deixando sua marca profunda no ensino secundário, dotada de alguns pontos principais. Segundo arquivo centenário do MEC (2009):

[...] o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (MEC, 2009, p. 4)

⁷ Esta Constituição substituiu a Constituição democrática de 1934 e expressa a nova fase ditatorial do governo de Getúlio Vargas.

⁸ MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Reforma Capanema**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira, 2002.

Em 25 de fevereiro de 1942, foi assinado o Decreto nº 4.127, que transformava os Liceus profissionais em Escolas Industriais e Técnicas, estabelecendo as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial e passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, momento em que a separação do trabalho manual e intelectual se intensifica. Desse modo, a estrutura escolar é reorganizada, de modo a atender essa nova etapa do desenvolvimento econômico nacional, quando a economia deixa de ser agroexportadora e passa a ser industrial, com maior intervenção do Estado. O ensino profissional, assim, era destinado a classes menos favorecidas. Manfredi (2002) pronuncia-se sobre isso:

A política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas. (MANFREDI, 2002, p. 95)

Apesar de todas as mudanças no ensino profissional, com a Reforma Capanema, os cursos técnicos não atendiam aos anseios da população, devido principalmente à sua longa duração de três a quatro anos. Isso porque, segundo Xavier (1990, p. 112), de um lado, não havia garantias de que a nova legislação assegurasse infraestrutura necessária para formação efetiva da mão de obra, particularmente, em seus aspectos prático e instrumental da aprendizagem e, que, por outro lado, afiançasse colocação profissional efetiva e imediata aos alunos egressos desse ramo. Portanto, não havia garantias nem de que as condições de intercâmbio necessárias à realização eficiente da tarefa laboral nem da provisão dos recursos materiais e humanos. Tais faltas de condições contribuíram para o “afastamento gradual e a inadequação crescente dos cursos oficiais de formação profissional com relação às exigências do mercado de trabalho”.

Segundo Xavier (1990), o que se pode constatar é que as duas reformas empreendidas nas décadas de 1930 e 1940 oficializaram o dualismo educacional brasileiro. Esse modelo reproduzia, na estrutura do sistema educacional, a clássica separação do pensar e fazer e, na prática, discriminava e privilegiava, dentro da estrutura econômico-social, os grupos econômicos privilegiados, além de reproduzir a concepção ideológica de submissão do trabalho em relação ao capital. Assim, de acordo com este autor, a “política educacional nacional definia-se, cada vez mais nitidamente, como instrumento de cimentação da ordem econômico-social vigente” (XAVIER, 1990, p. 119). Complementando essa compreensão, Ciavatta (2005) afirma:

No Brasil, o dualismo das classes sociais, do acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual. [...] Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção. (CIAVATTA, 2005, p. 4)

Podemos concluir que, com a Reforma Capanema, foi aprofundada a dualidade nas propostas de qualificar as elites nacionais e os trabalhadores manuais, adequando-os às transformações então emergentes do mundo do trabalho, criando uma distância entre o trabalho intelectual e o manual.

. A partir do final da década de 1930, conforme assenta Manfredi (2002, p. 98), foi criado um novo modelo de formação profissional: o sistema corporativista de representação sindical patronal. Essa organização favoreceu a construção, em 1940, de um sistema equiparado ao público, que é governado e ordenado pelos órgãos sindicais dos empresários, conhecido Sistema S. Ainda para esta autora, o “Sistema S configura-se como uma rede de Educação Profissional Paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial” (MANFREDI, 2002, p. 179).

No contexto das mudanças no sistema de ensino profissional público, com a reforma Capanema, criou-se um sistema paralelo, representado, inicialmente, pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Social do Comércio (SESC), instituições que responderiam às necessidades do mercado de trabalho em que as empresas indicavam os cursos de aprendizagem, destinados ao treinamento rápido e à reciclagem (XAVIER, 1990). Posteriormente, foram implantados o Serviço Nacional de Agricultura (SENAR) e o Serviço Nacional de Transporte (SENAT), que completaram o denominado Sistema S (OLIVEIRA, 2003).

Essas instituições são de natureza privada, mantidas por recursos públicos, governadas por entidades sindicais empresariais, cada uma com suas especificações, criadas para atender à expansão industrial na Era Vargas e às políticas de substituição das importações.

Os anos de 1956 a 1961 foram marcados pela atuação do governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), que tinha como lema “50 anos em 5”, desenvolvendo a indústria automobilística, realizando um grande investimento em infraestrutura e investindo também na educação, a fim de que fossem formados profissionais que estivessem aptos para cumprirem as metas de desenvolvimento do país.

Em 1959, foi promulgada a Lei nº 3.552/1959, a qual “dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências”. Essa lei, em seu primeiro artigo, estabelece dois objetivos para as escolas de ensino industrial: visa a proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica, permitindo a integração na comunidade e a participação no trabalho produtivo ou o prosseguimento nos estudos, e propõe a preparação para o exercício de atividade especializada de nível médio (BRASIL, 1959).

Em seus dispositivos iniciais, essa lei estabelece que as escolas de ensino industrial ofereçam cursos de aprendizagem destinados a jovens de 14 anos, com base em conhecimentos elementares, de caráter intensivo e duração variável; curso básico de educação geral com quatro séries para

aqueles que concluíram o curso primário e os cursos técnicos de quatro séries ou mais com o objetivo de formar técnicos para o desempenho de função de imediata assistência a engenheiros ou a administradores, ou para exercer profissões em que as aplicações tecnológicas exijam graduação técnica. A Lei também estabelece que os cursos deveriam adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica e articular-se com a indústria atendendo as exigências do mercado (BRASIL, 1959).

Nesse período, acontece a transformação das Escolas Industriais e Técnicas em Escolas Técnicas Federais, dando-lhes um novo *status*, passando a serem autarquias, com autonomia didática e de gestão, com o objetivo de formar técnicos para atender o processo de industrialização acelerado vivido no momento.

A partir de 1960, inicia-se uma evolução histórica da educação profissional e técnica, chamando o período de diversificação e evolução do ensino técnico. Esse período foi marcado por fortes disputas e agitação social e política, com uma polarização profunda entre os grupos políticos de direita e de esquerda. Esses últimos defendiam reformas de base que foram encampadas pelo governo João Goulart (1918-1976) e que buscavam atingir todos os setores sociais. Em meio a esse debate, emerge a discussão acerca de uma reforma profunda na educação, que deveria superar a LDB de 1961 (CORDÃO, 2005, p. 5).

Logo após a criação das Escolas Técnicas Federais, o ensino técnico ganhou um novo *status* através da promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, igualando o ensino profissional com o acadêmico. Até a criação da LDB, o ensino técnico era destinado à comunidade carente e sem qualquer equivalência; após a lei, o ensino profissional e técnico poderia ser utilizado para toda a sociedade que necessitasse para atender a economia atual. Desse modo, a LDB de 1961, segundo Oliveira (2003):

[...] trouxe, como alteração mais importante, no que tange ao ensino profissional, a completa equivalência dos cursos técnicos ao secundário, para efeito de ingresso nos cursos superiores. Facultou, também, a possibilidade das instituições criarem cursos pré-técnicos, com duração de um ano, cujas disciplinas seriam apenas as de caráter

geral, obrigatórias para todo o curso técnico, mas desenvolvidas em três séries nos cursos secundários. (OLIVEIRA, 2003, p. 34)

A Lei de Diretrizes e Bases estabelece e regula o sistema educacional brasileiro baseado nos princípios constitucionais, sendo citada, pela primeira vez, na Constituição de 1934, e tendo seu projeto encaminhado ao Legislativo em 1948, passando treze anos de debate.

Ghiraldelli Junior (1994) afirma que a Lei de 1961, promulgada no governo de João Goulart, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBA que tinha como princípios definir e regularizar o sistema de educação brasileiro a partir da Constituição em vigor, encontrou a educação do país em estado calamitoso, pois somente 7% dos alunos do curso primário chegavam à 4ª série. O ensino secundário acolhia apenas 14% daqueles que o procurava e somente 1% dos estudantes alcançava o ensino superior. Numa abordagem mais crítica, Xavier e Deitos (2006) afirmam que a Lei 4024/61 consolidou o elitismo na educação, ampliando e consolidando o dualismo público-privado, atendendo aos interesses dos dominantes da ordem capitalista brasileira. O fato, porém, é que a LDB de 1961 teve vida curta, e em 1964, o Brasil é submetido a um novo período ditatorial.

No Governo Militar, é promulgada a Lei nº 5.692/71, que tinha como objetivo fixar as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus⁹ e instituiu a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, estabelecendo a igualdade entre o curso secundário e curso técnico, transformando o modelo humanístico/científico em um científico/tecnológico. Nesse contexto, vale salientar que a referida lei foi criada com o intuito de formar técnicos de forma urgente, para atender à demanda do País.

O que se observa em relação à educação profissional, nos liames da Lei nº 5692 de 1971 que a tornou compulsória, é que tal política não vingou, pois implicou um legado de ambiguidade e de precariedade ao ensino médio e, na prática, desestruturou o ensino técnico estadual. Esse desmonte só não conseguiu atingir as escolas técnicas federais devido à sua autonomia, cujos dados são confirmados pelo Parecer CNE/CEB (Nº 16/1999, p. 10):

⁹ Atualmente ensino fundamental e ensino médio.

A Lei Federal nº 5.692/71, que reformulou a Lei Federal nº 4.024/61 no tocante ao então ensino de primeiro e de segundo graus, também representa um capítulo marcante na história da educação profissional, ao generalizar a profissionalização no ensino médio, então denominado segundo grau. Grande parte do quadro atual da educação profissional pode ser explicada pelos efeitos dessa lei. Desse quadro não podem ser ignoradas as centenas e centenas de cursos ou classes profissionalizantes sem investimentos apropriados e perdidos dentro de um segundo grau supostamente único. Dentre seus efeitos vale destacar: a introdução generalizada do ensino profissional no segundo grau se fez sem a preocupação de se preservar a carga horária destinada à formação de base; o desmantelamento, em grande parte, das redes públicas de ensino técnico então existente, assim como a descaracterização das redes do ensino secundário e normal mantidas por estados e municípios; a criação de uma falsa imagem da formação profissional como solução para os problemas de emprego, possibilitando a criação de muitos cursos mais por imposição legal e motivação político-eleitoral que por demandas reais da sociedade.

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, com o objetivo de aprofundar a formação da mão de obra, atribuindo a essas a formação de engenheiros de operação e de tecnólogos.

Logo adiante e, em vista do completo fracasso da política de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau, foi promulgada a Lei nº 7044/82, que revogou a obrigatoriedade do ensino técnico no ensino de 2ª grau. Todavia, a política educacional do Regime Militar trouxe fortes alterações na educação do ensino secundário, cujos efeitos persistem até hoje. Segundo essa Lei, a “qualificação para o trabalho” foi substituída pela “preparação para o trabalho”, e o ensino de 2º grau se livrou da profissionalização obrigatória. Ocorre que os estragos já foram suficientes para retirar dessa etapa da educação suas características próprias (GHIRALDELLI JUNIOR, 1994, p. 183).

Por outro aspecto, o fim da profissionalização compulsória agravou a dicotomia ensino *versus* ensino propedêutico. Conforme Frigotto; Ciavatta; Ramos, (2010):

Enquanto a Lei nº 5.692/71 determinava que na carga horária mínima prevista para o ensino técnico de 2º grau (2.200 horas) houvesse a predominância da parte especial em relação à geral, a Lei nº 7.044/82, ao extinguir a profissionalização compulsória, considerou que nos cursos não-profissionalizantes as 2.200 horas pudessem ser totalmente destinadas a formação geral. Com isto, os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados de uma formação básica plena, que por sua vez, predominava nos cursos propedêuticos, dando, àqueles que cursavam esses cursos, vantagens em relação às condições de acesso ao ensino superior e à cultura em geral. (RAMOS, 2010, p. 34)

A redemocratização do país trouxe novas configurações para a educação brasileira. Um marco importante para a educação foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. A Constituição cidadã incorporou muito dos avanços exigidos pelos movimentos sociais e entidades de educadores. O direito à educação passou a ser previsto claramente e os recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (MDE) foram definidos em função dos impostos em percentuais superiores ao previsto anteriormente, bem como assegurou-se a necessidade de um Plano Nacional de Educação (PNE) para garantir o cumprimento de metas para a educação brasileira. A Constituição Federal de 1988 prevê, ainda, uma nova LDB que, no entanto, só foi sancionada em 1996, já sob a égide do pensamento neoliberal.

2.3. A REFORMA NEOLIBERAL E O ENSINO PROFISSIONAL NOS ANOS DE 1990

Conforme já se mencionou em momento anterior deste capítulo, de certo modo, a partir do declínio do processo de acumulação fordista e da emergência do novo modelo de acumulação flexível, fundamentado num processo de reorganização da produção via novas tecnologias, principalmente de base microeletrônica, lançaram-se as bases econômicas para origem ao chamado neoliberalismo. Mas, porém, foi a crise do Estado-providência e sua incapacidade de manter os ganhos do trabalho que definitivamente conduziram a maioria esmagadora dos países capitalistas a adotar o novo modelo.

Com efeito, o Estado interventor, próprio de um momento de forte acumulação com base em formas rígidas de produção, deu lugar ao Estado

mínimo, que teve, como principal missão, desregulamentar as relações trabalhistas e privatizar o máximo possível de setores anteriormente geridos pelo Estado. Tais alterações exigiram novas formas de relacionamento entre Estado e sociedade.

Para tanto, as reformas do Estado e da educação estiveram na primeira linha das mudanças operadas no âmbito do Estado mínimo, mas não apenas isso: profundas alterações nos procedimentos de gestão foram feitas, com corte de gastos sociais, mudanças nos processos de captação de recursos, bem como no financiamento e distribuição do fundo público. Nessa perspectiva, a educação passa a ser compreendida e usada como um importante instrumento de adequação da sociedade às novas dinâmicas da mudança no modelo de desenvolvimento da economia capitalista, sob a égide do pensamento único das agências internacionais de desenvolvimento, a exemplo do BM e do FMI.

No Brasil, a partir da década de 1990, ocorreram processos de mudanças, reformas, normatizações e regulação do Estado brasileiro, com vista à sua adequação ao modelo de Estado mínimo. No campo da educação, reergue-se a visão empreendedora advinda da Teoria do Capital Humano, que esta baseada na visão de que o empregado se torna uma empresa e este fica encarregado por sua empregabilidade, tendo que lançar-se para sua qualificação profissional.

Considerando o imperativo de aumento da escolaridade da população como meio para melhorar as condições de inserção da economia mundial, o novo pensamento educacional passa a apoiar-se na agenda internacional concebida na Conferência de Jomtien (1990), na Declaração de Nova Delhi (1993) e no Fórum Mundial de Educação em Dakar (2000).

Nesse diapasão, as reformas e as políticas educacionais, efetivadas a partir dos anos 1990, adotaram o discurso da necessidade de repensar os processos formativos e a defesa da necessidade de preparação ou qualificação para o trabalho. Um novo determinismo econômico passa a permear o processo educativo, e a escolarização da população tornou-se condição necessária para atender às demandas da nova realidade econômica de uma sociedade que passou por mudanças estruturais advindas com as novas

tecnologias e a chamada globalização. Assim, os conceitos de competências, empregabilidade e empreendedorismo ganharam força no ideário reformista neoliberal.

No Brasil, a reforma do Estado, nos anos 1990, baseou-se nos seguintes fundamentos: a) delimitação das funções do Estado; b) definição do papel regulador do Estado e de seus limites; c) aumento da governança do Estado e da governabilidade (PEREIRA, 1997). Como fruto desse período, temos uma ampla reforma na educação a partir da nova legislação adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em que se destacam a nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, o Decreto 2.208/97, que trata do ensino profissional, e as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN.

O momento era o de promover uma reforma curricular que não se limitasse à elaboração apenas de novos currículos técnicos, mas que construísse uma nova pedagogia institucional em que o principal objetivo fosse o de alinhar as políticas e ações das instituições ao novo cenário, com destaque para a descaracterização das demandas sociais locais e regionais. É certo que houve movimentos de resistência ao modelo posto em evidência nos anos 1990, e muitas lutas foram travadas quando da reestruturação do ensino médio e profissional, pois, de um lado, havia um grande *déficit* de escolarização do ensino fundamental, médio e profissionalizante e, de outro, uma nova institucionalidade, baseada reestruturação produtiva, internacionalização da economia brasileira.

Em razão disso, foi promulgada a Lei 8.984/94, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica estabelecendo a transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFET's. As Escolas Agrotécnicas Federais também deveriam integrar-se a esse processo, mas só em 1999, após cinco anos da Lei, efetivamente ocorreu a implantação dos novos CEFET's.

Esse sistema passou a desenvolver uma grande quantidade de cursos referente à educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico. Os de formação tecnológica são cursos de graduação, feitos em convênios com universidades, enquanto os de formação técnica são cursos oferecidos a quem já concluiu o ensino médio. Por último, a formação básica tem dois tipos de cursos: o curso de aprendizagem oferecido a menores de idade entre 14 a 18

anos que tenham concluído o ensino fundamental e cursos de qualificação, que são cursos de 80 a 250 horas, os quais incluem pessoas que concluíram o ensino fundamental ou médio.

Nesse período, o neoliberalismo impôs-se como política hegemônica, ao lado de outras políticas de menor intervenção no mercado que visavam a uma melhor disposição ao processo de globalização. Não diferente, a educação também era incluída por essa política neoliberal, de modo que as ações de educação profissional deveriam ser repassadas, progressivamente, para a esfera privada (KUENZER, 1999), em um processo revelado pela aprovação da Lei 9394/96, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

A LDB de 1996 é marcada pela exclusão da educação profissional na educação escolar, o que resultou no retorno do forte atrelamento da educação profissional ao mercado de trabalho por meio do Decreto nº 2.208/97 que, segundo Garcia (2009), visava melhorar a qualidade e o acesso à formação profissional, fazendo uma ampla reforma no ensino médio regular e no sistema público de Educação Profissional, regulamentando o artigo nº 36 da LDB de 1996, referente à modalidade da educação profissional. Na prática, ele estabeleceu a separação formal entre ensino médio e ensino técnico, além de organização e currículos diferenciados, atingindo, sobremaneira, os CEFETs. Com isso, reeditou-se o chamado dualismo pedagógico, em que as parcelas mais pobres da população deveriam seguir o caminho da formação profissional, e os demais, o ensino propedêutico.

O intuito dessa mudança foi induzir os ingressantes nas carreiras técnicas a participar dos cursos, reforçando, assim, a dualidade estrutural no sistema educacional brasileiro. Desse modo, tanto a lei como o de decreto citados estabeleceram as bases para o ensino profissionalizante das instituições públicas e privadas, as quais passaram a se ajustar às novas disposições. Com isso, reeditou-se o chamado dualismo pedagógico, em que as parcelas mais pobres da população deveriam seguir o caminho da formação profissional, e os demais, o ensino propedêutico.

A nova lei de diretrizes assim estabelece a separação entre o ensino médio e o profissional, criando redes e sistemas distintos, com perspectiva de redução de gastos, visto que o custo-aluno é maior no ensino profissionalizante

que no ensino médio. Desse modo, para que haja a democratização do acesso, percebe-se menos custoso o ingresso de alunos no ensino médio que no profissional, não obstante as profundas distinções entre as premissas de ambos, com uma ancorada na lógica do mercado e outra, na preparação para o ingresso nas universidades.

Kuenzer e Garcia (2008) relatam essa discussão sobre o ensino médio e profissional, no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases de 1996:

Com a descaracterização que sofreu no processo de discussão, a atual LDB nº 9394/96 colocou a Educação Profissional numa situação de limbo, pois não é tratada como educação básica nem superior. Há setores que têm o entendimento que ela perpassa os dois níveis, pois os cursos técnicos fazem parte da formação de nível médio, e os tecnólogos de nível superior, mesmo com este entendimento a situação permanece a mesma, a LDB deixa um vácuo nesta “modalidade” de ensino. (KUENZER & GARCIA, 2008, p. 37)

Nesse sentido, Cêa (2007, p. 3), avalia que essa flexibilidade inicialmente apontada já na LDB (Lei 9.394/96) é parcialmente absorvida pelo Decreto nº 2.208/97, tendo em vista que “limitou-se a estabelecer a concomitância ou sequencialidade como únicas alternativas de articulação entre a educação profissional e os níveis de escolaridade”, a despeito do preconizado pelo artigo 36 da própria LDB.

Na sequência, o MEC, através da Portaria 1005/97, lançou o Programa de Reforma da Educação Profissional (Proep), para implementar a reforma do ensino médio e profissional, com foco na melhoria da qualidade e na pertinência da educação profissional em relação ao mercado, realizando parcerias entre a sociedade e o Estado e entre escolas e o setor privado. Esse programa estimulava ações integradas da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, para criar um novo modelo de Educação Profissional, gerando a ampliação de vagas, a diversificação de oferta e a definição de cursos de forma adequada às demandas do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia.

O Proep visava ampliar o acesso à educação profissional com base no que dispunha a LDB, o Decreto 2208 de 1997 e a Portaria 646, que tinham, como objetivo, melhorar a qualidade e o acesso à formação profissional, bem

como estimular inovações e melhorias nos aspectos técnico-pedagógicos, realizando alterações curriculares, e o redirecionamento dos cursos, tendo, como base, o mercado de trabalho, através de parcerias com os governos estaduais.

Verifica-se, desse modo, que a trajetória histórica da educação profissional, desde os primórdios da colonização brasileira até os governos do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, se deu por muitas evoluções, conflitos e mudanças. Todavia, a visão restritiva de ação governamental, própria do pensamento hegemônico neoliberal que deu as cartas no governo FHC impediu maior expansão do ensino profissional. No próximo capítulo, nos deteremos aos governos posteriores e aos programas sociais implantados por eles para chegarmos às atuais políticas de expansões e democratização do ensino Técnico, com foco na implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.

3 – A POLITICA RECENTE DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC

A partir de 2003, o país inicia uma nova trajetória política, que terá desdobramentos econômicos com grande repercussão no mercado de trabalho, em virtude do crescimento da economia. Tal mudança no cenário econômico passa a exigir uma nova postura face à formação de mão de obra.

No campo da formação e com vistas a acompanhar as novas exigências do mundo do trabalho, políticas e ações foram colocadas em prática, destacando-se o fortalecimento e a expansão da rede federal, o surgimento da rede E-TEC, em 2007, o Brasil profissionalizado, no mesmo ano, e o acordo de gratuidade do Sistema S, em 2008. Tais medidas fizeram-se necessárias, visto que, em 2006/2007, tendo como fruto a expansão do mercado de trabalho, já começou-se a revelar sinais de escassez da mão de obra qualificada. No bojo dessas transformações, o Pronatec emerge, em 2011, como um dos principais programas de qualificação de mão de obra.

3.1. A EXPANSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL

Antes de analisamos o Pronatec convém, ainda que de forma breve, recapitular os programas de formação profissional que o antecederam. São eles: o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), que teve sua vigência de 1963 a 1982; o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que vigorou entre os anos de 1995 e 2002; e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), criado em 2003 e encerrado em 2007. Abaixo faremos um breve histórico destes programas para adentrarmos no Pronatec especificamente no IFPB, que é o eixo principal deste trabalho.

O PIPMO foi um programa gerado no governo de João Goulart e executado durante a ditadura militar, sendo implantado em um momento de êxito do taylorismo/fordismo e tendo como ideologia o oferecimento de cursos profissionalizantes a trabalhadores pouco habilitados para o mercado de trabalho com direcionamento a um emprego. Implementado pelo Sine (Sistema Nacional de Emprego), este programa chegou ao fim devido a uma crise política e econômica vivida no país e, conseqüentemente, à escassez de

emprego, momento em que não havia recurso para ser investido neste programa. A execução foi iniciada pelo Ministério da Educação e só em 1975 passou a ser administrado pelo Ministério do trabalho. Conforme Barradas (1986):

A transferência do PIPMO para o Ministério do Trabalho se processou junto a um movimento maior, por parte do Estado, que visava a desenvolver neste Ministério uma política mais centralizada de preparação de mão-de-obra no país. Dentro dessa perspectiva, o Governo promoveu uma reestruturação, que se iniciou pela vinculação, em 1974, do SENAI e do SENAC ao Ministério do Trabalho. Em 1975, transferiu o PIPMO para o mesmo Ministério; criou a Lei de Incentivos Fiscais, destinada às pessoas jurídicas, com o objetivo de desenvolver nas empresas treinamento próprio; e em 1976, criou o SENAR. (BARRADAS, 1986, p.147)

Após quase uma década, sem programas de qualificação profissional, surge o Planfor, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso para amenizar o desemprego estrutural existente no período. A criação deste plano se deu no momento em que houve redução da participação relativa da indústria na economia nacional, amplo processo de privatizações, ajustes na automação, sendo financiado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Os cursos eram vinculados ao Ministério do Trabalho e Emprego.

O Planfor teve como finalidade alcançar a população mais carente, desempregada e de emprego informal, sendo estruturado para complementar o ensino básico, com o intuito de habilitar o trabalhador em três bases: a básica, a específica e a de gestão. Ocorre que o programa foi perdendo força, em razão da crise econômica vivida e da política de redução de despesas efetuada pelo então Presidente. Frigotto (1999) faz uma crítica a este programa com suas modalidades:

Trata-se de um currículo modular, fundado na perspectiva das habilidades básicas e específicas de conhecimentos, atitudes e de gestão da qualidade, construtoras de competências polivalentes e, supostamente, geradoras da empregabilidade. Módulos que podem ser compostos em diferentes instituições públicas ou privadas. Subjacente a essa mudança e em consonância com as diretrizes do Banco Mundial, situa-se na estratégia de transformar esse tipo de ensino num serviço a ser oferecido para o financiamento tanto do setor privado

empresarial quanto do setor público. Vale dizer, um mecanismo claro de privatização. (FRIGOTTO, 1999, pp. 39-40).

A vitória das eleições de 2002 por forças de centro-esquerda, capitaneadas por um operário, maior liderança do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, em sua quarta tentativa de alçar à presidência da República, significou uma mudança de porte na condução das políticas sociais. Lula governou o país de 2003 a 2011, e seu programa de governo tinha, como ideias-chaves, o maior desenvolvimento econômico do país, a erradicação da pobreza, o fim da exclusão social, melhor distribuição de renda e investimento em políticas públicas como saúde e educação de qualidade.

Logo em 2003, é criado o PNQ, cujo objetivo é formular “um novo programa com novas dimensões – ética, política, conceitual, pedagógica, institucional e operacional” (MONTALVÃO, 2015, p. 10). Ocorre que, segundo Castioni (2013, p. 31), as ações conduzidas por esse programa reproduziram os mesmos problemas existentes nos cursos desenvolvidos no âmbito do PLANFOR e “não conseguiu promover ações integradas de orientação e recolocação, profissional”. Ainda de acordo com este autor, os trabalhadores acumulam uma infinidade de cursos que, via de regra, “não ajudam a melhorar suas condições para se inserirem no mercado de trabalho”.

O PNQ foi gerado em um momento de necessidade de mão de obra qualificada quando havia crescimento do País e tinha como meta inicial qualificar pelo menos 20% do PEA (população economicamente ativa). O PNQ enfraqueceu e chegou ao fim frente a uma grande quantidade de população carente sem qualificação profissional e sem inserção no mercado de trabalho.

Durante os primeiros oito anos de gestão do Partido dos Trabalhadores, o país experimentou uma nova rota de crescimento com base na expansão do mercado interno e na inclusão dos desfavorecidos. Assim, no período compreendido entre os anos de 2004 e 2008, houve forte retomada do crescimento econômico no Brasil, com taxa média de expansão do PIB na ordem de 4,2% ao ano, ou seja, praticamente o dobro do que se observou no período imediatamente anterior, a despeito da crise econômica mundial, que levou à retração a economia brasileira em 2009, de modo que o Brasil logrou concluir o governo Lula com um crescimento de 7,5% em 2014.

Com relação às políticas sociais, o governo Lula ampliou fortemente os investimentos em programas de inclusão social, inicialmente, a partir do Programa Fome Zero e, depois, com o Programa Bolsa Família; ainda, houve o incentivo a ações de financiamento dos bancos públicos, sobretudo para a construção de moradias populares e para a agricultura familiar, investindo-se em mudanças no financiamento da educação, a exemplo da substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), ampliando o investimento na educação básica em todas as etapas e modalidades, na criação de programas para expansão das matrículas no ensino superior, a partir do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que estabeleceu vagas e bolsas na rede privada, para alunos oriundos de escolas públicas, e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que buscou a ampliação de vagas nas universidades federais, além da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), dedicado ao ensino à distância, além de outros programas como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM¹⁰ e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA¹¹.

Outro fato importante foi a ênfase dada à política de investimento em programas vinculados à extração e produção de derivados do Petróleo e Gás Natural e à retomada da indústria naval brasileira. Vários programas foram desenvolvidos, como foi o caso do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) através do Decreto-lei 4.925/2003, com o intuito de aumentar ao máximo as compras da Petrobrás. Tal programa visava fomentar a participação da indústria nacional de bens e serviços, de forma competitiva e sustentável, na implantação de projetos de

¹⁰ O Projovem é destinado a jovens na faixa de 18 a 24 anos de idade que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. (WITTACZIK, 2008; CIAVATTA, 2002)

¹¹ O Proeja tem como objetivo ampliar os espaços públicos da educação profissional para os adultos e a contribuição para a universalização da educação básica. (WITTACZIK, 2008; CIAVATTA, 2002)

petróleo e gás no Brasil e no exterior, com ênfase na Exploração e Produção (E&P), Abastecimento (Abast), Gás, Energia e Transporte Dutoviário (GE&TD), Transporte Marítimo (TM) e, no que diz respeito a projetos comuns a todos os setores, na Indústria de Petróleo e Gás Natural (IND P&G).

Com a criação desses programas, a necessidade de educação técnica e tecnológica se tornou muito mais clara, visto que o país não estava preparado para atender tal demanda. Nesse contexto, é retomada a discussão acerca da expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

Uma das primeiras medidas tomadas foi a revogação do Decreto nº 2.208/97, posto que seus objetivos contrariassem a política de educação do governo Lula, no que se refere à educação técnica e profissional. Em seguida, por meio da publicação de um novo decreto, de número 5154/04, reformulou-se o ensino técnico e profissional, estabelecendo a flexibilidade do ensino médio ao ensino técnico e, ao mesmo tempo, incentivando o ensino integrado, de modo a reafirmar a rearticulação do ensino médio com a formação por meio da oferta denominada “integrada”, em cursos planejados, “de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno” (BRASIL, 2004).

A produção desse decreto teve o intuito de confrontar modelos de sociedade diferenciadas, a fim de que o ensino profissional retornasse ao ensino médio (GARCIA, 2009). Nessa esteira, o Decreto nº 5.154/2004 traz, em seu artigo 1º, a previsão de que a educação profissional, mencionada no artigo 39 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), deverá se desenvolver por meio de cursos e programas de: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Já no seu 2º artigo, o Decreto dispõe que a educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia. (BRASIL, 2004)

Todavia, esse Decreto não ficou isento a críticas, notadamente porque não rompeu, de forma clara, com os pressupostos do Decreto nº 2.208/97 e, embora o seu conteúdo restabeleça acertadamente o poder normativo da LDB nº 9.394/96, “ao prever a possibilidade da forma integrada de oferta da educação profissional no âmbito do ensino médio”, na prática, apenas criou uma outra alternativa, colocando-a no mesmo nível de importância das demais formas de articulação (concomitante e sequencial). Dessa forma, permanece “o mais perverso efeito do Decreto nº 2.208/97 para os trabalhadores brasileiros”, que é a desvinculação entre formação para o trabalho e o atingimento dos níveis formais de escolaridade (CÊA, 2007, p. 7).

Tendo sido reeleito em 2006, superando um escândalo de enormes proporções conhecido como “Mensalão”, no início de 2007, Lula lança o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, às vésperas da crise internacional de 2008, o que contribuiu, de certa forma, para responder a esse momento de instabilidade internacional¹². O Plano previa um forte investimento em infraestrutura social e urbana, em logística e energia e a ele foram se agregando outras ações nas áreas sociais, sobretudo com relação à educação.

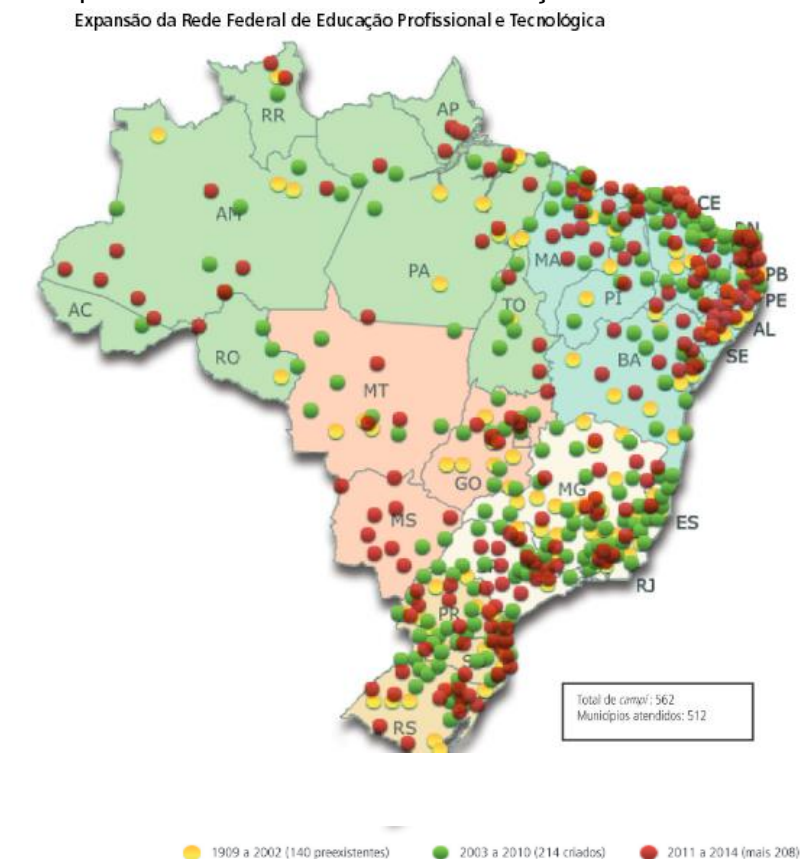
Como podemos perceber, várias ações de investimento no crescimento econômico foram efetivadas e, no campo da educação profissional, em 2008, são criados, através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, que estabelece a Rede Federal de Educação Federal¹³, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET's, com natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Algumas instituições existentes foram transformadas nesse novo modelo de Instituição, bem como outros 38 IFET's foram criados a partir da adesão de 75 instituições.

¹² A crise foi combatida com ações de caráter intervencionista, a exemplo da expansão do salário mínimo, a aumento do crédito ao consumo e investimento pelos bancos oficiais, além do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV (habitação popular e saneamento), entre outras medidas. Essas ações elevaram o Produto Interno Bruto - PIB, gerando um grande número de empregos formais.

¹³ Já em 2005 o CEFET – PR foi transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná através da lei 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Os Institutos Federais foram compostos por todas as Escolas Agrotécnicas, 31 dos 33 CEFETs e oito das 32 Escolas Vinculadas, resultando em 39 IFETs, dois CEFETs (Minas Gerais e Rio de Janeiro), 25 escolas vinculadas a universidades e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A ilustração abaixo mostra essa expansão da rede federal.

Figura 1 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.



Fonte: Oliveira (2013).

Fonte: Cassiolato & Garcia (2014, p. 16).

Essa mudança profunda na estrutura das escolas ou centros federais de ensino profissional objetivava atender à nova necessidade do mercado, de modo a estabelecer, como critério, a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, dando cobertura à maior quantidade possível de mesorregiões. Essa reestruturação se deu para atender as dimensões sociais, na proporção da abrangência dos municípios populosos com baixa renda *per capita*, interiorizando a oferta pública da educação profissional e do ensino superior.

À época, a grande maioria dos IF's resultou da fusão das diversas entidades já existentes em determinadas regiões de influência. Os Institutos podem atuar em todos os níveis e modalidades de educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador e buscando aprofundar o regime de cooperação entre os entes federados, na busca de qualidade e equidade (SILVA, 2009).

Dessa forma, os Institutos Federais figuram como uma estrutura diferenciada, uma vez que foram lançados pela agregação e transformação de antigas instituições profissionais, com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, a fim de que seja processada a verticalização da educação profissional, da educação básica até a educação superior, otimizando as infraestruturas, o quadro de pessoal e os recursos de gestão.

Na criação dos Institutos, vislumbra-se uma concepção de educação profissional e tecnológica que se baseia na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual, de modo que a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia se conforma como uma política pública. Segundo o texto da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais têm como objetivos, no seu artigo 7º:

Observadas as finalidades e características definidas no Art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar

processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Em 2010, logra vitoriosa das urnas a candidata apoiada pelo ex-Presidente Lula, sua ex-Ministra Dilma Rousseff, também petista, que assumiu o Governo para o período de 2011 a 2014, expressando um sentimento de continuidade das políticas econômicas e sociais implantadas e implementadas pelo seu antecessor. Uma das principais medidas tomada pela presidenta na área de formação profissional foi a instituição do Pronatec.

3.2. A CRIAÇÃO DO PRONATEC

O Pronatec, programa regido pela lei nº 12.513 de 2011, conforme vimos anteriormente, foi precedido por três programas de abrangência nacional - PIPMO, PLANFOR e PNQ - com a mesma finalidade: a formação qualificada da massa trabalhadora.

No Governo de Dilma Rousseff, na área da educação, temos a sequência à expansão dos IF's e a maior integração no campo da formação profissional. Uma das grandes medidas adotadas pelo Governo ocorreu em 2011, que, ciente da sua responsabilidade quanto à necessidade de criação de um ambiente competitivo à produção de bens e serviços no país, lançou o Pronatec, que, na ótica da presidenta, contribuiria para a geração de

desenvolvimento, na medida em que eleva a produtividade do trabalho e a qualidade dos empregos¹⁴.

O Pronatec vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros. O Pronatec é um projeto extremamente ousado para garantir que o ensino médio brasileiro não seja um ensino desfocado da realidade que nós vivemos. Mas o Pronatec é aquele programa de ensino médio que introduz na educação brasileira um momento decisivo, que é a formação técnica profissional. E vai significar para o Brasil um grande aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e de integração social, no qual a educação cumpre um dos papéis mais relevantes para que os nossos trabalhadores sejam, de fato, aqueles beneficiados com o fruto do desenvolvimento e, portanto, tenham salários cada vez mais adequados (ROUSSEF, 2011).

Contudo, implantar um programa que atendesse às necessidades da população mais carente com um grande índice de baixa escolaridade na população de trabalhadores era um grande desafio. O Pronatec, ligado à extensão dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, foi criado através Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com o objetivo principal de democratizar o acesso da sociedade brasileira à Educação Profissional e Tecnológica - EPT de qualidade.

A aprovação do Projeto de Lei - PL do programa foi favorecida devido à conjuntura econômica da época, em que o país apresentava uma grande necessidade de mão de obra qualificada e algumas empresas já declaravam a necessidade de importação de trabalhadores qualificados. O país vivia um momento em que a taxa de desemprego estava em queda e, cada vez mais, tornava-se essencial a qualificação profissional conforme podemos constatar na figura abaixo:

FIGURA 2 – Taxa de desocupação: média das estimativas mensais

¹⁴ Discurso da Presidente Dilma em 16 de agosto de 2011, quando do anúncio das 208 novas unidades da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica.

(2003 – 2012)

Mercado de trabalho aquecido

GRÁFICO 1

Taxa de desocupação: média das estimativas mensais (2003-2012)



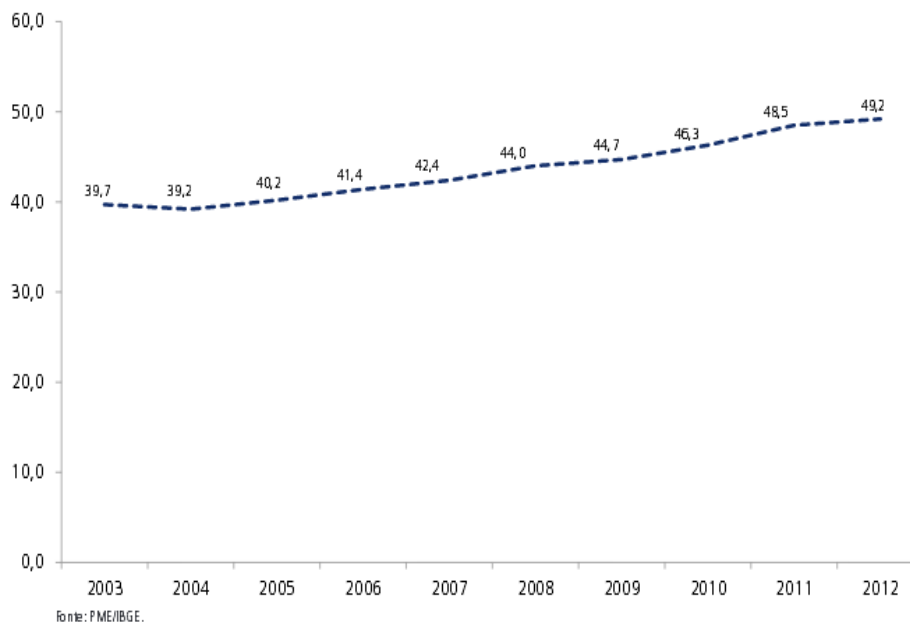
Fonte: Cassiolato & Garcia (2014, p. 26).

Segundo Cassiolato e Garcia (2014, p 25), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE mediu a taxa de desemprego no país em 4,6% da População Econômica Ativa (PEA), em dezembro de 2013. No ano anterior, a média anual havia fechado em 5,5%, a menor da série histórica, com um aumento na formalização do emprego. Por outro aspecto, o rendimento domiciliar per capita crescera em 5,2% na comparação com 2011. No período de 2003 para 2012, o crescimento chegou a 42,6%, de modo que havia a percepção de que o mercado de trabalho brasileiro continua dinâmico, em comparação com outros. Ademais, a taxa de empregados com carteira assinada apresentava-se em ascensão, ou seja, o desemprego apresentava em queda com aumento do rendimento do trabalho e formalização no mercado.

FIGURA 3 – Percentual de empregados com carteira assinada no setor privado (2003 – 2012)

GRÁFICO 2

Percentual de empregados com carteira assinada no setor privado (2003-2012)



Fonte: Cassiolato & Garcia (2014, p. 26).

Como se pode perceber, segundo os dados acima expostos, o ambiente econômico era totalmente favorável para a aprovação do PL do Pronatec, de modo que, em 26 de outubro de 2011, foi sancionada a Lei nº 12.513, que veio atender aos trabalhadores mais necessitados e a preparar toda uma estrutura de bens e serviços de produção, estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, bem como beneficiários dos programas federais de transferências de renda. O Pronatec também contemplou a participação de pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes/jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2011). Nessa esteira, o programa através do texto legal, tem, como objetivos:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Esses objetivos ocorreram através de iniciativas como o fortalecimento e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Programa Brasil Profissionalizado (instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 para promover o fortalecimento das redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica), Rede E-Tec Brasil (instituída pelo Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011, destinando-se à oferta de educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância), Bolsa-Formação e, por fim, o acordo de gratuidade do Sistema S. Não obstante essas iniciativas, os objetivos são divididos em subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, conforme o texto legal:

I – a ampliação de vagas e expansão da Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT);

II – o fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;

III – o incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV – a oferta da Bolsa-Formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante; e b) Bolsa-Formação Trabalhador;

V – o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica;

VI – o fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

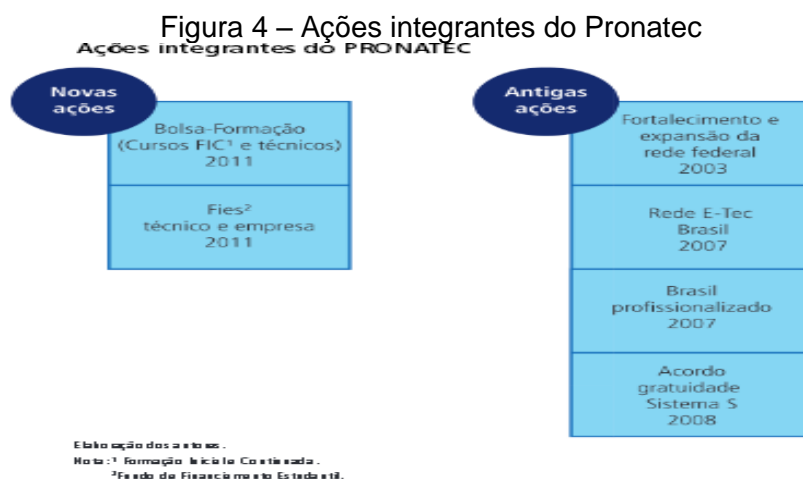
VII – o apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII – o estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação das redes públicas de Ensino;

IX – a articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 (BRASIL, 2011).

A figura abaixo mostra as novas ações que o Pronatec trouxe para serem acrescentadas às ações anteriores.



Fonte: Cassiolato & Garcia (2014, p. 34).

Como se pode perceber, muitas ações já vinham sendo executadas, contudo duas novas ampliaram o conjunto das ações que compõem o Pronatec: a Bolsa-Formação e o FIES Técnico e Empresa. Foi observado o fato de que a oferta dos cursos do Pronatec estava assentada no Bolsa-Formação que tem como um de seus atrativos o alinhamento entre a demanda e a oferta por formação profissional, sendo dividida em duas bolsas, a Bolsa-Formação estudante e a Bolsa-Formação trabalhador. Segundo a portaria nº 817 de 2015 do MEC, a Bolsa-Formação tem como objetivo:

- I – potencializar a capacidade de rede de cursos nas redes de educação profissional .
- II - formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País;
- III - ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País;
- IV - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- V - incentivar a elevação de escolaridade;
- VI - integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica;
- VII - democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica; e

VIII - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

A Bolsa-Formação estudante será destinada a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

A Bolsa-Formação trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Considerando que o objeto do nosso estudo são os Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC executados no IFPB, deter-nos-emos na Bolsa-Formação trabalhador, pois é nessa modalidade que são ofertados tais cursos de curta duração. Essa bolsa é baseada no custo total do curso por estudante, sendo proibida a cobrança direta aos estudantes de qualquer taxa ou atividade.

Os cursos FIC são cursos com, no mínimo, 160 horas e, no máximo, 240 horas de aulas, preferencialmente criados para atender aos beneficiários do seguro-desemprego e de programas de inclusão produtiva do Governo Federal. Eles são organizados mediante um guia, distribuídos em treze eixos tecnológicos atualizados frequentemente para atender às políticas do momento e cujo principal objetivo é aproximar os beneficiários do mundo do trabalho. Esses cursos têm como objetivos aprimorar os conhecimentos de profissionais que já trabalham e ensinar uma ocupação para quem precisa entrar rapidamente no mercado de trabalho, dando ênfase aos aspectos práticos da profissão.

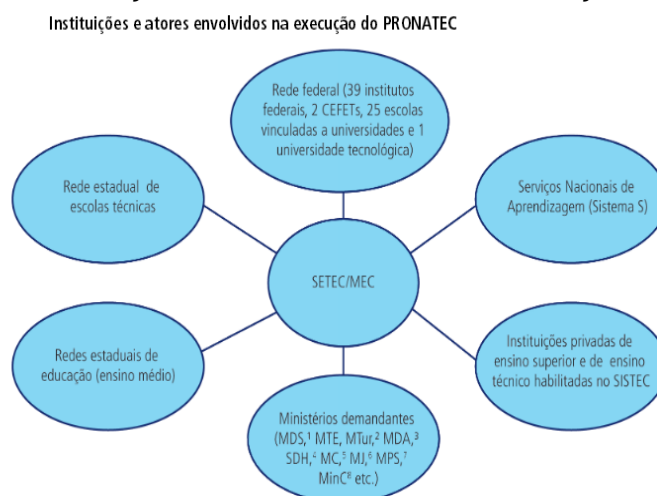
O Pronatec é responsável por oferecer à população cursos que ocasionam desenvolvimento profissional e inclusão social, gerando dignidade humana. Trata-se de um programa amplo que tem a finalidade de resolver um problema agudo que assolava a sociedade, como baixa escolaridade e

qualificação de parcela majoritária dos trabalhadores brasileiros, em um momento de muito desenvolvimento econômico com grande necessidade de mão de obra qualificada. Segundo o texto para discurso do IPEA - 1919, elaborado por Cassiolato e Garcia (2014, p. 48), o “seu desenho revela, portanto, compreensão da situação do trabalhador brasileiro, da trajetória da economia nacional e do estágio em que se encontra a EPT no país. Houve competência na formulação”.

Na construção do programa, houve um forte envolvimento dos integrantes da rede federal de ensino profissional e tecnológico, que ocupavam importantes postos da SETEC, para melhor construção e desempenho, a fim de vincular os autores responsáveis pelos problemas e projetos.

Devido ao programa ser amplo e ter a participação de muitos integrantes envolvidos, abaixo ilustraremos as instituições envolvidas na execução do Pronatec.

Figura 5 – Instituições e atores envolvidos na execução do Pronatec.



Elaboração dos autores.
 Notas: ¹ Ministério do Desenvolvimento Social.
² Ministério do Turismo.
³ Ministério do Desenvolvimento Agrário.
⁴ Secretaria de Direitos Humanos.
⁵ Ministério das Comunicações.
⁶ Ministério da Justiça.
⁷ Ministério da Previdência Social.
⁸ Ministério da Cultura.

Fonte: Cassiolato & Garcia (2014, p. 49).

A execução do Programa conta com colaboração entre a União, Estados e Municípios, bem como com a participação de gratuidade do sistema 5S¹⁵, de instituições públicas e privadas de ensino superior, instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado dedicadas à educação profissional e tecnológica. Importante atentar para o fato de que, para que haja a execução o programa por estas instituições, é necessário haver convênios, acordos ou contratos entre a União e a devida instituição.

Para que haja realização do programa é necessário vencer várias etapas: definir os ofertantes e os demandantes, firmar convênios, definir a equipe e trabalhar nela, definir as pactuações e trabalhar nelas, solicitar os recursos para a execução e, por fim, ofertar os cursos e iniciar a execução.

No desenvolvimento da educação profissional, baseado no Bolsa-Formação, que é administrado pelo MEC com participação de parceiros demandantes e ofertantes de cursos profissionalizantes e cursos FIC, o ofertante tem como função disponibilizar os cursos que serão ofertados para a comunidade beneficiária do Bolsa-Formação, mas antes a instituição tem que aderir à participação no Pronatec, através do *Termo de Cooperação*, que é registrado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC. Após o registro, é gerado o Termo de Execução Descentralizada - TED, que é celebrado com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (MEC/SETEC, 2017).

Junto com o Termo de cooperação, é necessário anexar um projeto básico, com a metodologia de desenvolvimento das ações, objetivos específicos, as vagas pactuadas, cronograma de execução e outras informações necessárias que constam no modelo disponibilizado pelo MEC.

Nas parcerias junto às instituições ofertantes, temos as instituições demandantes, que têm como função:

¹⁵ O Acordo de Gratuidade, firmado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI e a Confederação Nacional do Comércio - CNC com o MEC e os Ministérios do Trabalho e Emprego - MTE e da Fazenda - MF, estabelece que, até 2014, em uma escala crescente, as receitas compulsórias líquidas do SENAI e do SENAC, incluindo os serviços nacionais sociais, SESI e SESC, serão comprometidas (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, 2015, p. 25).

[...] mapear e caracterizar a demanda existente; realizar os processos de mobilização e de seleção do público a ser capacitado; monitorar a execução dos cursos; e articular para que os egressos dos cursos tenham como buscar as oportunidades ocupacionais identificadas no mapeamento da demanda. (MANUAL SISTEC, 2016, p. 10)

Os demandantes atuam nos municípios e estados para verificar a necessidade da sociedade a fim de preparar a demanda adequada dos cursos, realizando a identificação, mobilização e seleção do seu público-alvo.

Depois de gerado o termo de cooperação, registrado o TED, definidos os demandantes, começa o planejamento entre os demandantes e o ofertante para definição das vagas através das necessidades dos cursos de cada região e definição de quais municípios deverão ofertar os cursos. Os cursos pactuados para a execução são definidos no guia do Pronatec, publicado pelo MEC/SETEC a cada ano de vigência do programa e são divididos por eixo tecnológico, sendo nove eixos cada um com os cursos correspondentes, conforme pode ser visto no quadro.

QUADRO 1 – Relação dos cursos ofertados pelo Pronatec.

Produção Cultural e Design	Infraestrutura	Ambiente, Saúde e Segurança
ALFAIATE	AJUDANTE DE OBRAS	ACONSELHADOR EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA
ARTESANATO INDÍGENA	ALMOXARIFE DE OBRAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
ARTESÃO DE BIJOIAS	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS
ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	ARMADOR DE FERRAGEM	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO
ARTESÃO EM PINTURA EM TECIDO	ASCENSORISTA	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO NA CONFECÇÃO	AUXILIAR DE ELETRICISTA	AGENTE DE LIMPEZA URBANA
DE ROUPAS	AUXILIAR DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	AGENTE DE OBSERVAÇÃO DE SEGURANÇA NA
ASSISTENTE DE PROJETO VISUAL GRÁFICO	AUXILIAR DE LAVANDERIA	AGENTE FUNERÁRIO
AUXILIAR DE CENOTECNIA	AUXILIAR DE LIMPEZA	ATENDENTE DE NUTRIÇÃO
AUXILIAR DE COSTUREIRO	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
BONELEIRO	AUXILIAR DE OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE	AUXILIAR DE GESTÃO DE MEIO AMBIENTE,
CERAMISTA	TRATAMENTO DE ÁGUAS	AUXILIAR DE HIGIENE E BELEZA ANIMAL
CONFECIONADOR DE ARTEFATOS DE COURO	AUXILIAR DE OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE	AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE
CONFECIONADOR DE BIJUTERIAS	TRATAMENTO DE EFLUENTES	AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE SANEAMENTO
COSTUREIRO	AUXILIAR DE TRANSPORTE MOVIMENTAÇÃO E	AUXILIAR EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA
DESENHISTA DE CALÇADOS	DISTRIBUIÇÃO DE	BALCONISTA DE FARMÁCIA
DESENHISTA DE JOIAS E BIJUTERIAS	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	BARBEIRO
DESENHISTA DE MODA	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS	BOMBEIRO CIVIL
DESENHISTA DE MÓVEIS	CARPINTEIRO DE OBRAS	CABELEIREIRO
DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB	CARPINTEIRO DE TELHADOS CASEIRO	CABELEIREIRO ASSISTENTE
DESIGNER GRÁFICO	DESENHISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	CIVIL
DISC JÓQUEI - DJ	DESENHISTA DE TOPOGRAFIA	CUIDADOR DE IDOSO
EDITOR DE ANIMAÇÃO	ELETRICISTA DE LINHAS ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO	CUIDADOR INFANTIL
EDITOR GRÁFICO	ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO FERROVIÁRIA	DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS
ENCADERNADOR GRÁFICO	ELETRICISTA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE	DEPILADOR
ESTAMPADOR DE TECIDO	ENERGIA ELÉTRICA	ENTOMOLOGIA MÉDICA
ESTILISTA	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	HIGIENISTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
ESTOFADOR DE MÓVEIS	ENCANADOR INSTALADOR PREDIAL	INDÚSTRIA
FIGURINISTA	FRENTISTA	LACTARISTA

FINALIZADOR DE VÍDEO	GESSEIRO	MANICURE E PEDICURE
FLORISTA	INSTALADOR DE AQUECEDORES	MAQUEIRO
FOTÓGRAFO	RESIDENCIAIS A GÁS	MAQUIADOR
ILUMINADOR CÊNICO	INSTALADOR DE SISTEMAS ELETRÔNICOS E DE	MASSAGISTA
ILUSTRADOR	SEGURANÇA	OPERADOR DE ATERRO SANITÁRIO
JOALHEIRO	INSTALADOR DE TUBULAÇÕES INDUSTRIAIS	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS EM UNIDADE
LAPIDADOR DE GEMAS	INSTALADOR HIDRÁULICO RESIDENCIAL	OPERADOR DE PRODUÇÃO EM UNIDADE DE
LOCUTOR E APRESENTADOR	INSTALADOR PREDIAL DE TUBULAÇÕES DE	OPERADOR DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS
MARCHETEIRO	GÁS COMBUSTÍVEL	ÓPTICO
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO EM	JARDINEIRO	RECEPCIONISTA EM SERVIÇOS DE SAÚDE
MÁQUINAS DE CALÇADOS	MARCENEIRO	SAÚDE E SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO EM	MECÂNICO DE BICICLETA	SHIATSUTERAPEUTA
MÁQUINAS DE COSTURA	MESTRE DE OBRAS	SOCIOAMBIENTAL
MODELISTA	MODELADOR DE FUNDIÇÃO	SÓLIDOS
MODELISTA DE CABEDAIIS DE CALÇADOS	MONITOR DE SISTEMAS ELETRÔNICO DE SEGURANÇA	TRATAMENTO DE RESÍDUOS
MOLDADOR DE BORRACHA	MONTADOR DE ANDAIMES	VENDEDOR DE PRODUTOS E SERVIÇOS
MOLDADOR DE PLÁSTICO	MONTADOR DE MÓVEIS	Gestão e Negócios
MOLDADOR DE PLÁSTICO POR INJEÇÃO	OPERADOR DE ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES	AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE
OPERADOR DE ACABAMENTO EDITORIAL	OPERADOR DE EQUIPAMENTO DE GUINDAR	ALMOXARIFE
OPERADOR DE ÁUDIO	OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	ARQUIVADOR
OPERADOR DE CÂMERA	OPERADOR DE MÁQUINAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO
OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
OPERADOR DE INJETORA E EXTRUSORA DE PLÁSTICO	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	AUXILIAR DE CRÉDITO E COBRANÇA
OPERADOR DE MÁQUINAS DE CORTE DE ROUPAS	OPERADOR DE TRATAMENTO DE ÁGUAS E EFLUENTES	AUXILIAR DE FATURAMENTO
OPERADOR DE MÁQUINAS DE MARCENARIA	PEDREIRO DE ALVENARIA	AUXILIAR DE OPERAÇÕES EM LOGÍSTICA
OPERADOR DE MÁQUINAS FLORESTAIS	PEDREIRO DE ALVENARIA ESTRUTURAL	AUXILIAR DE PESSOAL
OPERADOR DE PROCESSOS DA INDÚSTRIA TÊXTIL	PEDREIRO DE REVESTIMENTOS EM ARGAMASSA	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS
OPERADOR DE PROCESSOS DE ACABAMENTO EM MÁRMORES E GRANITOS	PINTOR DE OBRAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS EM COMÉRCIO EXTERIOR
OPERADOR DE PROCESSOS DE ESTAMPARIA PARA JOIAS	PINTOR RESTAURADOR	AUXILIAR DE TESOUREARIA
OPERADOR DE PROCESSOS DE URDUME	PORTEIRO E VIGIA	AUXILIAR FINANCEIRO
OPERADOR DE TEAR	REVITALIZADOR DE ALVENARIAS	COMPRADOR
OPERADOR DE TRATAMENTO DE IMAGEM	REVITALIZADOR DE COBERTURAS DE MADEIRA	DESPACHANTE ADUANEIRO
OURIVES	REVITALIZADOR DE COBERTURAS METÁLICAS	MENSAGEIRO
PINTOR DE MÓVEIS	REVITALIZADOR DE ESTRUTURAS DE MADEIRA	OPERADOR DE CAIXA
PREPARADOR DE CALÇADOS	REVITALIZADOR DE ESTRUTURAS, ELEMENTOS E CONSTRUÇÕES EM METAL	OPERADOR DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA
PRODUTOR CULTURAL	REVITALIZADOR DE PISOS CERÂMICOS	OPERADOR DE SUPERMERCADOS
PRODUTOR DE MAQUETES	REVITALIZADOR DE REVESTIMENTOS	OPERADOR DE TELEMARKETING
ELETRÔNICAS	ARGAMASSADOS	PROMOTOR DE VENDAS
PRODUTOR DE VÍDEO	TRABALHADOR DOMÉSTICO	REPRESENTANTE COMERCIAL
PRODUTOR GRÁFICO	VIDRACEIRO	VENDEDOR
PROJETISTA DE MÓVEIS	ZELADOR	Produção Alimentícia
REGENTE DE BANDA	Apoio Educacional	ABATEDOR DE ANIMAIS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE
REGENTE DE CORAL	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	AÇOUGUEIRO
SERÍGRAFO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA ESCOLAR	CONFEITEIRO
TECELÃO	CONTADOR DE HISTÓRIAS	MOLEIRO
TECELÃO DE MALHAS	INSPECTOR ESCOLAR	OPERADOR DE BENEFICIAMENTO DE FRUTAS E HORTALIÇAS
VIDREIRO	LIBRAS BÁSICO	OPERADOR DE PROCESSAMENTOS DE BEBIDAS
VITRINISTA	MERENDEIRA	OPERADOR DE PROCESSAMENTOS DE EMBUTIDOS E DEFUMADOS
WEB DESIG	RECREADO	OPERADOR DE PROCESSAMENTOS DE PRODUTOS APÍCOLAS
Hospitalidade e Lazer	Informação e Comunicação	OPERADOR DE PROCESSAMENTOS DE PRODUTOS LÁCTEOS
AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	OPERADOR DE PRODUÇÃO DE VINHO
AGENTE DE VIAGENS	AUXILIAR DE PROGRAMADOR DE DISPOSITIVOS MÓVEIS	OPERADOR INDUSTRIAL DE ALIMENTOS
ATENDENTE DE LANCHONETE	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO DE REDES	PREPARADOR DE DERIVADOS DE LEITE
AUXILIAR DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS	AUXILIAR EM WEB DESIGNER	PREPARADOR DE EMBUTIDOS E DEFUMADOS
AUXILIAR DE CONFEITARIA	CABISTA DE SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES	Controle e Processos Industriais
AUXILIAR DE COZINHA	INSTALADOR DE REDE DE TV A CABO E VIA	AJUSTADOR MECÂNICO

	SATÉLITE	
AUXILIAR DE GARÇOM	INSTALADOR E REPARADOR DE APARELHOS DE COMUTAÇÃO	AUXILIAR DE LABORATÓRIO QUÍMICO
AUXILIAR EM SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	EM TELEFONIA	AUXILIAR DE PLATAFORMA
BARTENDER	INSTALADOR E REPARADOR DE EQUIPAMENTOS DE	BENEFICIADOR DE MINÉRIOS
CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	TRANSMISSÃO EM TELEFONIA	BOBINADOR ELETRICISTA
CHAPISTA	INSTALADOR E REPARADOR DE LINHAS DE TELECOMUNICAÇÃO	CALDEIREIRO
CHURRASQUEIRO	INSTALADOR E REPARADOR DE LINHAS E SISTEMAS DE	CALDEIREIRO NAVAL
CONDUTOR DE VISITANTES	TELEFONIA	CERVEJEIRO
COPEIRO	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	COLORISTA AUTOMOTIVO
COZINHEIRO INDUSTRIAL	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES, CABOS E	CONFECCIONADOR DE MÓVEIS METÁLICOS
GARÇOM BÁSICO	EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS-	CONFECCIONADOR DE VESTUÁRIO DE COURO
MASSEIRO	MONTADOR E REPARADOR DE SISTEMAS DE RÁDIO AM e FM	CONFORMADOR DE PEÇAS EM METAL
MESSAGEIRO EM MEIO DE HOSPEDAGEM	MONTADOR E REPARADOR DE SISTEMAS DE RÁDIO DIGITAL	CURTIDOR DE COURO E PELES
MESTRE DE CERIMÔNIAS	MONTADOR E REPARADOR DE SISTEMAS DE TV DIGITAL	DESENHISTA MECÂNICO
MONITOR AMBIENTAL	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	DESTILADOR DE BEBIDAS
MONITOR DE RECREAÇÃO	OPERADOR DE COMPUTADOR	ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS
ORGANIZADOR DE EVENTOS	PROGRAMADOR DE DISPOSITIVOS MÓVEIS	ELETRICISTA INDUSTRIAL
PADIEIRO	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	ELETRICISTA NAVAL
PADIEIRO E CONFEITEIRO	PROGRAMADOR WEB	FRESADOR MECÂNICO
PIZZAIOLA		FUNILEIRO DE AUTOMÓVEIS
RECEPCIONISTA		INSTALADOR DE ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS
RECEPCIONISTA DE EVENTOS		INSTALADOR DE ISOLAMENTO TÉRMICO
RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM		INSTRUMENTISTA INDUSTRIAL
SALGADEIRO		LAMINADOR DE PLÁSTICO
SOMMELIER		LIXADOR
SUSHIMAN		LUBRIFICADOR INDUSTRIAL
		MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE AUTOMÓVEIS LEVES

Controle e Processos Industriais

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO	MONTADOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OLEIRO	OPERADOR DE TORNO COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO	OPERADOR DE CENTRAL DE REFRIGERAÇÃO	OPERADOR E PROGRAMADOR DE SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE SOLDAGEM OXICORTADOR À MÃO E À MÁQUINA PLATAFORMISTA
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE BOMBAS CENTRÍFUGAS	OPERADOR DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS	POLIDOR AUTOMOTIVO
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE BOMBAS HIDRÁULICAS	OPERADOR DE FILTRO-PRENSA	PREPARADOR DE SUPERFÍCIES PARA PINTURA AUTOMOTIVA
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE FREIOS, SUSPENSÃO E DIREÇÃO AUTOMOTIVOS.	OPERADOR DE FORNO DE FUNDIÇÃO	PRESPONTADOR DE CALÇADOS
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	OPERADOR DE FORNO DE TRATAMENTO TÉRMICO	PROGRAMADOR E OPERADOR DE MÁQUINAS
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	OPERADOR DE FRESADORA COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO	A CNC PARA MADEIRAS E DERIVADOS
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MOTOCICLETAS	OPERADOR DE LINHA DE MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	PROGRAMADOR
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MOTORES CICLO OTTO	OPERADOR DE MÁQUINAS DE CORTE DE ROUPAS	REPARADOR DE APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MOTORES DE POPA	OPERADOR DE MÁQUINAS DE FIAÇÃO DE	REPARADOR DE CIRCUITOS ELETRÔNICOS
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MOTORES A DIESEL	OPERADOR DE MÁQUINAS DE USINAGEM COM COMANDO NUMÉRICO COMPUTADORIZADO	RETIFICADOR MECÂNICO
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO DOMÉSTICA	OPERADOR DE MÁQUINAS-FERRAMENTA CONVENCIONAIS	SERRALHEIRO DE ALUMÍNIO
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO INDUSTRIAL	OPERADOR DE PROCESSOS DE GALVANOPLASTIA	SERRALHEIRO DE MATERIAIS
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA AUTOMOTIVA	OPERADOR DE PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE FÁRMACOS E MEDICAMENTOS	SERRALHEIRO DE MATERIAIS NÃO FERROSOS
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE TRANSMISSÃO MANUAL AUTOMOTIVA	OPERADOR DE PROCESSOS EM FABRICAÇÃO DE PAPEL	SOLDADOR DE ESTRUTURAS NAVAIS
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PESADOS	OPERADOR DE PROCESSOS EM PETRÓLEO E GÁS	SOLDADOR MANUAL DE SOLDA BRANCA
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO FERROVIÁRIA	OPERADOR DE PROCESSOS EM UTILIZAÇÃO DE CELULOSE	SOLDADOR NO PROCESSO ARAME TUBULAR EM AÇO
MECÂNICO DE MÁQUINAS DE COSTURA PARA ARTEFATO DE COURO E SINTÉTICO	OPERADOR DE PROCESSOS QUÍMICOS EM MINERAÇÃO	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO
MECÂNICO DE SUSPENSÃO, DIREÇÃO E FREIOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PESADOS	OPERADOR DE PROCESSOS QUÍMICOS INDUSTRIAIS	REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA
MECÂNICO DE TRANSMISSÃO – VEÍCULOS RODOVIÁRIOS PESADOS	OPERADOR DE REVESTIMENTO PARA FUNDIÇÃO DE PRECISÃO	SOLDADOR NO PROCESSO MIG/MAG
MECÂNICO DE USINAGEM	OPERADOR DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	SOLDADOR OXIACETILÊNICO
MODELADOR DE FUNDIÇÃO	OPERADOR DE SISTEMA DE COMBUSTÍVEL	TAPECEIRO DE AUTOMÓVEIS
	OPERADOR DE SISTEMA DE PROVA ROTOGRÁFICA	

MOLDADOR DE FUNDIÇÃO	OPERADOR DE SOLDA E ARCO SUBMERSO	TORNEIRO MECÂNICO
MONTADOR DE CALÇADOS	OPERADOR DE SONDA DE PERFURAÇÃO	TRAÇADOR DE CALDEIRARIA
MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS		

Fonte: Guia do Pronatec, 2016.

Após a definição da pactuação, iniciam-se os trabalhos para definição da equipe que irá desenvolver o programa. Esta seleção ocorrerá através de edital institucional, em que constará os critérios da seleção para cada atividade. As diretrizes para a seleção de pessoal que irá executar as tarefas, bem como concessão das bolsas, são regidos pela resolução nº4/2012.

A equipe que executa o programa é selecionada através de edital publicado pelo IF, para os servidores das redes pública de educação profissional e para profissionais externos ao serviço público que se habilitarão através da comprovação do currículo. Destaca-se que os servidores só poderão participar do programa se a carga horária não prejudicar as atividades regulares.

A equipe a ser definida, envolvida nas atividades da Bolsa-Formação dos ofertantes da Rede Federal EPCT, é composta pelo coordenador geral, coordenador adjunto, supervisor, professor e orientador, além dos funcionários de apoio às atividades acadêmicas e administrativas. Cada bolsista do Pronatec só poderá receber carga horária de até 20 horas semanais com exceção dos professores que podem receber no máximo 16 horas semanais. Os valores por hora trabalhada de cada bolsista estão inclusos no valor fixo da hora-aluno, como descrito abaixo:

Quadro 2 – Funções X Valores por hora trabalhada.

FUNÇÕES	VALORES POR HORA TRABALHADA
COORDENADOR GERAL	R\$ 50,00
COORDENADOR ADJUNTO	R\$ 44,00
SUPERVISOR	R\$ 36,00
ORINETADOR	R\$ 36,00
PROFESSOR	R\$ 50,00
APOIO ACADÊMICO OU ADMINISTRATIVO	R\$ 18,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Resolução nº 04/2012.

Concluída a fase de apresentação da proposta, realizado o termo de cooperação, registrado o TED, com a pactuação das vagas, solicita-se a descentralização dos recursos ao FNDE. O valor a ser descentralizado é baseado no montante dos números de vagas pactuadas pelo ofertante, que devem ser confirmadas em sistema eletrônico de informação do MEC. É importante afirmar que a vaga não ocupada resultará na devolução dos recursos.

Todo recurso autorizado pelo MEC para ser transferido pelo FNDE tem como objetivos financiar os custos dos cursos ofertados pelo programa, o auxílio alimento, o auxílio transporte, a equipe que executa o programa, bem como adquirir o material de consumo e contratar serviços de terceiro pessoa jurídica, ou seja, serviços necessários, que são prestado por empresa. Todo processo de aquisição de material e serviços é realizado através de processo licitatório regido pela lei nº 8.666/90.

A partir da solicitação dos recursos, e tendo ocorrido a descentralização, é iniciado o processo licitatório para a aquisição de todo o material didático-escolar e de fardamento. Quando os recursos são enviados pelo FNDE para a unidade ofertante, através de nota de crédito, os auxílios referentes aos vale-transporte e vale alimentação são pagos aos alunos bolsistas, através de depósito bancário, realizado via SIAFI.

O valor a ser descentralizado pelo FNDE através de nota de crédito no SIAFI para cada unidade ofertante está de acordo com a quantidade de vagas ofertadas por curso multiplicado pela carga horária. Esse resultado é multiplicado por R\$ 10,00¹⁶, que é o valor referente a hora aluno de cada curso pactuado. Desse modo, encontra-se o valor devido para a execução de cada turma pactuada, sendo tudo regulado pela resolução n º 04/2012 do FNDE, conforme o artigo 6º:

Nos termos da Portaria MEC nº185, de 12 de março de 2012, o montante a ser descentralizado pelo FNDE por meio de Termo de Cooperação baseia-se nas vagas que cada instituição da Rede Federal de EPCT se compromete a ofertar na pactuação, vagas que serão

¹⁶ Esse valor foi estabelecido pela Resolução nº6/2013/CD/FNDE/MEC.

convertidas em horas-aluno e posteriormente confirmadas pelas matrículas registradas no SISTEC.

§ 1º A hora-aluno representa o custo médio dos cursos nos diversos eixos tecnológicos e modalidades da educação profissional e tecnológica, conforme §5º do art. 6º da Lei nº 12.513/2011, e seu valor abrange todas as despesas de custeio das vagas, inclusive a remuneração de profissionais envolvidos nas atividades do programa, a prestação de assistência estudantil a beneficiários descrita no § 4º do art. 6º da Lei nº 12.513/2011 e o cumprimento de todas as responsabilidades atribuídas aos parceiros ofertantes no inciso III do art. 5º desta resolução.

§ 2º O total de horas-aluno pactuadas pela instituição da Rede Federal de EPCT será obtido multiplicando-se o número de vagas ofertadas e registradas no SISTEC pela carga horária de cada curso, medida em horas-aula de 60 minutos.

§ 3º A hora-aluno corresponderá sempre à oferta de 60 minutos de aula a um aluno.

§ 4º O valor da hora-aluno no âmbito da Bolsa Formação será de R\$ 10,00, a partir de 1º de julho de 2012. (Redação dada pela Resolução 6/2013/CD/FNDE/MEC)

Conforme já citado anteriormente, caso as vagas não sejam preenchidas ou não executadas, é necessário que ocorra a devolução do recurso referente ao não preenchimento ou a não execução, da mesma forma que foi descentralizado, através do SIAFI, por nota de crédito ao FNDE.

O repasse dos recursos está diretamente ligado à obrigatoriedade de prestação de contas das devidas aplicações dos recursos destinados a cada instituição. Caso o recurso não seja utilizado por completo, é obrigatória a devolução dos valores correspondentes às vagas não preenchidas, conforme determinação legal.

§ 3º O montante dos recursos a ser repassado para as bolsas-formação de que trata o caput corresponderá ao número de vagas pactuadas por cada instituição de ensino ofertante, que serão posteriormente confirmadas como matrículas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação, observada a obrigatoriedade de devolução de recursos em caso de vagas não ocupadas. (Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013)

Após cumprimento de todas as etapas para a execução, o Pronatec inicia-se e é avaliado através do Conselho Deliberativo de Formação e

Qualificação Profissional estabelecido pela lei nº 12513/11 e pelo Decreto nº 7855/12, que analisam suas funcionalidades, abrangência e resultados, ao passo em que o MEC examina a eficiência, a eficácia e a efetividade no que se refere à aplicabilidade dos recursos disponibilizados. Segundo o Decreto nº 7.855/2012, o Conselho é formado por:

O Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional será vinculado ao Ministério da Educação e composto por um representante titular e um representante suplente de cada um dos seguintes órgãos: I - Ministério da Educação; II - Ministério da Fazenda; III - Ministério do Trabalho e Emprego; IV - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; V - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e VI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

E tem como competências:

I - acompanhar e avaliar a execução anual das ações que integram o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - Pronatec e dos demais programas e ações de formação e qualificação profissional desenvolvidos pela administração pública federal;

II - propor medidas que permitam articular as ações que integram o Pronatec com outros programas e ações de formação e qualificação profissional e de elevação de escolaridade de jovens e adultos;

III - estimular a expansão, a interiorização e a democratização da oferta de cursos, presenciais ou a distância, de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

IV - apoiar iniciativas voltadas à expansão e à melhoria das unidades de educação profissional e tecnológica vinculadas ao sistema federal de ensino e às redes de educação profissional e tecnológica estaduais e distrital;

V - apoiar a realização de estudos e o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem o dimensionamento e a articulação entre demanda e oferta de formação e qualificação profissional, bem como o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de educação profissional e tecnológica;

VI - propor o aperfeiçoamento e a regulamentação da legislação relativa ao Pronatec e a outros programas e ações de formação e qualificação profissional; e

VII - elaborar seu regimento interno, que deverá ser aprovado por ato do Ministro de Estado da Educação.

Contudo o programa, de forma geral, tem que passar por avaliações para que seja analisada toda sua aplicabilidade e resultado, através do Conselho Deliberativo e pelo MEC.

Neste capítulo, buscaram-se apresentar a arquitetura do Pronatec, seus objetivos, ações, composição e finalidades presentes na lei, resoluções e portarias que o constituiu. Considerando que o objetivo principal deste trabalho é o de analisar a implantação e implementação do Pronatec no âmbito do IFPB, no próximo capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada junto à referida instituição, de modo que se possibilite a identificação de possíveis avanços e recuos no processo de formação profissional originário desse programa.

4 AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO ÂMBITO DO IFPB

Neste capítulo deter-nos-emos à análise da execução do Pronatec no IFPB nos anos de 2011 a 2015. Os dados relatados aqui foram extraídos dos sistemas que são utilizados pelo Pronatec, a saber: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC e Sistema Integrado da Administração Financeira - SIAFI. Os dados foram solicitados através do Sistema de Informação ao Cidadão - SIC ao IFPB e do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIIMEC.

A análise será feita abordando os dados educacionais, tais como cursos ofertados, matrículas, indicadores de sucesso, abandono, dentre outros, para, em seguida, descrevermos e analisarmos os dados financeiros. Antes, porém, faremos uma primeira aproximação da execução do Pronatec, situando este programa no âmbito do IFPB.

4.1 SITUANDO O PRONATEC NO ÂMBITO DO IFP

No âmbito do estado da Paraíba, o IFPB conta com diversos parceiros demandantes, a saber: a Secretaria Estadual de Educação, através de várias de suas escolas de ensino médio; Prefeituras, mediante as Secretarias de Ação Social em seus Centros de Referência em Assistência Social - CRAS; Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente - Fundac, com cursos para aqueles que cumprem medidas socioeducativa, além de outros Ministérios, a exemplo do Ministério do Trabalho e Emprego, pela sua Secretaria Regional, com trabalhadores que estão no Seguro Desemprego. O Sistema Nacional de Emprego - Sine também encaminha pessoas a procura de trabalho para se capacitarem através dos cursos que o IFPB oferece no Pronatec.

Essas instituições parceiras, na posição de demandantes, são encarregadas de operacionalizar a execução da pré-matrícula dos alunos. Observa-se que, caso não se preencha todas as vagas disponibilizadas, existe

a possibilidade de se efetuar matrículas pelo sítio virtual do programa (<http://Pronatec.mec.gov.br/inscricao>).

O IFPB conta, atualmente, com 21 *campi* e todos oferecem os cursos do Pronatec. Esses *campi* estão situados nas cidades de Areia, Cabedelo Centro, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade e Sousa.

De forma descentralizada, o IFPB oferta, ainda, cursos em algumas localidades, denominadas de unidades remotas. São elas: Sabugi, Pocinhos, Alagoa Grande, Sapé, Paulista, Jerico, Brejo do Cruz, Juazeirinho, Olivedos, Juripiranga, Marcação, Comunidade da Guia, São José de Piranhas, São Bento, São Bentinho, Pedra Lavrada, Pombal, Nazarezinho, Brejo do Cruz, Aparecida, Tavares, Nossa Senhora do Bom Conselho, Imaculada, Barra de Santa Rosa, Cuité, Barauna, Nova Floresta, Cubati, Teixeira, São José do Bonfim, Taperoá, Várzea, Sumé, São João, Prata, Congo, Sítio Caboclo Tanandura, Sítio Caboclo Guarabira, Sertãozinho, Serra da Raiz, PEdro Regis, Lagoa de Dentro, Itapororoca, Duas Estrada, Pilões, Dona Inês, Pilões, Tacima, Solânea, Riachão, Belém, Mutirão, Araçagi, Carrasco, Cachoeira Guedes, Alagoinha, Alagoa Grande, Jacaraú, Queimadas, Remígio, Montadas, Massaranduba, Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Fagundes, Uiraúna, São Jose de Piranhas, Ipaumirim, Nazarezinho, Cachoeira dos Índios, Bom Jesus, Monte Horebe, Reato de Aluízio, Carrapateira, Pedra de fogo, Conde, Baia da Traição, Bayeux, Alhandra, Lucena.

Segundo a Resolução nº 04/2012, as unidades ofertantes têm por obrigação oferecer uma infraestrutura adequada, permitindo que os alunos tenham acesso à estrutura educativa, como laboratórios, quadras esportivas, bibliotecas, sem que haja restrições. Como o IFPB não teve condições de promover a infraestrutura adequada nos seus *campi*, devido ao número crescente de alunos, foram sendo ativadas diversas unidades remotas, por meio de parcerias estabelecidas ao longo da realização do programa, sobretudo com prefeituras.

Segundo o previsto na Portaria 817/15 do MEC, as unidades remotas, são locais utilizados pelos parceiros ofertantes para ministração de cursos que

não fazem parte da estrutura física permanente do IFPB, com o intuito de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos em parceria com as prefeituras.

Após definição dos parceiros, o IFPB, junto com os demandantes, realiza o estudo da oferta das vagas por meio da pactuação, sendo um acordo entre demandantes e ofertantes para definição das vagas e dos municípios a serem aplicados os cursos.

Os cursos que o IFPB ofertou através de seus *campi* e de suas unidades remotas durante os anos de 2011 a 2015 foram os descritos no quadro abaixo:

Quadro 3 - Relação dos cursos ofertados pelo Pronatec no IFPB.

Cursos executados no IFPB	
ADERECISTA	DEPILADOR
ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	DESENHISTA DE MODA
AGENTE AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	EDITOR DE PROJETO VISUAL GRÁFICO
AGENTE CULTURAL	ELETRICISTA DE LINHAS ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO
AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	ELETRICISTA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA	ESPAÑHOL APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	ESPAÑHOL BÁSICO
AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	ESTOFADOR DE MÓVEIS
AGENTE DE INCLUSÃO DIGITAL EM CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET	FORRAGICULTOR
AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	FOTÓGRAFO
AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE	FRANCÊS BÁSICO
AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	FRANCÊS INTERMEDIÁRIO
AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	FRUTICULTOR
AGRICULTOR FAMILIAR	GARÇOM
AGRICULTOR ORGÂNICO	HORTICULTOR ORGÂNICO
ALFABETIZAÇÃO AVANÇADA EM LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS
ALMOXARIFE	INGLÊS BÁSICO
ALMOXARIFE DE OBRAS	INGLÊS INTERMEDIÁRIO
APICULTOR	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES
APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS - PORTUGUÊS)
AQUICULTOR	LIBRAS BASICO
ARMADOR DE FERRAGEM	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - AVANÇADO
ARTESÃO DE BIOJOIAS	LOCUTOR E APRESENTADOR
ARTESÃO DE CERÂMICA	MANICURE E PEDICURE

ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	MAQUIADOR
ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	MARISQUEIRO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MOTORES CICLO OTTO
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO	MECÂNICO DE MOTORES CICLO OTTO
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL	MECÂNICO DE USINAGEM
ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS	MESTRE DE OBRAS
ASSISTENTE DE SECRETARIA ESCOLAR	MONITOR DO USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
ASSISTENTE FINANCEIRO	MONTADOR E INSTALADOR DE MÓVEIS
ATENDENTE DE LANCHONETE	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES
AUXILIAR DE ARQUIVO	MÚSICO DE BANDA
AUXILIAR DE BIBLIOTECA	OPERADOR DE ÁUDIO
AUXILIAR DE CONFEITARIA	OPERADOR DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO
AUXILIAR DE CONTABILIDADE	OPERADOR DE COMPUTADOR
AUXILIAR DE COSTURA	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
AUXILIAR DE COZINHA	OPERADOR DE PROCESSOS QUÍMICOS EM MINERAÇÃO
AUXILIAR DE FATURAMENTO	OPERADOR DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO
AUXILIAR DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	OPERADOR DE TELEATENDIMENTO
AUXILIAR DE PADARIA E CONFEITARIA	OPERADOR DE TELEMARKETING
AUXILIAR DE PESSOAL	ORGANIZADOR DE EVENTOS
AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	OVINOCULTOR
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	PADEIRO
AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	PEDREIRO DE ALVENARIA
AUXILIAR DE TESOURARIA	PEDREIRO DE ALVENARIA ESTRUTURAL
AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO DE REDES	PEDREIRO DE REVESTIMENTOS EM ARGAMASSA
AUXILIAR EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA	PESCADOR
AUXILIAR EM INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	PESCADOR ARTESANAL DE AMBIENTE MARINHO
AUXILIAR FINANCEIRO	PINTOR DE IMÓVEIS
BENEFICIADOR DE MINÉRIOS	PINTOR DE OBRAS
CABELEIREIRO	PINTOR DE OBRAS IMOBILIÁRIAS
CABELEIREIRO ASSISTENTE	PISCICULTOR
CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS
CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	PREPARADOR DE PESCADO
CAPRINOCULTOR	PRODUTOR DE IOGURTE
CONDUTOR AMBIENTAL LOCAL	PRODUTOR DE PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS
CONDUTOR CULTURAL LOCAL	PROGRAMADOR DE SISTEMAS
CONDUTOR DE TURISMO DE PESCA	PROGRAMADOR WEB
CONDUTOR DE TURISMO EM ESPAÇOS CULTURAIS LOCAIS	PROMOTOR DE VENDAS
CONFECCIONADOR DE BIJUTERIAS	RECEPCIONISTA
CONFECCIONADOR DE INSTRUMENTOS DE CORDA	RECEPCIONISTA DE EVENTOS
CONFECCIONADOR DE LINGERIE E MODA PRAIA	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM
CONFEITEIRO	RECEPCIONISTA EM SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTADOR DE HISTÓRIAS	RECICLADOR

CORRETOR DE MODA	REDEIRO DE PESCA
COSTUREIRO	SERÍGRAFO
COSTUREIRO DE MÁQUINA RETA E OVERLOQUE	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA
COZINHEIRO	SONOPLASTA
CRIADOR DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE	TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO
CRIADOR DE PEIXES EM VIVEIROS ESCAVADOS	TORNEIRO MECANICO
CUIDADOR DE IDOSO	VENDEDOR
CUIDADOR INFANTIL	VIVEIRICULTOR

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISTEC.

A maioria dos cursos que foram ofertados no IFPB, constituindo o objeto deste trabalho, foi de curta duração: os chamados cursos FIC, voltados à capacitação profissional. Segundo a Portaria nº 817/2015 do MEC, em seu artigo 27º, os cursos só poderão ser ministrados caso tenham projeto pedagógico, corpo técnico e docente, infraestrutura e critérios que garantam a qualidade, devidamente aprovados pelas instâncias competentes do IF.

Após cumprir todos os procedimentos para habilitação e para a execução do programa junto ao IFPB, em 2011, dá-se início à primeira pactuação do Pronatec.

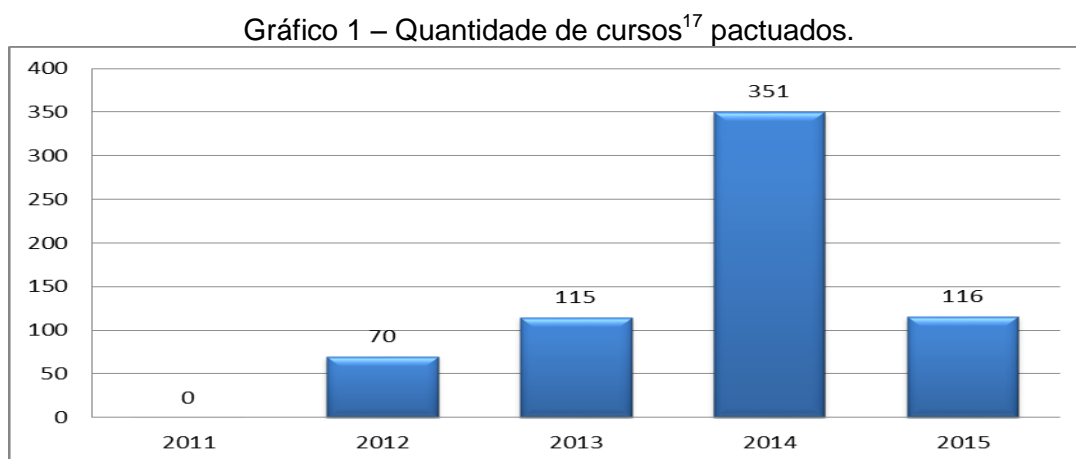
De 2011 a 2015, foram assinados diversos Termos de Cooperação (14192/2011; 16182/2012; 17223/2013; 1189/2014; 1.2726/2014.2 e; 3427/2015), sendo que cada termo define os objetos a serem executados, a descrição e a quantidade de recurso a ser disponibilizados por elemento de despesa. Todo recurso disponibilizado para a execução do programa terá que ser prestado conta de sua correta utilização.

Feita essa breve apresentação do programa no âmbito do IFPB, passaremos a analisar a aplicação dos recursos e seus resultados educacionais. Dividiremos nossa análise dos dados em duas partes: a primeira refere-se aos dados educacionais propriamente ditos; já a segunda parte corresponde aos dados financeiros. No componente educacional, examinamos o quantitativo dos cursos ofertados, as matrículas pactuadas e as realizadas, bem como faremos o levantamento das classificações dos alunos matriculados no SISTEC habilitados ao Pronatec e, por fim, discorreremos sobre a composição da equipe bolsista que efetua os trabalhos no projeto de extensão Pronatec. Quanto ao item de finanças do programa, analisaremos o conjunto

dos recursos disponibilizados, bem como o montante de recursos devolvidos, inclusive por elemento de despesa.

4.2. CURSOS E MATRÍCULAS OFERTADOS PELO IFPB

É necessário lembrar que a oferta dos cursos disponibilizados no IFPB, nos anos de 2011 a 2015, variou conforme o quantitativo da pactuação feita entre as instituições demandantes e o IFPB, isto é, a partir dos acordos firmados com os demandantes e ofertantes, ficando a cargo dos primeiros avaliar qual tipo de profissões que a região ou localidade mais necessita em termos de empregabilidade. No gráfico abaixo, apresentaremos o quantitativo dos cursos por ano pactuados ano a ano.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISTEC.

O primeiro dado a ser ressaltado diz respeito ao fato de que a quantidade de cursos ofertados foi crescente no período de 2012 a 2014, mas apresentou forte redução em 2015. Quanto a 2011, mesmo tendo sido pactuado recursos para aquele ano, como veremos adiante, não foi possível ofertar os cursos tendo em vista a necessidade de garantir uma logística mínima para início das aulas. O que podemos constatar, através de verificação documental, é que, em 2015, foi realizada a última pactuação do programa no IFPB.

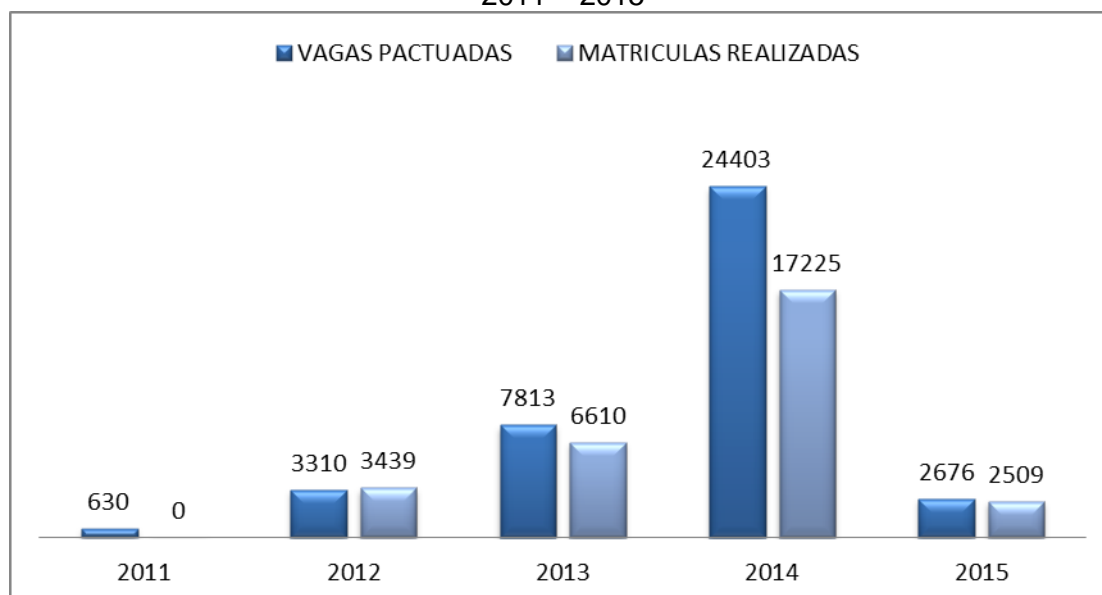
Verificamos que o Pronatec estava se consolidando com o crescimento acentuado dos cursos ofertados a partir do ano de 2012 até o ano de 2014.

¹⁷ Um curso disponibilizado pode ser composto por várias turmas.

Ocorre que, em 2015, temos um declínio significativo, sendo justificado pela crise econômica e política que foi desencadeada desde então, tendo como desfecho o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef no ano de 2016¹⁸.

Na sequência, analisaremos a expansão das vagas pactuadas e efetivamente realizadas no período de 2011 a 2015. As vagas pactuadas correspondem às matrículas ofertadas pelo MEC para a efetivação do Pronatec. Já as matrículas realizadas englobam todos os alunos que fizeram a matrícula, mesmo aqueles que por algum motivo não tiveram essa matrícula confirmada no sistema. O gráfico abaixo expõe os dados de matrículas consolidadas no SISTEC para os anos de 2011 a 2015.

Gráfico 2 – Vagas pactuadas e matrículas realizadas¹⁹ Pronatec/IFPB
2011 – 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISTEC.

O que se constata dos dados acima é que as vagas e as matrículas tiveram um forte crescimento ao longo dos anos, notadamente de 2012 a 2014, dado já atestado pelo crescimento da oferta de cursos. Mas, nos anos de 2013 e 2014, verifica-se que, embora tenha havido crescimento das matrículas

¹⁸ A crise permanece mesmo após a deposição da presidente. Seu vice, que assumiu o comando do país, Michel Temer, passou a ser acusado de corrupção, o mesmo acontecendo com o principal líder da oposição à Dilma Rousseff, o senador Aécio Neves.

¹⁹ Matrículas realizadas – Quando se faz referência a matrículas realizadas está se tratando de todos os alunos que constam no SISTEC na condição de alunos abandonados, desistentes, concluídos, reprovados, não compareceu e de frequência inicial insuficiente.

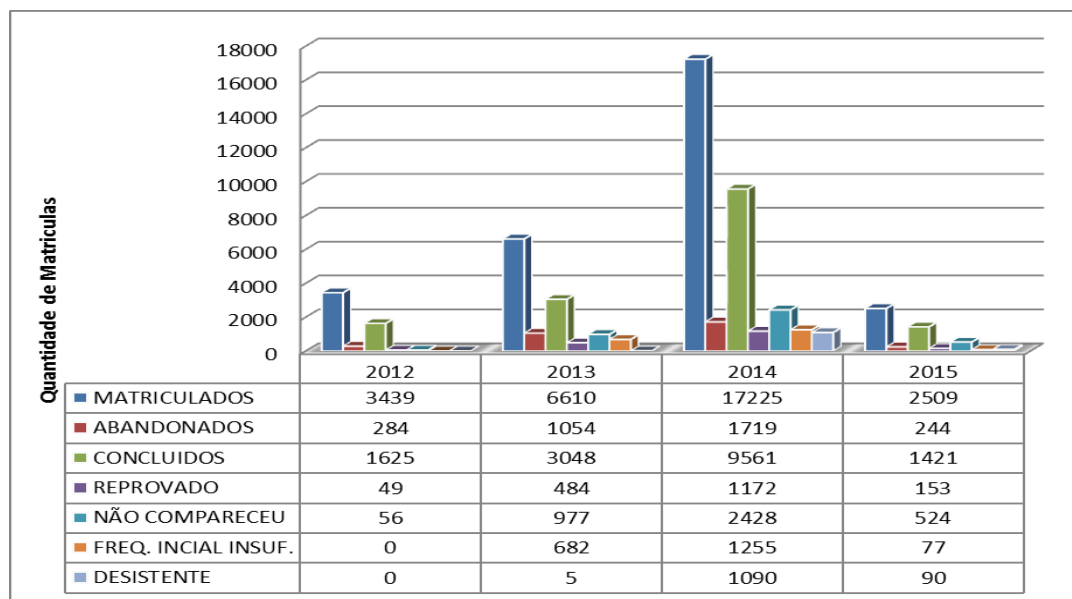
realizadas, houve ociosidade nas vagas pactuadas, o que já demonstra um desequilíbrio entre a oferta de vagas e as matrículas, indicando possível incapacidade do programa de expandir com qualidade sua oferta.

Observamos que as matrículas realizadas foram quase iguais às matrículas pactuadas nos anos de 2012 e 2015. Todavia, no ano de 2013, temos uma diferença de quase 15% em relação a 2014. Já no ano de 2014, houve uma diferença que chegou a quase 30%. Um ponto relevante que deve ter levado a esta diferença, como vimos anteriormente, é que, em 2014, temos o surgimento em maior número das unidades remotas e, em algumas unidades, temos os precários meios de transporte, a falta de informação e conhecimento por parte da comunidade sobre o programa nas regiões do interior, os problemas sociais, como por exemplo, o fato de parcela das mães não ter onde deixar seus filhos para irem assistir às aulas, entre outros.

Após realizar o levantamento no SISTEC das informações dos cursos FIC executados no âmbito do IFPB, pudemos verificar que cada aluno matriculado traz uma classificação na sua matrícula. Segundo o documento oficial do Pronatec, (MEC/SETEC, situação das matrículas 2016), essas classificações são definidas da seguinte forma: *abandonado*, para o aluno que deixou de frequentar o curso sem aviso; *desistente*, para o aluno que comunicou formalmente o desejo de não permanecer no curso antes do início das aulas ou até decorridos 20% da CH total de um curso FIC; *concluído*, para o aluno após concluir o curso com êxito; *reprovado*, para o aluno que não obteve desempenho acadêmico ou frequência mínima para a aprovação em um curso; *não compareceu*, para o interessado que não compareceu no prazo estabelecido para a confirmação da matrícula; *frequência inicial insuficiente*, para o aluno que teve sua frequência menor que 50% até o limite da execução de 20% da carga horária total em caso de curso FIC.

Conforme exposto anteriormente, as matrículas dos alunos, após a conclusão, variam por classificação. No gráfico a seguir, apresentaremos a classificação dos cursistas e seus respectivos quantitativos no Pronatec/IFPB.

Gráfico 3 – Classificação dos Alunos após conclusão dos cursos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SISTEC.

Como podemos perceber no gráfico acima, a taxa de concluintes nos anos de 2012 a 2015 foram, respectivamente, 47,2%, 46,11%, 55,5% e 56,6%. Portanto, houve crescimento da taxa de sucesso nos últimos anos. Os alunos que abandonaram os cursos, isto é, que tornaram-se evadidos, nomenclatura usada anteriormente para os alunos matriculados que deixaram de frequentar os cursos sem explicação ou justificativa, têm um percentual de 10% na média, enquanto os desistentes, os alunos que deixaram os cursos de forma formal, indo até a coordenação do curso e assinando e explicando o motivo da sua desistência, têm em média 4% dos matriculados. Verificando alguns documentos, pudemos perceber que os motivos apresentados, em sua maioria, referem-se à incompatibilidade de horário do trabalho com os cursos. Outros motivos relatados foram a não identificação com os cursos escolhidos e a impossibilidade de assistir às aulas por questões financeiras, pois o repasse não ocorria no tempo hábil.

.Observamos que em todos os anos analisados, com respeito à taxa de conclusão, temos uma média 48% dos alunos concluintes. Em nossa percepção, este percentual de conclusão é baixo em relação aos valores disponibilizados para a realização do projeto, pois como averiguamos os valores disponibilizados de 2011 a 2015 para a execução do Pronatec no IFPB foi de 58.387.347,33 (cinquenta e oito milhões trezentos e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e sete reais e trinta e três centavos), ou seja, houve muito

recurso investido para se ter um público de em média 48% fazendo cumprir os objetivos do programa.

Como já mencionado, os alunos abandonados têm uma média de 10%, que são os alunos que deixaram de frequentar os cursos sem prestar nenhuma explicação a coordenação. Os reprovados formam em média 6%, ou seja, os alunos que não tiveram uma frequência nas aulas maior ou igual a 75% do total, impossibilitando a conclusão. Já os alunos que realizaram a pré-matrícula e não compareceram para a confirmação temos uma variação de 12%, estes alunos são classificados no SISTEC como alunos que não compareceram. E, por fim, os alunos de frequência inicial insuficiente são os alunos que logo nos 20% das aulas não tem frequência de 50%, aqui nesta classificação os alunos que não preenche esses requisitos, vão sendo substituídos pelos alunos da lista de espera, contudo, temos uma variação de 6%.

Sabemos que vários percalços ocorreram durante a execução, pois o que constatamos, ao estudar o programa, após o levantamento desses dados, foi que o investimento para a execução do programa foi muito elevado e que a qualificação decorrente deste investimento foi muito baixa, sendo um percentual médio de 48% da comunidade estudantil.

Este programa tem objetivos favoráveis para suprir as necessidades das classes mais desfavorecidas, mas precisa ser mais bem planejado e executado tanto pelo ofertante, o IFPB, como pelo MEC.

4.3. OS RECURSOS DISPONIBILIZADOS PELO PRONATEC PARA O IFPB E SUA EXECUÇÃO

Conforme foi visto anteriormente, os Termos de cooperação envolvendo o programa Pronatec e o IFPB foram realizados a partir do ano de 2011 e os recursos destinados à tal instituição foram disponibilizados dentro do mesmo ano. No gráfico que se segue, serão apresentados os valores disponibilizados para a execução do programa durante o período de 2011–2015.

Gráfico 4 – Todos os recursos disponibilizados para a execução do Pronatec no IFPB de 2011 a 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIAFI.

De acordo com o gráfico acima, percebe-se que os recursos disponibilizados apresentaram um crescimento significativo de 2011 a 2014, saltando de pouco mais de 1,1 milhão de reais para mais de 24,4 milhões de reais em 2014. Verifica-se, pois, a disposição do Governo Federal da época em priorizar o Pronatec no âmbito de suas políticas de qualificação profissional. Contribuiu para este aumento, além da decisão política do Poder Executivo, o momento político-econômico vivido pelo país, de expansão da economia, o que resultou em aumento da arrecadação dos entes federados.

Como ainda podemos visualizar no gráfico apresentado, com base no ano anterior, em 2014, tivemos um crescimento de, em média, 40% dos valores que foram disponibilizados para a execução dos cursos. Estes valores estão diretamente ligados ao aumento do número de vagas pactuadas para o referido ano. Em 2015, apoiados no exercício anterior, o que constatamos foi uma queda significativa na descentralização de recurso e conseqüentemente no número de vagas, esta queda quase se igualou aos valores que foram disponibilizados no início do programa em 2012. Com isso, podemos concluir que esse declínio se deu principalmente pela crise política e econômica vivida no País até os dias atuais.

Estes recursos são recebidos pelo ofertante através de nota de crédito no SIAFI, sendo os valores divididos por elemento de despesa, que é uma classificação para identificar o objeto do gasto. Esta classificação, segundo o manual do SIAFI, é definida da seguinte forma:

14 Diárias – Civil

18 Auxílio Financeiro a Estudantes

30 - Material de Consumo

Material de consumo é aquele que, em razão de seu uso corrente e da definição da Lei nº 4.320/1964, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos; e atenda pelo menos um dos critérios de: durabilidade, fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade ou transformabilidade.

33 - Passagens e Despesas com Locomoção:

Nesse ED serão classificadas as despesas com aquisição de passagens a servidores ou pessoa indicada em ato oficial. Dessa forma é correta a utilização desse ED para aquisição de passagens, em decorrência de serviço administrativo, ou devido à mudança de domicílio de servidor ou pessoa, do quadro do órgão ou não.

Exemplo: Pagamento de transporte de servidores executado por empresa contratada, por interesse da Administração Pública.

36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Despesas orçamentárias decorrentes de serviços prestados por pessoa física pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesa específicos, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados; gratificação por encargo de curso ou de concurso; diárias a colaboradores eventuais; locação de imóveis; salário de internos nas penitenciárias; e outras despesas pagas diretamente à pessoa física.

39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

É a despesa com confecção de material por encomenda só deverá ser classificada como serviços de terceiros se o próprio órgão ou entidade fornecer a matéria-prima.

Exemplo: contratação de empresa para prestar serviço de limpeza quando não estiver estipulado o quantitativo de funcionários.

48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

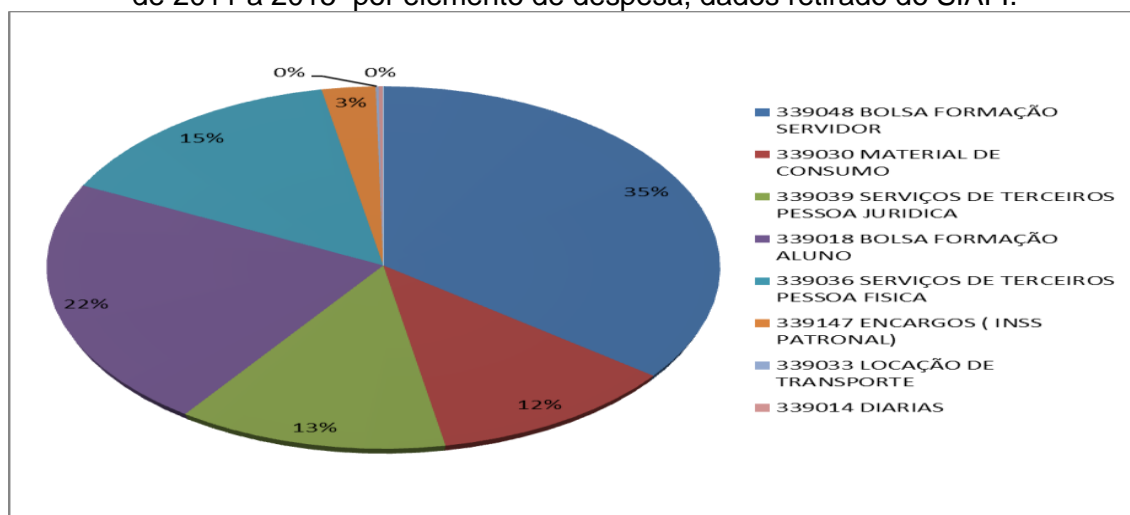
Despesas orçamentárias com a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explícita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

47 - Obrigações Tributárias e Contributivas

Despesas orçamentárias decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas (Imposto de Renda, ICMS, IPVA, IPTU, Taxa de Limpeza Pública, COFINS, PIS/PASEP, etc.), exceto as incidentes sobre a folha de salários, classificadas como obrigações patronais, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata este elemento de despesa.

Convém demonstrar, agora, como os recursos disponibilizados para a execução do Pronatec, no âmbito do IFPB, estão alocados segundo os elementos de despesa. O gráfico a seguir detalha essa alocação de recursos referente aos anos de 2011 a 2015.

Gráfico 5 – Todos os Recursos disponibilizados para a execução do Pronatec no IFPB, de 2011 a 2015 por elemento de despesa, dados retirado do SIAFI.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIAFI.

No gráfico acima, o que podemos perceber é que o elemento de despesa que gera maior dispêndio é o Bolsa-Formação servidor, com, em media, 35% dos recursos cedidos sendo utilizados para pagamento da equipe que trabalha a fim de que o projeto aconteça. Ressalta-se que os valores pagos à equipe são estabelecidos de acordo com o artigo 15º da resolução nº 04/2012, sendo o valor básico calculado por horas trabalhadas. Tais valores já foram citados anteriormente.

Com estes valores significativos pagos pelo programa aos servidores que variam de 18 a 50 reais a hora trabalhada, dependendo das funções desempenhadas, o Pronatec atraiu muitos servidores para participarem da sua execução.

Os serventuários viam no programa um meio de aumento de suas rendas, mesmo que de forma relativa, pois os recursos não se incorporam aos vencimentos e, em caso de aposentadoria ou doença, o servidor é desvinculado do programa. Contudo, a descontinuidade no pagamento da

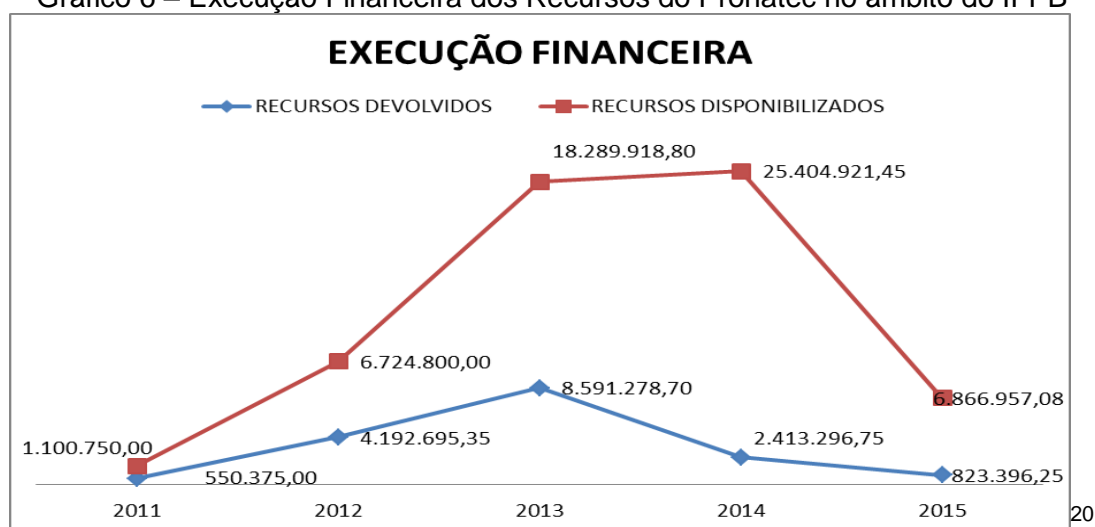
bolsa, devido ao atraso na viabilização dos recursos, acabou por ter efeito contrário, com alta rotatividade dos servidores participantes.

O segundo elemento de despesa de maior utilização é o Bolsa-Formação estudante (18), com um percentual de 22%, o qual é aplicado para o pagamento dos auxílios alimentação e transporte no valor de 10,00 por dia de aula. Desde 01 de julho de 2012, este foi o valor determinado nos termos da Resolução nº 04/2012, Artigo 8º, (redação da Res.6/2013/CD/FNDE/MEC) cujo conteúdo rege o Bolsa-Formação.

Portanto, esses dois elementos juntos somam 57% das despesas alocadas para o Pronatec no âmbito do IFPB. Em seguida vem as despesas com pessoas físicas e jurídicas. Segue, então, material de consumo como um componente de gastos importantes.

Todavia, a disponibilização dos recursos só surte efeitos positivos se ocorrer a liberação das verbas em tempo hábil para a execução da proposta. Em relação ao Pronatec, uma das grandes dificuldades percebidas e encontradas no programa foi a lentidão no repasse dos recursos à unidade ofertante, o que impossibilitava a expansão do programa, gerando uma devolução dos mesmos por não conseguir ser cumprido o objetivo a que se foi proposto. Toda a execução financeira realizada no IFPB em relação ao projeto está descrita no próximo gráfico.

Gráfico 6 – Execução Financeira dos Recursos do Pronatec no âmbito do IFPB



²⁰ O valor da devolução realizada em 2011 foi de 50% do recurso descentralizado no ano, apesar de não ter ocorrido nenhuma execução dos cursos. O que ocorreu foi que, logo que o

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIAFI.

Analisando o gráfico acima, podemos perceber, de forma geral, que, em média, 30% dos recursos disponibilizados para a execução foram devolvidos por conta de sua não utilização.

Após verificar as notas de créditos, o que constatamos é que o orçamento para a execução do programa era disponibilizado aos poucos, ou seja fracionado, e que, mesmo assim, os recursos não eram enviados para realizar o pagamento das obrigações adquiridas. Na administração federal, o processo de pagamento da despesa orçamentária passa por algumas fases. A primeira está diretamente ligada à descentralização do orçamento, pois assim é possível realizar a emissão do empenho - apenas quando se é emitido o empenho, é criada a obrigação do governo com terceiros. A segunda é a da liquidação, que caracteriza-se pela verificação e confirmação dos serviços prestados. A verificação, no caso do Pronatec, está ligada à assiduidade do aluno no programa para que possa estar apto para receber a bolsa equivalente ao curso, e a ao recebimento dos materiais adquiridos. Por fim, a terceira etapa é o pagamento, ou seja, a liberação através do documento ordem bancária para quitação da obrigação adquirida com o empenho. Contudo, esta fase é ligada diretamente a disponibilidade dos recursos para o pagamento.

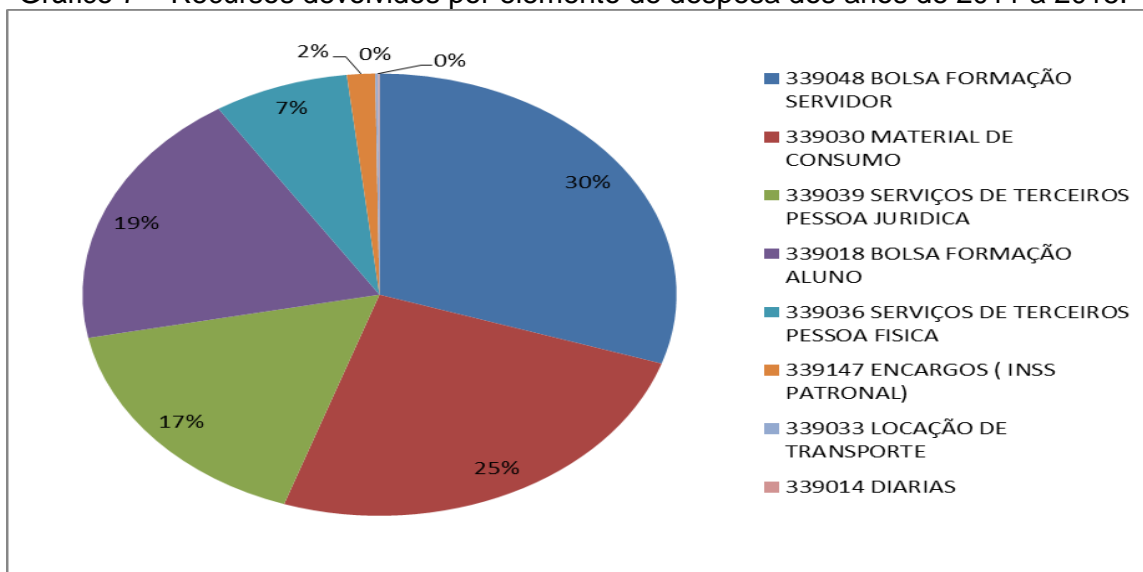
De fato, em 2011, 50% dos recursos foram devolvidos. Em 2012, foram 66%. Em 2013, a devolução atingiu o percentual de 44%. Em 2014, a devolução foi de 9,5%. Já em 2015, a devolução atingiu um percentual, de 12%, porém, os recursos disponibilizados também foram os menores no período de 2013 a 2015.

O que se constatou é que, a partir do momento em que a crise afetou a economia, o Pronatec foi se enfraquecendo, apesar de ser um programa nacional com participação de diversas instituições. No IFPB, a última pactuação foi realizada em 2015.2, e não se tem previsão da possível tomada da execução do programa no IFPB, por opção da gestão do programa nesta instituição, que alega a inviabilidade devido à dilação de repasse dos recursos.

recurso foi disponibilizado, emitiu-se os empenhos para serem pagos às despesas do programa. Estes empenhos, no final do exercício, foram inscritos em restos a pagar e, em 2012, foram cancelados por não terem tido execução do ano de 2011.

É bem verdade que, quando se iniciou o programa, nos primeiros anos, esses recursos eram repassados sem tanta demora, mas quando o programa cresceu de maneira muito rápida, a partir de 2013, podemos perceber que a demora nos repasses teve impactos muito mais fortes, e então as dificuldades para uma execução excelente agravou-se. Para melhor esclarecimento das devoluções e seus percentuais, expomos no gráfico abaixo o conjunto dos recursos devolvidos por elemento de despesa.

Gráfico 7 – Recursos devolvidos por elemento de despesa dos anos de 2011 a 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIAFI.

Verifica-se que atrasos no envio dos recursos resultaram em devolução dos mesmos em praticamente todos os elementos de despesa. A proporção de devolução desses recursos atingiu mais fortemente a Bolsa-Formação Servidor e o material de consumo. O retardamento dos recursos da bolsa acarretou a desmotivação da equipe que, muitas vezes, ficava por volta de 3 a 4 meses sem recebe-la, desestimulando o *staff* de continuar prestando um serviço de qualidade. Por conta disso, muitos abriam mão da bolsa e desistiam do programa porque queriam trabalhar e receber no tempo devido.

Quanto ao material de consumo, é necessário lembrar que a compra dos produtos que eram utilizados para a execução dos cursos obedeciam ao processo de Licitação, conforme manda as regras do serviço público.

Sem a certeza de quando o orçamento seria disponibilizado em sua totalidade, os processos licitatórios eram prejudicados, pois não tem como

realizar este processo sem o devido orçamento descentralizado. Desta maneira, muitas vezes, quando os recursos eram descentralizados de forma tardia, a administração usava-se de licitações na modalidade carona²¹, a fim de que o programa continuasse a ser executado.

Qualquer atraso no repasse de recursos inviabilizava o pagamento de despesas relativas à assistência estudantil, o auxílio transporte e o auxílio alimentação, elementos indispensáveis para que, no início dos cursos, os alunos tenham condições de se deslocar para assistir às aulas. Ocorre que, por diversas vezes, este pagamento só era realizado no final do curso, o que acabava por interferir fortemente nas taxas de abandono, desistência, reprovação dos alunos.

Em conclusão, os dados aqui analisados mostram um crescimento da oferta de vagas do Pronatec, mas as taxas de aprovação se situaram na margem de 50%, percentual considerado baixo, ainda mais considerando o volume de recursos investidos. O fator de maior relevância, que pode ter levado a esse resultado, foi muito provavelmente a demora nos repasses dos recursos, o que nos leva à discussão acerca da falta de planejamento e de uma boa estruturação do programa.

²¹ Carona é a possibilidade de utilização da ata de registro de preços por outros entes que não haviam participado do procedimento licitatório da formação daquela ata de registro de preços. (GONÇALVES, 2013)

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande objetivo que perseguimos foi o de avaliar a implementação do Pronatec no âmbito do IFPB nos anos de 2011 a 2015, em suas múltiplas faces, destacando-se os critérios utilizados para a implantação e implementação desse programa no IFPB, os custos financeiros aportados ao programa e os prováveis benefícios que ele gerou – ou deixou de gerar – para a sociedade.

Com a modernização técnica e a expansão da economia nacional no período de 2004 a 2014, as quais geraram milhões de novos empregos formalizados, houve a possibilidade de melhores condições para o investimento em qualificação profissional. Nesse contexto, o Brasil enfrentava um enorme desafio, que era o de qualificar os trabalhadores, garantindo um emprego de qualidade, e de solucionar a necessidade de mão de obra intrínseca à fase brasileira de crescimento econômico, que demandava a disposição de mão de obra. Nesse sentido, o Governo central criou um projeto de formação profissional que pudesse atender as necessidades do momento vivenciado. O instrumento utilizado foi o Pronatec.

Avaliamos que tal programa teve uma oferta muito ampla de cursos, bem como de vagas destinadas à população economicamente ativa, desde cursos técnicos a cursos de formação inicial e continuada. Segundo o relatório de gestão consolidado do MEC do exercício de 2015, até aquele ano, foram realizadas 9,4 milhões de matrículas pelo Pronatec, nos cursos técnicos e de formação continuada. Apenas no ano de 2015, através de novas iniciativas, foram feitas 1,3 milhão de matrículas, utilizando um orçamento de R\$ 4,7 bilhões de modo a atender cerca de 3 mil municípios (MEC, 2015, p. 57).

Vê-se, portanto, que o investimento no ano de 2015 alcançou um gasto *per capita* por aluno de R\$ 3.615,38, valor que pode ser considerado elevado quando comparado, por exemplo, ao gasto por aluno dos estudantes da educação básica, que foi de R\$ 2.545,31.

Há que se considerar, ainda, que, o gasto dos cursistas do Pronatec da rede federal de ensino refere-se apenas às despesas correntes, visto que a infraestrutura e os equipamentos já estão embutidos nas despesas das instituições.

Analisamos o quantitativo dos alunos que abandonaram, desistiram, concluíram, reprovaram, não compareceram e não tiveram frequências iniciais suficientes, e vimos que a taxa de insucesso foi bastante elevada, próximo a 50% do total de matriculados. Nesse sentido, não há como não afirmar que o programa não teve uma taxa de custo-benefício adequada.

Também analisamos os destinos dos recursos disponibilizados pelo FNDE para a execução do Pronatec no IFPB, extraídos do sistema SIAFI. A priori, solicitamos todos os dados na coordenação do Pronatec através do sistema SIC, no entanto, muitas dificuldades foram encontradas para, por fim, a coordenação liberar o acesso ao SISTEC, permitindo-nos a extração dos dados. Como tal sistema é muito precário, no que se refere à emissão de relatórios, enfrentamos novas contrariedades que já haviam sido detectadas por outros pesquisadores. Todo o trabalho que foi realizado pela autora ocorreu pela junção dos dados e criação de planilhas presentes nos apêndices. A título de sugestão, para sanar os problemas, seria necessário que a gestão deste programa no IFPB buscasse, junto ao Ministério da Educação - MEC, mecanismos para facilitar a busca dos dados no SISTEC, facilitando a emissão de relatórios e viabilizando melhor a uso das informações (DIAS, 2015).

Quanto aos dados e indicadores educacionais, estes foram solicitados ao MEC/SETEC, mas até a presente data de conclusão desta pesquisa, não foram disponibilizados. Para contornar tal situação, fomos extrair os dados manualmente curso por curso, com o respectivo *status* de matrícula do alunado, lembrando que durante o período da execução do programa no IFPB, de 2011 a 2015, foram matriculados mais de 30.000 (trinta mil alunos) alunos.

Pressupomos, desde o início, através de dados documentais, que o programa foi, de certa maneira, imposto pelo governo, que tinha como lema da democratização e expansão da Rede Federal de Ensino. Os gestores dos IF's, visando a expansão e desenvolvimento das suas instituições, consentiram a execução deste, porém sem que houvesse uma ampla discussão dos seus objetivos, métodos e condições pela equipe, docentes, coordenadores. Com efeito, o que vimos foi a execução do programa ao mesmo tempo em que vinham sendo criadas resoluções, portarias e até mesmo a atualização da legislação que rege o Pronatec, não havendo um planejamento adequado

apara a sua execução, mas sim a implementação concomitante com a normatização. Estes fatos dificultaram de sobremaneira a eficácia do programa, pois, inversamente ao que foi feito, deve-se planejar para executar.

Para confirmação destes fatos, em 2015, o relatório de gestão do MEC informa que foram criadas e publicadas novas resoluções para a iniciativa Bolsa – Formação, destacando a necessidade e a exigência das confirmações de frequência dos alunos para todos os cursos e a descentralização dos recursos serem integrais, dependendo dos índices de conclusão maiores de 85%. Ou seja, os dados mostram a necessidade de regulamentação no que se refere aos repasses dos recursos e as frequências dos alunos, que só ocorreu em 2015 (MEC, 2015, p. 57).

Por outro lado, conforme vimos no último capítulo desta pesquisa, muito provavelmente por conta da crise econômica que se abateu sobre o país e resultou em queda da receita de arrecadação, houve uma diminuição muito forte das matrículas. Presumimos, então, que o MEC, para diminuir os gastos de execução do programa, regulamenta o ensino a distância na modalidade Pronatec.

Além da falta de planejamento, a tardia descentralização dos créditos para a efetivação do projeto, o índice baixo de conclusão nos cursos - em média 48% dos alunos matriculados - e as altas taxas de abandono e evasão - em torno de 10% - são elementos combinados que ajudam a explicar a execução do Pronatec no IFPB. De fato, entende-se que a política pública Pronatec e suas repercussões sociais são consideradas positivas, pois o alunado concluinte passa a ter uma qualificação de, no máximo, quatro meses. Mesmo assim, há que se avaliar outros aspectos dessa formação, a exemplo da melhora da autoestima, a possibilidade de volta ao mercado de trabalho para os que estavam há certo tempo fora, o incentivo ao ingresso nas Instituições Federais como aluno de nível tecnológico ou superior, dentre outros.

Acreditamos que, para o aprimoramento do programa, deve ser realizado um conjunto de ações visando melhor gestão orçamentaria e financeira, precedido de planejamento adequado. Dentre essas ações, deve-se dar ênfase à transparência dos dados com a modernização do sistema para

melhor visualização dos dados a fim de que sejam efetivados, sempre que necessários, os ajustes indispensáveis para melhoria da gestão.

Acreditamos que os dados desta pesquisa podem servir de informações à gestão deste programa no IFPB, facilitando o planejamento futuro para as pactuações vindouras. Por fim, vale frisar que o estudo efetivado abordou apenas algumas dimensões do Pronatec. Desse modo, sugere-se a realização de trabalhos que abordem outras dimensões não expostas neste produto. Acreditamos que novos olhares sobre o Pronatec podem contribuir para o avanço no entendimento da repercussão do programa.

REFERÊNCIAS

DISCURSOS OFICIAIS

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso na cerimônia de anúncio da expansão da rede federal de educação superior e profissional e tecnológica.** Portal do Planalto. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/multimedia/galeria-de-audios/>>. Acesso em 17 jul. 2017.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 14 ago. 2015, Seção 1, p. 13.

_____. Decreto nº 2.208, de 17 abril de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Seção 1, p. 7760.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de jul. 2004, Seção 4, P. 18.

_____. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2007, Seção 1, P.4.

_____. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. 27 out. 2011 Seção 1, P. 3.

_____. Decreto n.º 7.855, de 5 de dezembro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, 06 dez. 2012, Seção 1, P. 2.

_____. Lei nº. 4.320, de 05 de maio de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, RJ, 16 mar. 1953. Seção 1, p. 3921.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 de ago. de 1971 Seção 1, P. 6377.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 de dez. de 1996, Seção 1, Página 27833.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008b. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 out. 2011. Seção 1, p. 1.

_____. Resolução CD/FNDE nº 04/2012 de 04 de março de 2012, que Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011.

_____. Constituição (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1937.

_____. Tesouro Nacional. **Manual do SIAFI**. Classificações Orçamentárias. Disponível em: <<https://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020332>>. Acesso em 17 jul. 2017.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica. **História da Educação Profissional**, Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. Prestação de Contas Ordinária Anual: **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Brasília: SETEC/MEC, 2016.

_____. Prestação de Contas Ordinária Anual: **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Brasília: SETEC/MEC, 2017.

_____. **Manual de Gestão do Bolsa-Formação**. 2ª edição, 2017.

_____. **Concepção e Diretrizes, Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <[File:///C:/Users/USER/Downloads/if_concepcaoediretrizes%20\(3\).pdf](File:///C:/Users/USER/Downloads/if_concepcaoediretrizes%20(3).pdf)>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. **Pronatec - Situações de Matrícula**, Versão 35 . 3 , de 13 de Abril de 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/USER/Downloads/Pronatec%20Situa%C3%A7%C3%B5es%20de%20Matr%C3%ADcula%20-%20Anexo%20NI%2066.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. **Guia do Pronatec, de cursos FIC**, Versão 4, 2016 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alia

s=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. CNE. CEB. Parecer nº 16, de 3 de dezembro de 1999. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, de Nível Técnico**. Brasília 1999. Brasília, DF, 1999. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf>. Acesso em 17 jul. 2017.

SISTEC. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Manual de Sistema. S/d. Governo Federal, Pronatec/Bolsa Formação. Disponível em: **Manual bolsa formação do SISTEC**. Disponível em: <https://map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Documentos_Diversos>. Acesso em 17 jul. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva. **Ensaio de sociologia do trabalho**. Editora Praxis, Londrina, Paraná, 2007. Disponível em: <<download.tales.com.br/marxismo/Marxismo/Giovanni%20Alves%20>>. Acesso em 17 jul. 2017.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. São Paulo, Cortez: Institutos de Estudos Especiais, 1998.

BARRADAS, Anésia Maria da Silva. "**Fábrica PIPMO**": Uma discussão sobre política de treinamento de mão-de-obra no período 1963-82. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas –Instituto de Estudos Avançados em Educação/Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1986. RBPAAE - v. 32, n. 3, pp. 871 - 885 dez/2016 jan/2017.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: MARE, Cadernos MARE, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2017.

CASTIONI, Remi. Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do Pronatec. **Revista Sociais e Humanas**, v. 26, n.1, p. 25-42, 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/5921/pdf>>. Acesso em 17 jul. 2017.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C; GARCIA, Ronaldo Coutinho. Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. **Texto para Discussão n. 1919**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf> Acesso em 17 jul. 2017.

CIAVATTA, Maria. A construção da democracia pós-ditadura militar: políticas e planos educacionais no Brasil. **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 68-86.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. pp. 83-105.

CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional. **Educação e Sociedade, Campinas**, v. 31, n. 111, pp. 461-480, 2010.

CÊA, G. S. S. A reforma da educação profissional e o ensino médio integrado: perspectivas, tendências e riscos. **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**. Edunioeste, Cascavel, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Elsevier Brasil, 2003.

CORBARI, Leila. **Educação profissional no Brasil (2003 – 2012): uma análise das categorias trabalho e empregabilidade presentes no PROEJA, e-TEC e PRONATEC**. Cascavel, PR, 2013, 213 f. Dissertação (Mestrado). Centro de Educação, Comunicação e Artes. UNIOESTE.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A educação profissional no Brasil. **AAVV. Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas: Autores Associados, 2005. pp. 43-110.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Ed. Unesp : Brasília Flacson, 2000b.

_____. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n14, maio/jun./jul./ago, 2000d. pp. 89-107.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**. v. 19, n. 35, pp. 65-79, 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, Marcilio Carneiro. **Evasão escolar e permanência no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: um enfoque a partir da gestão dos processos de aprendizagem organizacional**. João Pessoa, 2015.

166 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão das Organizações Aprendentes). Centro de Educação/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. UFPB.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim técnico do SENAC**, v. 25, n. 2, pp. 31-45, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1986.

FIGUEIREDO, Bruno Oliveira; SOUZA, José dos Santos. Trabalho, educação e conformação social da população jovem: algumas reflexões sobre o Programa ProJovem Trabalhador. **RETTA. Rev. de Ed. Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, Vol. II, nº 03/04, pp. 127 -145, jan./dez. 2011.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **A educação profissional integrada ao ensino médio no Paraná: avanços e desafios. 2009. 147f.** 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba.

GHIRALDELLI JUNIOR., P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GÍLIO, Ismael. **Trabalho e educação: formação profissional e mercado de trabalho**. NBL Editora, 2000.

GONÇALVES, Rodrigo Allan Coutinho. O "carona" no sistema de registro de preços conforme Decreto nº 7.892/2013. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, n. 3519, 18 fev. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23747>>. Acesso em 17 jul. 2017.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2012. __. **Direito Internacional Público: Regência Neoliberal**, v. 2, 2008.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrance. **Educação e sociedade**, v. 20, n. 68, pp. 163-183, 1999.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, pp. 77-96, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida; GARCIA, Sandra. Os fundamentos políticos e pedagógicos que norteiam a implantação da educação profissional integrada ao ensino médio. **O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Profissional. Curitiba: SEED-Pr, 2008.

LIMA Filho, D. L. **Educação, processos produtivos e projetos de sociedade**: desafios para a construção de uma política pública para os que vivem do trabalho. O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná. Curitiba: SEED – PR, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, FRIEDRICH, A Ideologia Alemã. São Paulo, edição. **Ridendo Castigat Mores, versão para eBook**. 1999.

MANFREDI, Silvia Maria, **Educação profissional no Brasil**, São Paulo: Cortez, 2002.

MEDINA, Denis Herbelha: **Economia e Mercado**, Disponível em: <<https://economiafenix.wordpress.com/2011/08/29/correntes-de-pensamento-economico-retrospectiva-economica-brasileira/>>. Acesso em 17 jul. 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Reforma Capanema. **verbete. Dicionário Interativo da Educação Brasileira-EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em 17 jul. 2017.

MONTAGNER, Paula et al. Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 24. 2015.

MONTALVÃO, Luciano Alvarenga. Do PIPMO ao Pronatec: história e atualidade das políticas nacionais de formação da classe trabalhadora. **Observatório em debate**, n. 2, dez 2015.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf>. Acesso em 17 jul. 2017.

PEIXOTO, Patrícia Ebani. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil.** 2008. 136f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Do%20PLANFOR%20ao%20PNQ.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2017.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. {Brasil em debate, v.2}

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos.** São Paulo, Brasiliense, 1963. Coleção Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia.

RAMOS, Moacyr Salles, **Limites e possibilidades do Pronatec como ação governamental de ampliação do acesso à educação profissional: uma análise a partir da experiência do IFRJ,** 2014, 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. UFRJ.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994. pp. 147-164

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação,** v. 12, n. 34, pp. 152-180, 2007.

SILVA, Caetana Juracy Rezende (Org.). **Institutos Federais – Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões.** Natal: IFRN, 2009.

SOUZA, José dos Santos. A Educação Profissional no contexto da reengenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda: novos e velhos mecanismos de manutenção da hegemonia burguesa no governo FHC. **Trabalho Necessário.** Niterói, ano 11, nº 16, p.1-36, 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN%201605%20-%20Artigo%20Jos%C3%A9%20dos%20Santos%20Souza.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2017.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90.** São Paulo: Autores Associados, 2002.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil: a constituição do Liberalismo em Ideologia educacional e as reformas do ensino (1931 – 1961).** Campinas: Papirus, 1990.

XAVIER, M. E. S. P.; DEITOS, R. A. Estado e política educacional no Brasil. In: DEITOS, Roberto A.; RODRIGUES, Rosa M. (Org.). **Estado,**

desenvolvimento, democracia & políticas sociais. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2006, pp. 67-86.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: histórico
Professional education in Brazil: history. **Revista E-Tech: Tecnologias para
Competitividade Industrial**, v. 1, n. 1, pp. 77-86, 2008.

APÊNDICES

CURSOS DE CABEDELO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA M1/2015	26	0	6	17	3		0
2	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL T1/2015	45	1	3	18	0	23	0
3	AUXILIAR DE ARQUIVO T1/2015	21	3	2	16	0	0	0
4	CONFEITEIRO T1/2015	24	4	1	15	0	4	0
5	DESENHISTA DE MODA M1/2015	35	0	7	15	4	9	0
6	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO M1/2015	28	0	7	15	4	2	0
TOTAL		179	8	26	96	11	38	0
CURSOS DE CABEDELO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	47	18	1	9	0	0	19
2	AGENTE CULTURAL	54	0	1	30	1	0	22
3	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	10	4	0	5	1	0	0
4	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	52	15	7	30	0	0	0
5	ARTESÃO DE BIOJOIAS	94	7	12	24	0	2	49
6	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	166	20	23	71	0	48	4
7	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2014	25	3	2	13	0	5	2
8	AUXILIAR FINANCEIRO	34	10	8	14	2	0	0
9	CONDUTOR DE TURISMO DE PESCA N1/2014	19	0	0	12	3	0	4
10	COZINHEIRO	21	3	3	12	0	0	3
11	CUIDADOR INFANTIL N3/2014	58	1	2	38	0	12	5
12	OPERADOR DE COMPUTADOR 2014	120	8	24	53	4	28	3
13	PROGRAMADOR WEB M1/2014	32	13	9	8	0	2	0
14	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2014	23	5	0	14	1	2	1
15	FRANCÊS INTERMEDIÁRIO T2/2014	22	2	6	11	0	0	3
16	VENDEDOR M1/2014	52	9	1	26	4	2	10
17	HORTICULTOR ORGÂNICO M2/2014	68	4	0	34	0	1	29

18	CABELEIREIRO M1/2014	38	9	1	23	0	2	3
19	PREPARADOR DE PESCADO T2/2014	24	1	3	13	3	0	4
20	AUXILIAR DE COZINHA T2/2014	39	10	0	9	0	16	4
21	CUIDADOR DE IDOSO T3/2014	56	18	2	17	2	9	8
22	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR M1/2014	60	11	5	24	0	20	0
23	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL T1/2014	53	0	17	19	0	10	7
24	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR M1/2014	84	21	2	17	0	43	1
25	ESPAÑHOL BÁSICO T1/2014	40	1	0	7	1	19	12
26	INGLÊS BÁSICO M1/2014	34	7	0	13	0	14	0
27	INGLÊS INTERMEDIÁRIO T1/2014	26	2	0	4	0	6	14
28	ORGANIZADOR DE EVENTOS M1/2014	41	14	4	16	1	0	6
29	CONDUTOR AMBIENTAL LOCAL T1/2014	56	4	0	31	4	5	12
30	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS N2/2014	47	2	4	30	3	8	0
31	CUIDADOR DE IDOSO T1/2014	44	9	5	24	0	4	2
32	PISCICULTOR M1/2014	30	9	2	18	0	0	1
33	INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS - PORTUGUÊS) T1/2014	43	1	0	18	2	1	21
34	PESCADOR ARTESANAL DE AMBIENTE MARINHO M3/2014	44	7	1	23	0	5	8
35	COZINHEIRO N1/2014	33	3	1	16	0	13	0
36	CUIDADOR INFANTIL	82	2	1	37	0	41	1
37	MAQUIADOR M1/2014	58	12	1	24	2	17	2
38	FOTÓGRAFO M1e M2/2014	42	1	6	25	1	8	1
39	RECEPCIONISTA T1/2014	42	3	0	6	0	21	12
40	FRANCÊS BÁSICO T1/2014	45	2	2	10	0	15	16
TOTAL		1958	271	156	828	35	379	289
CURSOS DE CABEDELO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL N1/2013	41	8	0	20	2	10	1
2	CORRETOR DE MODA T1/2013	45	10	0	20	0	10	5
3	FOTÓGRAFO T1/2013	44	2	0	27	0	11	4

4	OPERADOR DE COMPUTADOR T2/2013	37	11	0	18	0	8	0
5	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS M1/2013	32	11	0	17	1	0	3
6	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS M1/2013	31	6	0	20	2	0	3
7	CUIDADOR INFANTIL T1/2013	52	10	0	19	0	21	2
8	RECEPCIONISTA DE EVENTOS T1/2013	51	6	0	22	0	18	5
9	RECICLADOR M1/2013	30	9	0	15	2	0	4
10	CONDUTOR AMBIENTAL LOCAL N1/2013	30	2	0	23	0	0	5
11	AQUICULTOR T2/2013	32	10	0	20	0	0	2
12	CONDUTOR CULTURAL LOCAL N1/2013	53	8	0	20	0	25	0
13	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS N6/2013	35	5	0	18	1	0	11
14	AUXILIAR DE COZINHA T1/2013	99	22	0	40	5	28	4
15	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - AVANÇADO N1/2013	30	2	0	24	0	0	4
16	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2013	40	10	0	30	0	0	0
17	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2013	38	0	0	2	7	26	3
18	AQUICULTOR T1/2013	29	10	0	19	0	0	0
19	PISCICULTOR T1/2013	30	5	0	23	2	0	0
20	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS N1/2013	72	25	0	40	6	0	1
21	CUIDADOR DE IDOSO T1/2013	30	4	0	24	0	0	2
22	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM T1/2013	35	15	0	20	0	0	0
23	RECREADOR N1/2013	35	10	0	23	2	0	0
TOTAL		951	201	0	504	30	157	59

CURSOS DE CABEDELO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM N1/2012	52	6	0	33	13	0	0
2	LIBRAS BASICO T2/2012	105	12	0	45	14	33	1
3	VENDEDOR N1/2012	117	23	0	44	10	39	1
4	ATENDENTE DE LANCHONETE T2/2012	73	6	0	29	26	12	0
5	AQUICULTOR M1/2012	44	10	0	16	6	12	0
TOTAL		391	57	0	167	69	96	2
CURSOS LUCENA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE CULTURAL N1/2014	60	1	0	10	0	30	19
2	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2014	28	0	0	15	0	0	13
3	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS N1/2014	43	0	0	25	5	5	8
4	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS N1/2014	19	2	0	5	2	10	0
5	AGRICULTOR ORGÂNICO N1/2014	43	17	0	20	2	4	0
6	AQUICULTOR T1/2014	19	3	0	4	2	10	0
7	ARTESÃO DE BIOJOIAS T1/2014	18	4	0	3	3	8	0
8	CABELEIREIRO M1/2014	27	11	0	8	3	5	0
9	CONDUTOR AMBIENTAL LOCAL M1/2014	45	18	0	16	5	6	0
10	CONDUTOR DE TURISMO DE PESCA M1/2014	32	16	0	10	6	0	0
11	CUIDADOR DE IDOSO T1/2014	33	12	0	17	3	1	0
12	FRUTICULTOR N1/2014	43	13	0	11	4	15	0
13	MAQUIADOR M1/2014	12	7	0	3	0	2	0
TOTAL		422	104	0	147	35	96	40
CURSOS CAMPUS JOÃO PESSOA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ADERECISTA N1/2015	21	0	1	14	6	0	0
2	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS N1/2015	29	2	2	13	5	7	0

3	CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM T1/2015	14	0	0	8	6	0	0
4	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS N1/2015	14	0	0	8	6	0	0
5	ALMOXARIFE DE OBRAS T1/2015	35	3	8	14	2	8	0
6	ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS N1/2015	53	0	6	6	12	29	0
7	ASSISTENTE FINANCEIRO N1/2015	26	0	3	17	3	3	0
8	AUXILIAR DE ARQUIVO N1/2015	30	0	7	15	5	3	0
9	OPERADOR DE TELEMARKETING N1/2015	36	0	4	17	3	12	0
10	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2015	22	0	5	13	2	2	0
TOTAL		280	5	36	125	50	64	0

CURSOS CAMPUS JOÃO PESSOA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ALMOXARIFE DE OBRAS N1/2014	20	0	0	13	6	0	1
2	ALMOXARIFE N2/2014	121	0	0	63	55	3	0
3	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO N1/2014	41	0	0	19	22	0	0
4	ARTESÃO DE BIOJOIAS N3/2014	40	8	0	28	4	0	0
5	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO T1/2014	40	1	0	12	27	0	0
6	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N9/2014	86	16	0	38	28	4	0
7	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N11/2014	32	0	0	11	18	3	0
8	AUXILIAR FINANCEIRO N1/2014	27	0	0	7	10	10	0
9	CUIDADOR DE IDOSO N7/2014	39	6	0	28	5	0	0
10	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2014	23	0	0	17	3	3	0
11	GARÇOM T1/2014	20	0	0	7	13	0	0
12	MECÂNICO DE MOTORES CICLO OTTO N2/2014	23	0	0	9	6	8	0
13	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N1/2014	24	0	0	15	5	4	0
14	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2014	22	0	0	12	4	6	0
15	PINTOR DE OBRAS N1/2014	57	0	0	25	31	1	0
16	RECEPCIONISTA N1/2014	49	6	0	22	9	9	3

17	RECICLADOR N1/2014	40	13	0	19	7	1	0
18	VENDEDOR N3/2014	25	13	0	7	5	0	0
19	ARTESÃO DE BIOJOIAS T4/2014	60	13	2	41	2	0	2
20	CUIDADOR DE IDOSO N3/2014	48	9	0	30	0	5	4
21	ALMOXARIFE N1/2014	66	5	1	31	0	27	2
22	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO T3/2014	22	7	10	0	0	5	0
23	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N8/2014	66	6	4	26	4	23	3
24	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N10/2014	259	4	4	106	19	97	29
25	ESPAÑHOL APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS N1/2014	50	5	3	26	0	13	3
26	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS N1/2014	86	9	0	43	0	29	5
27	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2014	63	10	4	36	0	9	4
28	MECÂNICO DE MOTORES CICLO OTTO N1/2014	47	0	0	18	1	28	0
29	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA N1/2014	31	0	0	14	2	10	5
30	OPERADOR DE TELEMARKETING N3/2014	120	10	2	55	0	41	12
31	ORGANIZADOR DE EVENTOS N5/2014	101	15	2	41	13	24	6
32	PINTOR DE OBRAS T3/2014	20	0	3	17	0	0	0
33	VENDEDOR N1/2014	112	0	14	50	6	38	4
34	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	125	15	3	56	4	41	6
35	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N4/2014	67	9	6	23	2	27	0
36	OPERADOR DE TELEMARKETING M1/2014	127	10	8	54	0	46	9
37	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2014	184	6	5	101	11	59	2
38	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N1/2014	372	24	10	164	28	138	8
39	OPERADOR DE TELEMARKETING M2/2014	137	18	7	51	0	53	8
40	ORGANIZADOR DE EVENTOS N2/2014	284	21	12	99	24	122	6
41	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N5/2014	55	0	1	22	8	13	11
42	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N3/2014	56	4	1	28	2	16	5
TOTAL		3287	263	102	1484	384	916	138

CURSOS CAMPUS JOÃO PESSOA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N3/2013	35	7	0	10	0	11	7
2	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N2/2013	53	6	0	25	0	14	8
3	ORGANIZADOR DE EVENTOS N2/2013	40	0	0	19	0	0	21
4	AUXILIAR DE BIBLIOTECA N1/2013	47	3	0	21	6	7	10
5	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N4/2013	106	23	0	45	0	24	14
6	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO M1/2013	20	7	0	8	1	0	4
7	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO T1/2013	19	0	0	6	0	0	13
8	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES T2/2013	31	0	0	13	4	6	8
9	OPERADOR DE ÁUDIO N3/2013	46	6	0	22	16	0	2
10	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2013	46	11	0	25	0	10	0
11	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N8/2013	50	16	0	19	3	8	4
12	VENDEDOR N4/2013	45	8	0	31	0	5	1
13	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N9/2013	25	3	0	16	0	5	1
14	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES T3/2013	57	0	0	20	2	17	18
15	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T3/2013	20	0	0	10	8	0	2
16	PINTOR DE IMÓVEIS T1/2013	44	4	0	15	7	5	13
17	AGENTE AMBIENTAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS M1/2013	53	3	0	23	4	13	10
18	ELETRICISTA DE LINHAS ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO N1/2013	74	1	0	29	6	34	4
19	OPERADOR DE TELEATENDIMENTO N1/2013	88	17	0	40	9	11	11
20	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA N1/2013	23	4	0	15	0	3	1
21	TORNEIRO MECÂNICO N1/2013	17	3	0	9	0	1	4
22	ALMOXARIFE N2/2013	53	0	0	25	1	13	14
23	AUXILIAR ADMINISTRATIVO M2/2013	163	12	0	70	10	56	15
24	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N3/2013	61	16	0	20	0	21	4

25	ELETRICISTA DE LINHAS ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO M2/2013	40	3	0	13	0	19	5
26	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES T1/2013	34	0	0	17	0	14	3
27	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA N2/2013	31	0	0	23	0	1	7
28	SONOPLASTA N1/2013	36	12	0	15	3	5	1
29	VENDEDOR N3/2013	46	10	0	30	0	6	0
30	ALMOXARIFE N1/2013	55	0	0	31	0	15	9
31	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N6/2013	117	0	0	93	0	15	9
32	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS M2/2013	54	3	0	27	6	14	4
33	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2013	214	15	0	88	1	95	15
34	MECÂNICO DE MOTORES CICLO OTTO M4/2013	22	0	0	16	0	2	4
35	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES T2/2013	32	0	0	9	0	15	8
36	OPERADOR DE ÁUDIO N2/2013	37	0	0	14	0	17	6
37	VENDEDOR N2/2013	34	2	0	25	1	6	0
38	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N4/2013	55	3	0	29	4	16	3
39	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS M2/2013	105	26	0	38	5	25	11
40	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N4/2013	44	5	0	22	2	3	12
41	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS M2/2013	46	5	0	28	5	6	2
42	MECÂNICO DE MOTORES CICLO OTTO M3/2013	19	2	0	16	0	0	1
43	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA N1/2013	35	9	0	21	0	4	1
44	VENDEDOR N1/2013	43	17	0	19	2	2	3
45	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2013	114	24	0	56	3	19	12
46	VENDEDOR T1/2013	38	9	0	22	6	0	1
47	ALMOXARIFE M1/2013	40	12	0	23	2	3	0
48	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N1/2013	37	20	0	11	0	6	0
49	OPERADOR DE ÁUDIO N1/2013	38	5	0	19	8	6	0
50	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS T1/2013	66	13	0	29	4	20	0
51	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N2/2013	32	14	0	17	0	1	0
52	AUXILIAR ADMINISTRATIVO M1/2013	159	49	0	82	0	21	7

53	MECÂNICO DE MOTORES CICLO OTTO M1/2013	37	9	0	23	0	5	0
54	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES T1/2013	42	8	0	34	0	0	0
TOTAL		2918	425	0	1426	129	625	313
CURSOS CAMPUS JOÃO PESSOA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ELETRICISTA DE LINHAS ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO M2/2012	44	18	0	16	0	10	0
2	LOCUTOR E APRESENTADOR N2/2012	19	5	0	9	2	3	0
3	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA N1/2012	33	0	0	16	15	2	0
4	ALMOXARIFE M2/2012	49	0	0	20	20	9	0
5	ATENDENTE DE LANCHONETE M1/2012	12	4	0	7	1	0	0
6	PINTOR DE OBRAS M3/2012	52	0	0	52	0	0	0
7	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2012	159	0	0	59	28	72	0
8	AUXILIAR DE PESSOAL T3/2012	70	0	0	36	6	28	0
9	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO t2/2012	26	3	0	6	10	7	0
10	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES T2/2012	38	0	0	18	9	11	0
11	MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MOTORES CICLO OTTO M2/2012	33	0	0	18	11	4	0
12	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T2/2012	52	0	0	27	12	13	0
13	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO DE REDES N1/2012	54	0	0	15	13	26	0
14	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2012	56	0	0	24	16	16	0
15	AUXILIAR DE PESSOAL N2/2012	104	0	0	48	18	38	0
16	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2012	31	0	0	14	6	11	0
17	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES N1/2012	38	0	0	8	13	17	0
18	PROGRAMADOR DE SISTEMAS N1/2012	41	0	0	13	12	16	0
19	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO M1/2012	64	0	0	29	11	24	0
20	ATENDENTE DE LANCHONETE T1/2012	33	0	0	7	6	20	0
21	AUXILIAR ADMINISTRATIVO M1/2012	63	0	0	18	22	23	0
22	PINTOR DE OBRAS M2/2012	29	0	0	10	9	10	0
23	ALMOXARIFE N1/2012	44	0	0	22	11	11	0

24	AUXILIAR DE PESSOAL T1/2012	44	0	0	26	9	9	0
25	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO T1/2012	26	0	0	12	7	7	0
26	LOCUTOR E APRESENTADOR N1/2012	25	0	0	11	8	6	0
27	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES T1/2012	29	0	0	7	9	12	1
28	OPERADOR DE ÁUDIO N1/2012	17	0	0	12	3	2	0
29	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2012	34	0	0	20	0	6	8
TOTAL		1319	30	0	580	287	413	9
CURSOS UNIDADE REMOTA ALHANDRA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	44	18	0	16	0	10	0
2	DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB N2/2014	19	5	0	9	2	3	0
3	PINTOR DE OBRAS N3/2014	33	0	0	16	15	2	0
TOTAL		96	23	0	41	17	15	0
CURSOS UNIDADE REMOTA BAYEUX		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N4/2014	112	1	10	83	5	9	4
2	OPERADOR DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO T1/2014	102	3	16	66	15	1	1
3	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2014	56	2	14	32	1	3	4
4	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N2/2014	14	0	0	14	0	0	0
5	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS N2/2014	20	0	0	11	9	0	0
6	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO N2/2014	18	8	0	5	5	0	0
7	ARMADOR DE FERRAGEM N2/2014	20	7	0	10	2	1	0
8	OPERADOR DE TELEMARKETING T1/2015	40	0	3	15	5	17	0
TOTAL		382	21	43	236	42	31	9
CURSOS UNIDADE REMOTA CONDE		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ARTESÃO DE BIOJOIAS N4/2014	41	7	0	32	1	1	0
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2014	20	2	0	18	0	0	0
3	CUIDADOR DE IDOSO N6/2014	40	8	0	29	3	0	0
TOTAL		101	17	0	79	4	1	0
CURSOS UNIDADE REMOTA BAIÁ DA TRAIÇÃO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.

		OS	DO	TE	O	DO	COMPARECEU	INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N2/2014	40	3	0	33	4	0	0
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	49	1	0	44	0	1	3
3	CONFECCIONADOR DE LINGERIE E MODA PRAIA N3/2014	41	2	0	38	1	0	0
4	ORGANIZADOR DE EVENTOS N2/2014	91	0	7	72	0	4	8
TOTAL		221	6	7	187	5	5	11
CURSOS UNIDADE REMOTA PEDRA DE FOGO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	85	2	8	57	12	3	3
TOTAL		85	2	8	57	12	3	3
CURSOS CAJAZEIRAS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CONDUTOR CULTURAL LOCAL N1/2014	42	0	5	25	9	2	1
2	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N2/2014	16	0	6	2	8	0	0
3	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA N2/2014	27	0	3	14	6	1	3
4	TORNEIRO MECÂNICO N2/2014	31	0	4	19	5	0	3
5	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N1/2014	29	8	0	11	0	1	9
6	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS N3/2014	130	18	0	57	5	45	5
7	AUXILIAR DE PESSOAL N1/2014	57	7	0	32	1	8	9
TOTAL		332	33	18	160	34	57	30
CURSOS CAJAZEIRAS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2013	58	0	0	32	0	8	18
2	AUXILIAR DE ARQUIVO N2/2013	41	0	0	20	0	0	21
3	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2013	27	0	0	13	0	0	14
4	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N2/2013	33	0	0	18	1	8	6
5	TORNEIRO MECÂNICO N2/2013	34	0	0	19	2	5	8
TOTAL		193	0	0	102	3	21	67

CURSOS CAJAZEIRAS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS T1/2012	53	0	0	24	10	19	0
2	TORNEIRO MECÂNICO N1/2012	40	0	0	28	10	0	2
3	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO T1/2012	46	1	0	27	12	1	5
4	MECÂNICO DE USINAGEM T1/2012	41	0	0	29	11	1	0
5	TORNEIRO MECANICO							
TOTAL		180	1	0	108	43	21	7
CURSOS UNIDADE REMOTA DA CARRAPATEIRA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS N1/2014	40	6	0	33	1	0	0
TOTAL		40	6	0	33	1	0	0
CURSOS UNIDADE REMOTA DA REATO ALUIZIO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGRICULTOR FAMILIAR T1/2014	64	9	1	38	11	5	0
2	HORTICULTOR ORGÂNICO T1/2014	30	3	1	18	8	0	0
TOTAL		94	12	2	56	19	5	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA MONTE HOREBE		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N4/2014	89	6	1	72	1	0	9
2	AUXILIAR DE ARQUIVO N1/2014	40	0	0	36	4	0	0
TOTAL		129	6	1	108	5	0	9
CURSOS DA UNIDADE BOM JESUS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR DE ARQUIVO N2/2014	44	7	0	32	0	1	4
TOTAL		44	7	0	32	0	1	4
CURSOS DA UNIDADE REMOTA UIRAUNA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N2/2014	27	0	0	18	5	0	4
2	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N1/2014	28	0	0	11	12	0	5

TOTAL		55	0	0	29	17	0	9
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SÃO JOSÉ DE PIRANHAS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS N2/2014	87	0	4	67	0	0	16
TOTAL		87	0	4	67	0	0	16
CURSOS DA UNIDADE REMOTA IPAUMIRIM		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CUIDADOR DE IDOSO T1/2015	25	2	0	18	0	0	5
TOTAL		25	2	0	18	0	0	5
CURSOS DA UNIDADE REMOTA NAZAREZINHO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA T1/2015	21	0	0	20	0	0	1
TOTAL		21	0	0	20	0	0	1
CURSOS DA UNIDADE REMOTA CACHOEIRA DOS INDIOS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA T1/2015	21	0	0	20	0	0	1
2	AUXILIAR DE ARQUIVO N2/2014	42	1	0	39	0	0	2
3	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2015	45	0	0	20	0	21	4
TOTAL		108	1	0	79	0	21	7
CURSOS DA UNIDADE REMOTA IPAUMIRIM		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES T2/2014	33	0	4	16	4	8	1
TOTAL		33	0	4	16	4	8	1
CURSOS CAMPINA GRANDE		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO N1/2015	33	0	1	20	0	5	7
2	ASSISTENTE DE SECRETARIA ESCOLAR N1/2015	26	0	0	19	1	2	4
3	ASSISTENTE FINANCEIRO N1/2015	28	0	0	18	2	1	7
4	AUXILIAR DE ARQUIVO N1/2015	20	0	0	20	0		0
5	CUIDADOR DE IDOSO N2/2015	25	0	0	20	0	0	5
6	CUIDADOR INFANTIL N2/2015	34	0	0	20	0	7	7
7	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N2/2015	54	10	0	13	13	4	14

8	INGLÊS BÁSICO N1/2015	32	0	6	18	2	6	0
9	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2015	19	1	0	18	0	0	0
10	MANICURE E PEDICURE T1/2015	28	2	8	18	0	0	0
11	OPERADOR DE COMPUTADOR N2/2015	22	0	0	17	3	2	0
TOTAL		321	13	15	201	21	27	44
CURSOS CAMPINA GRANDE		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2014	31	0	12	14	5	0	0
2	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2014	38	0	16	16	6	0	0
3	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL N1/2014	43	0	8	32	3	0	0
4	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2014	45	0	15	29	0	1	0
5	INGLÊS INTERMEDIÁRIO N1/2014	16	0	16	0	0	0	0
TOTAL		173	0	67	91	14	1	0
CURSOS CAMPINA GRANDE		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR M3/2013	20	0	0	14	5	1	0
2	AGRICULTOR FAMILIAR M1/2013	18	1	0	10	0	2	5
3	AUXILIAR DE PESSOAL N1/2013	40	8	0	29	0	0	3
4	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N3/2013	70	0	0	65	5	0	0
5	INGLÊS BÁSICO M1/2013	20	0	0	10	10	0	0
6	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2013	42	8	0	30	3	1	0
7	BENEFICIADOR DE MINÉRIOS N1/2013	30	13	0	17	0	0	0
8	CUIDADOR DE IDOSO N2/2013	30	13	0	17	0	0	0
9	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N2/2013	33	9	0	17	5	2	0
10	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO M1/2013	32	6	0	25	1	0	0
11	OPERADOR DE COMPUTADOR M2/2013	20	7	0	12	1	0	0
12	PEDREIRO DE ALVENARIA ESTRUTURAL N2/2013	32	6	0	24	0	2	0
13	RECEPCIONISTA N2/2013	40	6	0	34	0	0	0
TOTAL		427	77	0	304	30	8	8

CURSOS CAMPINA GRANDE		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2012	122	0	0	44	52	26	0
2	AUXILIAR DE FATURAMENTO M1/2012	46	0	0	23	18	5	0
3	AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO DE REDES M1/2012	35	0	0	15	15	5	0
4	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO T1/2012	46	0	0	11	29	6	0
5	INGLÊS BÁSICO M1/2012	36	0	0	14	16	6	0
6	OPERADOR DE PROCESSOS QUÍMICOS EM MINERAÇÃO N1/2012	49	0	0	18	24	7	0
7	PEDREIRO DE ALVENARIA M1/2012	50	0	0	14	27	9	0
8	RECEPCIONISTA M1/2012	58	0	0	21	20	17	0
9	CUIDADOR INFANTIL N1/2012	33	0	0	18	13	2	0
10	ALFABETIZAÇÃO AVANÇADA EM LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO N1/2012	33	0	0	21	11	1	0
TOTAL		508	0	0	199	225	84	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE FAGUNDES		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CUIDADOR DE IDOSO T1/2014	12	0	10	0	0	2	0
2	ESPAÑHOL BÁSICO T1/2014	20	0	1	18	0	1	0
3	INGLÊS BÁSICO T1/2014	26	4	1	16	0	5	0
4	RECEPCIONISTA T1/2014	29	0	5	24	0	0	0
TOTAL		87	4	17	58	0	8	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA LIGEIRA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR DE PESSOAL N1/2014	41	8	5	28	0	0	0
2	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS M1/2014	40	6	4	26	4	0	0
3	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2014	38	1	1	22	8	2	4
4	RECEPCIONISTA M1/2014	57	6	5	38	8	0	0
TOTAL		176	21	15	114	20	2	4
CURSOS DA UNIDADE REMOTA LAGOA SECA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	MANICURE E PEDICURE T1/2014	71	7	8	35	0	21	0
2	CABELEIREIRO ASSISTENTE T2/2014	29	4	7	15	0	3	0
TOTAL		100	11	15	50	0	24	0

CURSOS DA UNIDADE REMOTA LAGOA DE ROÇA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ESPAÑHOL BÁSICO T1/2014	33	0	6	22	5	0	0
2	INGLÊS BÁSICO T1/2014	39	0	7	24	5	3	0
TOTAL		72	0	13	46	10	3	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA MASSARANDUBA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CUIDADOR DE IDOSO	40	4	0	36	0	0	0
2	CUIDADOR INFANTIL	40	1	0	39	0	0	0
TOTAL		80	5	0	75	0	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA MONTADAS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2014	24	0	2	18	0	4	0
2	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR T1/2014	26	0	8	18	0	0	0
3	AUXILIAR FINANCEIRO T1/2014	25	0	6	19	0	0	0
4	RECEPCIONISTA M1/2014	28	0	4	20	0	4	0
TOTAL		103	0	20	75	0	8	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA QUEIMADAS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE INCLUSÃO DIGITAL EM CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET N1/2014	21	1	0	15	0	0	5
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	21	0	1	20	0	0	0
3	AUXILIAR DE PESSOAL T1/2014	33	6	8	18	1	0	0
4	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS T1/2014	40	5	6	23	6	0	0
5	CUIDADOR DE IDOSO N1/2013	40	6	0	25	8	1	0
6	CUIDADOR INFANTIL N2/2014	29	0	4	19	0	6	0
7	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2013	33	18	0	12	0	3	0
8	MANICURE E PEDICURE N1/2014	56	12	1	33	5	5	0
9	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N1/2014	23	0	5	12	6	0	0
10	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	37	2	0	29	1	5	0
11	PEDREIRO DE ALVENARIA N1/2013	35	14	0	19	0	0	2
12	RECEPCIONISTA N1/2014	101	2	12	68	6	1	12
TOTAL		469	66	37	293	33	21	19
CURSOS DA UNIDADE REMOTA REMIGIO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	44	0	7	14	4	19	0
2	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N2/2014	62	0	5	25	0	32	0
3	CUIDADOR DE IDOSO N2/2014	61	2	1	27	2	29	0

4	CUIDADOR INFANTIL N2/2014	62	6	2	24	0	30	0
5	ESPAÑHOL BÁSICO N1/2014	59	4	8	28	0	19	0
6	INGLÉS BÁSICO M2/2014	40	0	5	12	3	20	0
7	PEDREIRO DE ALVENARIA M1/2014	20	0	6	14	0	0	0
8	RECEPCIONISTA N2/2014	40	0	3	17	0	20	0
TOTAL		388	12	37	161	9	169	0
URSOS DA UNIDADE REMOTA ESCOLA QUEIMADAS		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2014	40	5	4	29	0	0	2
2	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N1/2014	30	0	2	28	0	0	0
3	CUIDADOR DE IDOSO N2/2014	26	4	0	21	0	1	0
4	RECEPCIONISTA N1/2014	20	0	4	16	0	0	0
TOTAL		116	9	10	94	0	1	2
CURSOS GUARABIRA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR FINANCEIRO N1/2014	40	24	0	15	0	0	1
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	40	9	1	13	0	13	4
3	VENDEDOR N1/2014	95	44	1	41	0	9	0
TOTAL		175	77	2	69	0	22	5
CURSOS GUARABIRA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2013	33	7	0	22	0	0	4
2	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES M1/2013	35	16	0	14	0	0	5
3	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2013	38	6	0	24	0	0	8
4	RECEPCIONISTA DE EVENTOS N1/2013	43	8	0	22	0	0	13
5	VENDEDOR N1/2013	44	9	0	21	0	0	14
6	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N1/2013	132	10	0	20	0	95	7
TOTAL		325	56	0	123	0	95	51
CURSOS GUARABIRA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2012	40	0	0	40	0	0	0
2	LOCUTOR E APRESENTADOR T1/2012	22	0	0	9	0	12	1
3	OPERADOR DE ÁUDIO T1/2012	32	0	0	31	0	0	1
4	OPERADOR DE COMPUTADOR M1/2012	45	11	0	23	0	0	11
TOTAL		139	11	0	103	0	12	13
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE JACARAU		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	20	0	10	10	0	0	0
2	CONFEITEIRO N1/2014	30	0	0	23	6	1	0
3	VENDEDOR N1/2014	30	0	0	16	13	1	0
TOTAL		80	0	10	49	19	2	0

CURSOS DA UNIDADE REMOTA ALAGOA GRANDE		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	RECICLADOR T1/2014	30	0	0	20	9	1	0
TOTAL		30	0	0	20	9	1	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA ALAGOINHA		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	28	0	0	22	6	0	0
TOTAL		28	0	0	22	6	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA CACHOEIRA DOS GUEDES		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	RECEPCIONISTA N1/2014	24	9	0	10	0	2	3
TOTAL		24	9	0	10	0	2	3
CURSOS DA UNIDADE REMOTA CARRASCO		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	PROMOTOR DE VENDAS	40	0	0	38	0	2	0
TOTAL		40	0	0	38	0	2	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA CRAS CENTRO GUARABIRA		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL N1/2015	25	8	0	12	0	5	0
2	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR N1/2014	37	0	0	22	8	7	0
3	VENDEDOR N2/2014	85	13	1	39	0	9	23
TOTAL		147	21	1	73	8	21	23
CURSOS DA UNIDADE REMOTA CRAS CENTRO ANEXO GUARABIRA		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	34	4	0	17	0	9	4
TOTAL		34	4	0	17	0	9	4
CURSOS DA UNIDADE REMOTA ARAÇAGI		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO M1/2014	28	0	0	22	6	0	0
TOTAL		28	0	0	22	6	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE BELEM		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ATENDENTE DE LANCHONETE N1/2015	54	13	0	26	1	14	0
2	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR N1/2014	68	11	2	44	0	1	10
3	ESPAÑHOL BÁSICO N1/2014	19	0	0	11	8	0	0
4	PROMOTOR DE VENDAS N1/2014	33	8	0	16	6	3	0
5	RECICLADOR N1/2014	33	8	0	18	4	3	0
6	VENDEDOR N1/2014	72	11	0	48	0	5	8
TOTAL		279	51	2	163	19	26	18

CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE MULTIRÃO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	RECICLADOR N1/2014	41	13	0	27	0	1	0
2	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2014	21	0	0	19	1	1	0
TOTAL		62	13	0	46	1	2	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE RIACHÃO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CABELEIREIRO T1/2015	24	3	0	15	2	4	0
2	COSTUREIRO DE MÁQUINA RETA E OVERLOQUE T1/2015	21	4	0	15	1	1	0
3	COSTUREIRO T1/2014	30	2	0	25	3	0	0
4	RECICLADOR T1/2014	33	9	0	18	2	4	0
5	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR T1/2014	52	5	1	35	0	0	11
6	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2014	42	1	0	19	0	21	1
7	INGLÊS BÁSICO N2/2014	41	3	0	17	0	20	1
TOTAL		243	27	1	144	8	50	13
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE SOLANEA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2014	83	10	0	40	0	28	5
2	RECEPCIONISTA N1/2014	42	0	0	19	0	19	4
3	ATENDENTE DE LANCHONETE N1/2014	35	6	0	18	6	5	0
4	VENDEDOR N1/2014	58	14	0	34	2	8	0
5	CONFEITEIRO N1/2015	23	2	0	18	0	3	0
6	CUIDADOR DE IDOSO N1/2015	25	5	0	14	2	4	0
TOTAL		266	37	0	143	10	67	9
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE TACIMA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ATENDENTE DE LANCHONETE N1/2014	67	0	0	27	0	35	5
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	72	0	0	32	7	32	1
3	PROMOTOR DE VENDAS N1/2014	31	2	0	25	3	1	0
4	RECEPCIONISTA N1/2014	29	3		23	3	0	0
5	VENDEDOR N1/2014	49	11	0	29	0	4	5
TOTAL		248	16	0	136	13	72	11
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE PILOES		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	VENDEDOR N1/2014	40	1	0	31	0	2	6
2	RECICLADOR N1/2014	33	0	0	27	3	3	0
3	RECEPCIONISTA N1/2014	35	0	0	26	4	5	0
4	ORGANIZADOR DE EVENTOS N2/2014	84	7	0	58	5	8	6
5	MANICURE E PEDICURE N1/2015	23	2	0	18	0	3	0

6	CUIDADOR DE IDOSO N1/2015	25	5	0	11	3	6	0
7	CONFEITEIRO N1/2015	23	4	0	16	0	3	0
8	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2014	55	14	0	25	0	1	15
TOTAL		318	33	0	212	15	31	27
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DONA INES		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	RECEPCIONISTA N1/2014	26	9	0	10	2	3	2
TOTAL		26	9	0	10	2	3	2
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE DUAS ESTRADAS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ATENDENTE DE LANCHONETE N1/2014	50	3	0	35	0	6	6
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	75	14	0	43	0	15	3
3	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR N1/2014	30	0	0	25	5	0	0
4	CONFECCIONADOR DE BIJUTERIAS T1/2014	40	3	6	31	0	0	0
5	CONFEITEIRO N1/2014	30	0	0	26	4	0	0
6	INGLÊS BÁSICO N1/2014	26	8	0	12	0	3	3
7	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2014	51	3	0	33	3	10	2
8	PROMOTOR DE VENDAS N1/2014	47	9	0	30	0	6	2
9	VENDEDOR N1/2014	46	5	0	35	0	2	4
TOTAL		395	45	6	270	12	42	20
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE ITAPOROROCA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2014	31	1	0	27	0	0	3
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	30	0	0	24	6	0	0
3	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N1/2014	32	3	0	18	0	1	10
4	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR N1/2014	37	6	0	24	0	3	4
5	INGLÊS BÁSICO N1/2014	26	2	0	18	0	4	2
6	VENDEDOR N1/2014	31	0	0	18	12	1	0
TOTAL		187	12	0	129	18	9	19
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE LAGOA DE DENTRO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	22	3	0	17	0	0	2
2	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR N1/2014	43	2	0	38	0	0	3
3	INGLÊS BÁSICO N1/2014	55	2	0	29	17	2	5
4	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2014	50	7	0	33	10	0	0
5	PROMOTOR DE VENDAS N2/2015	22	4	0	16	0	2	0
6	VENDEDOR N1/2014	104	7	0	66	17	4	10
TOTAL		296	25	0	199	44	8	20

CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE PEDRO REGIS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2014	29	0	0	17	10	2	0
2	COSTUREIRO N1/2014	30	0	0	26	4	0	0
TOTAL		59	0	0	43	14	2	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE SERRA DA RAIZ		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2013	36	1	0	29	0	3	3
2	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N1/2014	43	7	1	30	0	0	5
3	CONFEITEIRO N1/2014	35	0	0	24	6	5	0
4	INGLÊS BÁSICO N2/2014	20	6	3	11	0	0	0
5	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N3/2014	44	0	0	32	0	0	12
6	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2014	28	0	0	18	2	8	0
7	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2014	42	0	1	24	0	0	17
8	VENDEDOR N2/2014	41	0	0	30	0	0	11
TOTAL		289	14	5	198	8	16	48
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE SERTAOZINHO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ARTESÃO EM BORDADO À MÃO N1/2015	20	1	0	19	0	0	0
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	22	0	0	0	0	20	2
3	CONFEITEIRO N1/2015	21	2	0	18	0	1	0
4	PROMOTOR DE VENDAS N1/2015	21	1	0	17	2	1	0
5	RECEPCIONISTA N1/2014	34	3	0	17	0	10	4
6	RECICLADOR N1/2014	30	0	0	27	3	0	0
TOTAL		148	7	0	98	5	32	6
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SITIO CABLOCO GUARABIRA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2014	54	0	0	37	0	2	15
2	VENDEDOR N2/2014	39	1	0	34	4	0	0
TOTAL		93	1	0	71	4	2	15
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SITIO CABLOCO TANANDUBA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2014	39	0	0	29	10	0	0
2	VENDEDOR N2/2014	55	0	0	40	0	0	15
TOTAL		94	0	0	69	10	0	15

CURSOS MONTEIRO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL N1/2015	14	0	0	14	0	0	0
2	INGLÊS BÁSICO T1/2015	13	0	0	13	0	0	0
3	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2015	13	1	0	12	0	0	0
4	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2015	13	0	0	13	0	0	0
TOTAL		53	1	0	52	0	0	0
CURSOS MONTEIRO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	COSTUREIRO T1/2014	40	0	0	25	0	0	15
2	CUIDADOR INFANTIL T1/2014	22	0	0	6	0	2	14
3	MESTRE DE OBRAS T3/2014	29	0	0	8	0	4	17
4	AUXILIAR DE COSTURA T3/2014	60	0	7	22	29	1	1
5	PROGRAMADOR DE SISTEMAS T3/2014	20	0	0	6	14	0	0
6	PROGRAMADOR WEB T3/2014	19	0	0	9	10	0	0
7	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2014	46	0	0	19	17	0	10
8	AUXILIAR DE COSTURA T1/2014	73	0	0	32	27	0	14
TOTAL		309	0	7	127	97	7	71
CURSOS MONTEIRO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR T4/2013	10	0	0	7	3	0	0
2	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL T2/2013	22	0	0	13	9	0	0
3	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T3/2013	56	6	0	35	13	0	2
4	OPERADOR DE COMPUTADOR T3/2013	19	0	0	14	5	0	0
5	ALMOXARIFE DE OBRAS M1/2013	15	0	0	11	4	0	0
6	MESTRE DE OBRAS T1/2013	18	8	0	10	0	0	0
7	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2013	48	0	0	28	20	0	0
8	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2013	27	5	0	18	0	0	4
9	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL T1/2013	25	0	0	11	14	0	0
TOTAL		240	19	0	147	68	0	6
CURSOS MONTEIRO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2012	30	0	0	14	2	0	14
2	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2012	20	1	0	8	3	0	8
TOTAL		50	1	0	22	5	0	22

CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE CONGO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2014	37	0	5	31	0	1	0
2	AUXILIAR DE COSTURA T2/2014	20	0	3	17	0	0	0
3	CUIDADOR DE IDOSO T1/2014	20	0	1	19	0	0	0
TOTAL		77	0	9	67	0	1	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA PRATA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2014	40	6	1	26	1	1	5
TOTAL		40	6	1	26	1	1	5
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SÃO JOÃO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS T1/2014	21	8	0	13	0	0	0
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2014	61	13	2	22	0	1	23
3	MESTRE DE OBRAS T3/2014	30	1	0	9	0	14	6
TOTAL		112	22	2	44	0	15	29
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SUME		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS T1/2014	60	0	0	19	0	41	0
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	44	0	0	28	0	1	15
3	AUXILIAR DE COSTURA T4/2014	55	0	0	50	0	2	3
4	MESTRE DE OBRAS N1/2014	21	1	0	11	0	1	8
TOTAL		180	1	0	108	0	45	26
CURSOS PATOS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE CULTURAL N1/2015	27	2	0	18	0	0	7
2	AGENTE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO M2/2015	20	8	0	12	0	0	0
3	INGLÊS BÁSICO N1/2015	8	6	0	1	1	0	0
4	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2015	20	2	0	18	0	0	0
5	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	17	4	0	13	0	0	0
TOTAL		92	22	0	62	1	0	7
CURSOS PATOS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T3/2014	16	2	0	14	0	0	0
2	CONFEITEIRO M2/2014	74	7	0	63	0	4	0
3	COSTUREIRO T1/2014	21	1	0	20	0	0	0
5	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2014	19	0	2	1	9	0	7
6	CONFEITEIRO M1/2014	71	21	0	34	7	1	8
7	CUIDADOR DE IDOSO T1/2014	29	0	8	14	3	2	2

8	CUIDADOR INFANTIL T1/2014	29	0	14	12	0	2	1
9	AUXILIAR ADMINISTRATIVO T1/2014	32	4	2	11	2	12	1
10	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS M1/2014	70	27	3	24	0	10	6
TOTAL		361	62	29	193	21	31	25
CURSOS PATOS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CUIDADOR DE IDOSO T3/2013	18	4	0	7	0	0	7
2	PEDREIRO DE REVESTIMENTOS EM ARGAMASSA T1/2013	25	1	0	5	0	5	14
3	PEDREIRO DE ALVENARIA N2/2013	33	0	0	11	0	2	20
4	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2013	29	14	0	15	0	0	0
5	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N1/2013	13	9	0	0	0	0	4
6	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO T1/2013	30	6	0	9	1	8	6
7	CUIDADOR INFANTIL T2/2013	45	13	0	9	0	11	12
8	AUXILIAR ADMINISTRATIVO M1/2013	41	5	0	20	0	11	5
9	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS T1/2013	33	7	0	17	0	4	5
10	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2013	25	3	0	12	0	6	4
TOTAL		292	62	0	105	1	47	77
CURSOS PATOS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
2	PEDREIRO DE REVESTIMENTOS EM ARGAMASSA T1/2012	29	6	0	15	1	2	5
3	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO T1/2012	29	14	0	8	0	3	4
4	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES T1/2012	40	10	0	7	0	22	1
5	CUIDADOR DE IDOSO T1/2012	48	8	0	25	0	11	4
TOTAL		146	38	0	55	1	38	14
CURSOS DA UNIDADE REMOTA TEIXEIRA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2014	39	3	0	15	0	21	0
TOTAL		39	3	0	15	0	21	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SÃO JOSÉ DO BOMFIN		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N1/2014	35	0	0	30	0	0	5
2	RECEPCIONISTA N1/2014	37	0	6	26	0	0	5
TOTAL		72	0	6	56	0	0	10
CURSOS DA UNIDADE REMOTA TAPEROA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE CULTURAL N1/2015	24	9	0	10	0	2	3
TOTAL		24	9	0	10	0	2	3

CURSOS DA UNIDADE REMOTA VAZEA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2014	35	3	1	29	1	1	0
2	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS N1/2014	34	0	3	27	0	0	4
3	CUIDADOR DE IDOSO N1/2014	26	2	0	23	1	0	0
TOTAL		95	5	4	79	2	1	4
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DESTERRO		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2014	19	1	2	16	0	0	0
2	CUIDADOR DE IDOSO N1/2014	43	0	4	36	0	0	3
3	CUIDADOR INFANTIL N1/2014	39	0	0	39	0	0	0
4	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	21	0	0	20	0	0	1
TOTAL		122	1	6	111	0	0	4
CURSOS PICUI		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGRICULTOR ORGÂNICO N1/2015	20	7	0	13	0	0	0
2	INGLÊS BÁSICO N1/2015	20	3	0	17	0	0	0
3	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2015	20	8	0	12	0	0	0
4	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	19	6	0	13	0	0	0
TOTAL		79	24	0	55	0	0	0
CURSOS PICUI		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	COSTUREIRO N2/2014	30	0	8	22	0	0	0
2	FORRAGICULTOR N2/2014	44	0	6	23	9	0	6
3	GARÇOM N2/2014	44	0	5	26	3	6	4
4	OVINOCULTOR N2/2014	42	0	10	26	4	0	2
5	PRODUTOR DE PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS N2/2014	27	0	4	23	0	0	0
6	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS N2/2014	29	9	5	9	0	6	0
7	AUXILIAR DE TESOURARIA N2/2014	59	2	8	37	0	12	0
8	VENDEDOR N1/2014	54	0	9	40	0	5	0
TOTAL		329	11	55	206	16	29	12
CURSOS PICUI		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	APICULTOR M1/2013	53	1	0	31	0	1	20
2	AUXILIAR DE BIBLIOTECA N1/2013	46	0	0	38	0	0	8
3	AGRICULTOR ORGÂNICO N1/2013	44	12	0	20	0	0	12
4	AUXILIAR DE CONTABILIDADE N2/2013	58	11	0	28	0	11	8
5	CUIDADOR DE IDOSO N1/2013	43	12	0	31	0	0	0

6	PEDREIRO DE ALVENARIA N1/2013	46	10	0	36	0	0	0
7	AUXILIAR DE CONTABILIDADE N1/2013	43	0	0	34	0	0	9
8	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE N2/2013	42	6	0	34	0	2	0
TOTAL		375	52	0	252	0	14	57
CURSOS PICUI		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2012	32	2	0	30	0	0	0
2	PEDREIRO DE ALVENARIA N1/2012	29	7	0	22	0	0	0
TOTAL		61	9	0	52	0	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE CUBATI		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	22	0	3	19	0	0	0
2	COSTUREIRO N2/2014	30	0	6	24	0	0	0
TOTAL		52	0	9	43	0	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA NOVA FLORESTA		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE INCLUSÃO DIGITAL EM CENTROS PÚBLICOS DE ACESSO À INTERNET N1/2015	18	7	0	11	0	0	0
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	28	0	7	20	0	0	1
3	AUXILIAR DE TESOURARIA N1/2014	53	0	16	35	0	1	1
4	COSTUREIRO N2/2014	36	1	6	26	0	3	0
5	OPERADOR DE COMPUTADOR N2/2014	8	2	0	6	0	0	0
TOTAL		143	10	29	98	0	4	2
CURSOS DA UNIDADE REMOTA BARAUNA		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS N1/2015	42	6	0	12	0	24	0
2	RECREADOR N1/2015	41	5	0	15	0	21	0
TOTAL		83	11	0	27	0	45	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA CUITE		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO N1/2015	60	5	0	15	0	40	0
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	21	0	5	15	0	1	0
3	HORTICULTOR ORGÂNICO N1/2015	59	1	0	19	0	39	0
4	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	56	8	0	12	0	36	0
5	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS N2/2014	30	0	6	24	0	0	0
TOTAL		226	14	11	85	0	116	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA BARRA DE SANTA ROSA		MATRICULAD OS	ABANDONA DO	DESISTEN TE	CONCLUÍD O	REPROVA DO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGRICULTOR FAMILIAR N2/2014	40	0	0	29	11	0	0
2	CAPRINOCULTOR N2/2014	39	0	0	21	18	0	0
3	FORRAGICULTOR N2/2014	40	0	0	29	11	0	0

4	PRODUTOR DE PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS N2/2014	29	0	0	16	13	0	0
TOTAL		148	0	0	95	53	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA PEDRA LAVRADA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	30	0	9	21	0	0	0
2	CUIDADOR DE IDOSO N1/2014	30	1	11	18	0	0	0
TOTAL		60	1	20	39	0	0	0
CURSOS PRINCESA ISABEL		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR N2/2015	0						
TOTAL		0	0	0	0	0	0	0
CURSOS PRINCESA ISABEL		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS N2/2014	33	3	10	15	0	5	0
2	MÚSICO DE BANDA T1/2014	15	0	7	8	0	0	0
3	OPERADOR DE COMPUTADOR N2/2014	28	0	11	13	0	4	0
4	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2014	45	0	10	29	1	0	5
5	ORGANIZADOR DE EVENTOS N1/2014	100	17	0	47	0	20	16
6	RECREADOR N1/2014	31	12	0	18	1	0	0
7	ATENDENTE DE NUTRIÇÃO M1/2014	32	0	11	19	0	1	1
8	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2014	24	0	2	21	0	1	0
9	AUXILIAR EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA M1/2014	31	17	9	4	0	0	1
10	COSTUREIRO M1/2014	0						
11	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2014	22	0	0	12	0	0	10
12	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR N1/2014	31	0	0	11	0	0	20
13	PROGRAMADOR WEB M1/2014	20	8	9	2	0	0	1
14	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL M1/2014	36	17	10	4	0	1	4
15	COSTUREIRO T2/2014	0						
16	CUIDADOR INFANTIL T1/2014	15	9	0	5	0	0	1
17	INGLÊS INTERMEDIÁRIO N1/2014	28	10	0	5	0	1	12
18	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS T1/2014	36	7	0	17	0	0	12
19	AUXILIAR DE BIBLIOTECA N1/2014	36	2	0	26	0	0	8
20	ESPAÑHOL BÁSICO N1/2014	26	0	10	8	0	0	8
TOTAL		589	102	89	264	2	33	99
CURSOS PRINCESA ISABEL		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA M1/2013	13	0	0	3	0	0	10
2	FORRAGICULTOR M1/2013	26	10	0	14	0	0	2
3	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO T1/2013	26	0	0	25	0	0	1

4	PEDREIRO DE ALVENARIA N2/2013	28	12	0	16	0	0	0
5	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N2/2013	31	1	0	25	0	0	5
6	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2013	35	5	0	25	0	0	5
7	PEDREIRO DE ALVENARIA N1/2013	29	5	0	23	0	0	1
9	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2013	33	9	0	23	0	0	1
TOTAL		221	42	0	154	0	0	25
CURSOS PRINCESA ISABEL		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO N1/2012	37	0	0	21	15	0	1
2	PEDREIRO DE ALVENARIA N1/2012	58	1	0	36	2	0	19
TOTAL		95	1	0	57	17	0	20
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE IMACULADA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGRICULTOR FAMILIAR N1/2015	0						
2	CABELEIREIRO T1/2014	41	0	1	25	0	6	9
3	CUIDADOR DE IDOSO T1/2014	34	0	11	20	0	3	0
4	CUIDADOR INFANTIL N1/2014	43	0	10	25	0	8	0
5	INGLÊS BÁSICO N1/2014	31	0	5	11	0	11	4
TOTAL		149	0	27	81	0	28	13
CURSOS DA UNIDADE REMOTA NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ESPAÑHOL BÁSICO N2/2014	13	0	2	10	0	0	1
TOTAL		13	0	2	10	0	0	1
CURSOS DA UNIDADE REMOTA TAVARES		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2015	12	0	0	12	0	0	0
2	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL N1/2014	23	0	6	16	0	1	0
3	CUIDADOR DE IDOSO N3/2014	36	5	8	14	0	1	8
4	RECEPCIONISTA N1/2014	31	2	9	17	0	3	0
5	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS N1/2014	40	6	10	21	0	0	3
6	CUIDADOR DE IDOSO N1/2014	29	4	11	14	0	0	0
7	INGLÊS BÁSICO N1/2014	20	0	8	12	0	0	0
TOTAL		191	17	52	106	0	5	11
CURSOS SOUSA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	22	0	0	13	1	8	
2	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BÁSICO N1/2015	18	0	0	11	3	4	0
3	INGLÊS BÁSICO N1/2015	14	0	0	13	0	1	0
4	AUXILIAR DE ARQUIVO N1/2015	20	0	0	12	3	5	0
5	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL N1/2015	15	0	0	8	7	0	0

6	APICULTOR M1/2015	27	0	0	17	2	8	0
7	AGRICULTOR ORGÂNICO M1/2015	23	0	0	14	2	7	0
TOTAL		139	0	0	88	18	33	0
CURSOS SOUSA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	APICULTOR T2/2014	24	0	0	18	0	5	1
2	CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM T1/2014	92	17	0	50	2	23	0
3	AUXILIAR DE COZINHA T1/2014	103	9	0	32	2	46	14
4	AGRICULTOR FAMILIAR M1/2014	31	0	2	11	0	1	17
5	PRODUTOR DE IOGURTE T2/2014	32	0	0	25	0	0	7
6	OPERADOR DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO M1/2014	19	9	0	10	0	0	0
7	PRODUTOR DE IOGURTE M1/2014	30	6	0	21	2	0	1
TOTAL		331	41	2	167	6	75	40
CURSOS SOUSA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	PREPARADOR DE PESCADO T2/2013	28	0	0	11	17	0	0
2	REICLADOR M1/2013	32	0	0	9	16	0	7
3	PRODUTOR DE DERIVADOS DO LEITE M1/2013	33	0	0	14	16	3	0
4	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS T1/2013	62	13	0	19	27	0	3
5	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2013	105	0	0	46	55	3	1
6	AUXILIAR DE PADARIA E CONFEITARIA T1/2013	25	0	0	15	10	0	0
7	AUXILIAR DE BIBLIOTECA N1/2013	29	0	0	13	12	0	4
8	AGRICULTOR ORGÂNICO M1/2013	41	0	0	18	22	0	1
9	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR M1/2013	26	0	0	6	19	0	1
10	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N1/2013	30	0	0	16	14	0	0
TOTAL		411	13	0	167	208	6	17
CURSOS SOUSA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	VIVEIRICULTOR M1/2012	20	20	0	0	0		0
2	OPERADOR DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO T1/2012	13	0	0	12	1	0	0
3	OPERADOR DE COMPUTADOR T2/2012	146	30	0	102	10	4	0
4	MONITOR DO USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS T1/2012	35	35	0	0	0	0	0
5	CUIDADOR DE IDOSO N2/2012	22	0	0	21	1	0	0
6	CRIADOR DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE M1/2012	14	14	0	0	0	0	0
7	AUXILIAR EM INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL M1/2012	30	30	0	0	0	0	0
8	AGRICULTOR FAMILIAR T1/2012	39	30	0	9	0	0	0
9	OPERADOR DE COMPUTADOR M1/2012	34	0	0	28	2	4	0
10	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES M1/2012	43	2	0	22	7	12	0

11	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N1/2012	36	0	0	23	7	6	0
12	CUIDADOR INFANTIL T1/2012	33	0	0	14	13	6	0
13	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO N1/2012	45	2	0	25	4	14	0
14	AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE N1/2012	40	0	0	26	4	10	0
TOTAL		550	163	0	282	49	56	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE APARECIDA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR DE CONFEITARIA T2/2014	50	5	0	37	2	0	6
2	INGLÊS BÁSICO N1/2014	15	0	0	10	2	1	2
TOTAL		65	5	0	47	4	1	8
CURSOS DA UNIDADE REMOTA CENTRO VOCACIONAL SOUSA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR N1/2014	56	0	0	33	1	7	15
2	AUXILIAR DE BIBLIOTECA N1/2014	62	0	7	31	1	2	21
3	CONTADOR DE HISTÓRIAS M1/2014	67	0	2	34	0	10	21
4	PROGRAMADOR WEB M1/2014	60	0	5	36	3	1	15
5	SERÍGRAFO T1/2014	39	0	4	11	0	4	20
TOTAL		284	0	18	145	5	24	92
CURSOS DA UNIDADE REMOTA BELEM DO BREJO DO CRUZ		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2014	20	8	0	11	1	0	0
2	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS T1/2014	21	9	0	10	1	1	0
3	PRODUTOR DE IOGURTE T1/2014	60	8	12	40	0	0	0
4	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS T2/2014	0						
TOTAL		101	25	12	61	2	1	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA NAZAREZINHO		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR DE CONFEITARIA N1/2014	60	10	2	46	0	1	1
2	AUXILIAR DE COZINHA T1/2014	71	13	1	56	0	1	0
3	AUXILIAR DE COSTURA N1/2014	67	8	1	56	0	2	0
4	INGLÊS BÁSICO N1/2014	30	3	0	17	0	10	0
TOTAL		228	34	4	175	0	14	1
CURSOS DA UNIDADE REMOTA POMBAL		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	HORTICULTOR ORGÂNICO M1/2015	19	0	0	12	5	2	0
2	INGLÊS BÁSICO N1/2014	21	0	0	20	0	1	0
3	INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS - PORTUGUÊS) N1/2014	19	0	0	18	0	1	0
4	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	24	0	0	14	3	7	0
5	RECEPCIONISTA EM SERVIÇOS DE SAÚDE N1/2014	37	0	0	36	0	1	0

TOTAL		120	0	0	100	8	12	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA PEDRA LAVRADA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGRICULTOR ORGÂNICO M1/2014	50	0	0	50	0	0	0
2	AUXILIAR DE CONFEITARIA M1/2014	54	0	0	54	0	0	0
3	INGLÊS BÁSICO N1/2014							
TOTAL		104	0	0	104	0	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SÃO BENTINHO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGRICULTOR ORGÂNICO N1/2014	44	0	0	32	0	12	0
2	AUXILIAR DE CONFEITARIA N1/2014	39	0	0	35	0	4	0
TOTAL		83	0	0	67	0	16	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SÃO BENTO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AUXILIAR DE CONFEITARIA N1/2014	61	0	7	53	0	1	0
2	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N1/2014	20	6	1	13	0	0	0
3	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N1/2013	50	15	0	29	6	0	0
4	MÚSICO DE BANDA N1/2014	15	0	4	8	0	3	0
5	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS N2/2014	60	0	27	22	9	2	0
TOTAL		206	21	39	125	15	6	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SÃO JOSE PIRANHAS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGRICULTOR FAMILIAR T1/2013	30	18	0	11	1	0	0
2	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N1/2013	28	14	0	14	0	0	0
TOTAL		58	32	0	25	1	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA CENTRO VOCACIONAL		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS - PORTUGUÊS) M1/2014	62	0	0	59	0	3	0
2	OPERADOR DE COMPUTADOR N2/2013	41	22	5	14	0	0	0
3	PADEIRO T1/2014	44	0	16	13	0	15	0
4	VENDEDOR T1/2014	31	0	15	15	0	1	0
TOTAL		178	22	36	101	0	19	0

CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	MARISQUEIRO N1/2015	23	0	3	12	8	0	0
2	INGLÊS BÁSICO N1/2015	23	0	3	16	4	0	0
3	ARTESÃO DE CERÂMICA T1/2015	20	0	0	17	3	0	0
TOTAL		66	0	6	45	15	0	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ARTESÃO DE BIOJOIAS M1/2014	21	11	0	9	1	0	0
2	CONDUTOR DE TURISMO DE PESCA N1/2014	20	14	6	0	0	0	0
3	DEPILADOR T1/2014	0						
4	MARISQUEIRO T1/2014	0						
6	ARTESÃO DE BIOJOIAS M1/2014	21	11	0	9	1	0	0
7	PESCADOR N1/2014	28	7	0	20	1	0	0
8	OPERADOR DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO N1/2014	30	5	0	25	0	0	0
TOTAL		120	48	6	63	3	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA COMUNIDADE DA GUIA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CONDUTOR DE TURISMO DE PESCA T1/2015	20	0	0	14	6	0	0
TOTAL		20	0	0	14	6	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE MARCAÇÃO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA T1/2015	20	0	0	13	7	0	0
2	ARTESÃO DE BIOJOIAS T1/2015	20	0	0	14	6	0	0
TOTAL		40	0	0	27	13	0	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE AREIA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE CULTURAL N1/2014	60	19	0	39	2	0	0
2	CONDUTOR DE TURISMO EM ESPAÇOS CULTURAIS LOCAIS T2/2015	20	6	0	10	4	0	0
3	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM N1/2014	40	0	0	32	8	0	0
TOTAL		120	25	0	81	14	0	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE PEDRA DE FOGO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA T2/2014	41	0	0	40	0	1	0
2	COSTUREIRO T2/2014	20	0	0	20	0	0	0
3	EDITOR DE PROJETO VISUAL GRÁFICO N1/2014	52	2	6	30	2	9	3
4	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO N1/2014	42	3	2	28	7	0	2

5	HORTICULTOR ORGÂNICO N2/2014	45	2	3	30	5	2	3
TOTAL		200	7	11	148	14	12	8
CURSOS DA UNIDADE REMOTA JURUPIRANGA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ELETRICISTA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA N1/2015	40	0	0	20	0	20	0
TOTAL		40	0	0	20	0	20	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE MANGABEIRA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL T1/2015	44	7	3	13	0	21	0
2	ESPAÑHOL BÁSICO N1/2015	37	12	0	8	0	17	0
TOTAL		81	19	3	21	0	38	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE SOLEDADE		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2014	33	0	0	8	13	12	0
2	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS N1/2014	28	0	0	18	3	7	0
3	CUIDADOR DE IDOSO N2/2014	31	0	0	19	11	1	0
4	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS N1/2014	39	0	0	21	9	9	0
TOTAL		131	0	0	66	36	29	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA ENSINO DE OLIVEDOS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	PEDREIRO DE ALVENARIA N1/2015	24	4	0	17	3	0	0
TOTAL		24	4	0	17	3	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA ENSINO DE JUAZEIRINHO		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2015	24	0	0	19	1	0	4
TOTAL		24	0	0	19	1	0	4
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE CATOLÉ DO ROCHA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL N1/2014	18	0	6	10	0	2	0
2	CONFECCIONADOR DE INSTRUMENTOS DE CORDA N1/2015	21	3	1	17	0	0	0
3	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES N1/2014	22	7	4	11	0	0	0
4	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES N1/2014	24	4	3	14	1	2	0
5	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2014	22	8	4	10	0	0	0
6	PREPARADOR DE DOCES E CONSERVAS T2/2014	28	0	4	22	2	0	0
TOTAL		135	22	22	84	3	4	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE BELEM DO BREJO DO CRUZ		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CRIADOR DE PEIXES EM VIVEIROS ESCAVADOS T2/2015	20	1	0	15	4	0	0
TOTAL		20	1	0	15	4	0	0

CURSOS DA UNIDADE REMOTA JERICO		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA T2/2015	20	8	0	12	0	0	0
2	REDEIRO DE PESCA T2/2015	20	4	0	15	1	0	0
TOTAL		40	12	0	27	1	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE PAULISTA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ESTOFADOR DE MÓVEIS T2/2015	41	12	1	27	1	0	0
TOTAL		41	12	1	27	1	0	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE ITABAIANA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS N2/2014	30	6	0	24	0	0	0
2	CABELEIREIRO N1/2015	37	0	1	15	0	21	0
3	OPERADOR DE COMPUTADOR T1/2014	22	5	0	15	0	2	0
4	REICLADOR N1/2014	30	15	0	15	0	0	0
TOTAL		119	26	1	69	0	23	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE SANTA RITA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA T1/2014	26	5	0	15		0	6
2	CUIDADOR DE IDOSO M1/2014	30	5	0	18	0	1	6
3	PINTOR DE OBRAS IMOBILIÁRIAS M1/2015	28	9	0	1	0	14	4
TOTAL		84	19	0	34	0	15	16
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE ITAPOROROCA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	CRIADOR DE PEIXES EM VIVEIROS ESCAVADOS T2/2015	20	5	1	14	0	0	0
	REDEIRO DE PESCA T1/2015	20	3	0	13	0	0	4
TOTAL		40	8	1	27	0	0	4
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SAPÉ		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	MONTADOR E INSTALADOR DE MÓVEIS M1/2015	10	4	0	6	0	0	0
TOTAL		10	4	0	6	0	0	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE ESPERANÇA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL T1/2014	30	11	0	15	4	0	0
2	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	20	5	0	15	0	0	0
TOTAL		50	16	0	30	4	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA DE ALAGOA NOVA		MATRICULADOS	ABANDONADOS	DESISTENTES	CONCLUÍDOS	REPROVADOS	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	ARTESÃO DE BIOJOIAS T1/2015	65	11	0	26	3	25	0
TOTAL		65	11	0	26	3	25	0

CURSOS DA UNIDADE REMOTA POCINHOS		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	40	5	0	14	1	20	0
TOTAL		40	5	0	14	1	20	0
CURSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE ITAPORANGA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGRICULTOR FAMILIAR N1/2014	34	11	0	20	0	1	2
2	APICULTOR N1/2014	31	12	0	18	0	1	0
3	OPERADOR DE COMPUTADOR N1/2015	19	0	0	17	0	2	0
TOTAL		84	23	0	55	0	4	2
CURSOS DO CENTRO DE REFERENCIA DE SANTA LUZIA		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA N1/2015	0						
2	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO N1/2014	30	3	0	18	9	0	0
TOTAL		30	3	0	18	9	0	0
CURSOS DA UNIDADE REMOTA SABUGI		MATRICULADOS	ABANDONADO	DESISTENTE	CONCLUÍDO	REPROVADO	NÃO COMPARECEU	FREQUENCIA INSUF.
1	VENDEDOR N1/2015	53	0	0	17	0	33	3
TOTAL		53	0	0	17	0	33	3

CURSOS NÃO EXECUTADOS

TABELA DOS RECURSOS FINANCEIRO

		RECURSOS DISPONIBILIZADOS PARA A EXECUÇÃO DO PRONATEC NO IFPB					
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	ANO DE 2011	ANO DE 2012	ANO DE 2013	ANO DE 2014	ANO DE 2015	TOTAL POR ELEMENTO DE DESPESA
339048	BOLSA-FORMAÇÃO SERVIDOR	444.450,00	2.252.450,00	7.755.668,60	7.970.283,61	2.210.447,14	20.633.299,35
339030	MATERIAL DE CONSUMO	455.800,00	2.375.000,00	2.223.220,00	1600407,70	198.862,35	6.853.290,05
339039	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	50.000,00	1.147.350,00	3.728.546,20	2.431.946,38	131.236,52	7.489.079,10
339018	BOLSA-FORMAÇÃO ALUNO	150.500,00	950.000,00	3.539.200,40	6.670.016,39	1.779.152,61	13.088.869,40
339036	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	0,00	0,00	869.403,00	5.591.973,42	2.123.215,38	8.584.591,80
339147	ENCARGOS (INSS PATRONAL)	0,00	0,00	173.880,60	924.406,68	424.043,08	1.522.330,36
339033	LOCAÇÃO DE TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	81.936,22	0,00	81.936,22
339014	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	133.951,05	0,00	133.951,05
	TOTAL	1.100.750,00	6.724.800,00	18.289.918,80	25.404.921,45	6.866.957,08	58.387.347,33

Fonte: Elaboração da Autora de dados retirados do Siafi

		RECURSOS DEVOLVIDOS POR NÃO EXECUÇÃO DO PRONATEC NO IFPB						
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	ANO DE 2011	ANO DE 2012	ANO DE 2013	ANO 2014	ANO DE 2015	TOTAL DE DEV. POR ELEMNETO DE DESPESA	% DE DESPESA DEV.
339048	BOLSA-FORMAÇÃO SERVIDOR	444.450,00	933.586,50	3.463.162,01	294.367,92	8791,03	5.144.357,46	24,93230662
339030	MATERIAL DE CONSUMO	455.800,00	2.224.192,65	1.182.397,80	366.020,37	78498,11	4.306.908,93	62,8443988
339039	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	50.000,00	553.594,68	1.857.164,10	335.582,65	57095,57	2.853.437,00	38,10130674
339018	BOLSA-FORMAÇÃO ALUNO	150.500,00	481.321,52	1.547.367,99	729.282,03	348006,41	3.256.477,95	24,87974974
339036	SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA	0,00	0,00	444.139,00	540.890,48	274256,25	1.259.285,73	14,66913931
339147	ENCARGOS (INSS PATRONAL)	0,00	0,00	97.047,80	108.599,43	56748,88	262.396,11	17,23647619
339033	LOCAÇÃO DE TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	26.436,22	0,00	26.436,22	32,26438808
339014	DIARIAS	0,00	0,00	0,00	12.117,65	0,00	12.117,65	9,046326998
	TOTAL	1.100.750,00	4.192.695,35	8.591.278,70	2.413.296,75	823.396,25	17.121.417,05	29,32384812
	% DE DEVOLUÇÃO	100	62,34676645	46,97275474	9,499327738	11,9907004		

Fonte: Elaboração da Autora de dados retirados do Siafi

